SENADO FEDERAL

SENADOR PAULO PAIM

O RUFAR DOS TAMBORES

BRASÍLIA – 2006

Coordenador Editorial: Paulo André Louzada

Capa: Paulo Cervinho

Impressão e acabamento: SEEP

Fotos: Agência Senado, Valcir Pires, Manoel Fernando, Arquivo fotográfico da Câmara dos Deputados, Arquivo fotográfico do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, Arquivo da CUT

Projeto gráfico: Mateus Leal

Programação visual: Vera Helena Nunes Franco

Revisão ortográfica: Assessoria do Senador Paulo Paim e SEEP.

Paim, Paulo, 1950-.

O rufar dos tambores / Paulo Paim. - Brasília: Senado Federal, 2006

240 p.: il., fots

1. Política e governo, Brasil. 2. Paim, Paulo, 1950-, atividades. 3. Paim, Paulo, 1950-, biografia. I Título.

CDD 320.08

"Si alguna vez me siento derrotado
Renuncio a ver el sol cada mañana".

Pablo Milanés

Apresentação

A idéia e a elaboração deste livro são frutos de um trabalho coletivo construído pela equipe de meus gabinetes em Brasília e em Canoas (Centro de Integração Paulo Paim – CIPP). Além de contar com a participação dos conselhos políticos de meu mandato, do projeto Cantando as Diferenças, de alguns amigos e de colaboradores que me acompanham nesta jornada de mais de trinta e cinco anos de vida pública.

A obra é baseada em reminiscências, pronunciamentos, depoimentos, artigos, notícias, cartas e entrevistas. A linha do tempo se inicia em 1954 e vai até 2002. Isso não significa que não faça incursões na primeira metade de meu mandato de Senador da República. A bem da verdade, este livro é um pequeno olhar sobre alguns fatos que considero importantes e que creio ter influenciado de alguma forma minha trajetória.

"Não se espera o sol nascer" fala um pouco da minha infância, juventude e militâncias estudantil e sindical. Também discorro

sobre homens públicos que foram fundamentais na minha formação pessoal e política.

A minha atuação na Assembléia Nacional Constituinte de 1988 é reportada em "É hora de molhar a terra". Para escrever sobre a década de 1990 pedi licença ao poeta espanhol Antonio Machado: "O caminho se faz caminhando". Os idosos, negros, índios, pessoas com deficiência e conselhos políticos são tratados na última parte "Amassando barro com o povo".

Aos meus leitores, desejo uma boa viagem por estas páginas que trazem um pouco de tudo e muito de mim. Um forte abraço de quem ainda não perdeu a condição de sonhar, e que Deus permita que outros livros venham a lume, pois muitas coisas ainda precisam ser contadas...

Senador Paulo Paim

Não se espera o Sol nascer

A casa

que mais me deixa angustiado é querer fazer algo e não conseguir ir adiante. Ficar matutando pelas noites qual a melhor maneira de se iniciar um combate. Ou melhor, um bom combate. Parece ser coisa das mais simples. Por certo, todos vocês concordam comigo. E foi justamente a partir dessas coisas simples que nos rodeiam que me dei conta de que: da mistura da água e da terra, nasce o barro. E há quem diga que "tudo nasce em barro". Essa matéria-prima acompanha o homem desde os primórdios da civilização. Primeiro, por uma questão de necessidade, ou seja, era preciso estocar alimentos e água. E daí é que surgiram os potes e as moringas. Depois vieram as casinhas de pau-a-pique, as casas, as moradias, os artesanatos, as igrejas, os santos de barro, e muitas cidades construídas.

Comecei a trabalhar aos oito anos de idade, amassando barro numa fábrica de vasos em Caxias do Sul (RS), minha cidade natal. Foi por uma questão de necessidade, já que lugar de criança é na

escola. A pequena fábrica se chamava Atílio Bovo e ficava quase ao lado da nossa casa, na Rua Antônio José Ribeiro Mendes nº 2.220, no bairro Santa Catarina. A minha função era amassar barro com as mãos. Ficava fascinado vendo aqueles artesãos forjarem variadas formas de todos os tamanhos como vasos, panelas, estatuetas, copos e jarros. Para mim aquelas mãos operárias eram como se fossem ventres.

Tempos difíceis que me ensinaram desde cedo, a ter responsabilidade em todas as ações que faço. Isso eu herdei de meus pais, Ignácio Alves Paim e Itália Ventura da Silva Paim, ambos já falecidos. Ele metalúrgico, ela dona-de-casa. Dona Itália, como os mais chegados a chamavam, foi exemplo de guerreira que soube em sua trincheira educar a mim e a meus irmãos: Ariovaldo Alves Paim (já falecido), Homero Alves Paim, Terezinha Marlene Paim de Lima (já falecida), Anaro Paim, André Paim, João Teodardo da Silva Paim, Mari Regina Paim, Flávio Ricardo Paim, Ignácio Alves Paim Filho e Neli Paim Neves (nossa irmã de criação).

Quando lancei em 2004 o livro *Cumplicidade: Poesia em política* fiz uma pequena homenagem para meus pais e irmãos.

> *Eles eram dois. Nós éramos dez. Pai e mãe. Os dez eram irmãos. Eles saíam cedo. À noite sentavam à mesa e nos contavam da vida. Eles partiram... Agora, devem estar cavalgando nas pradarias do céu. Quando eu morrer, tenho impressão de que chegarei voando, e de mãos dadas, iremos caminhando.*

Na elaboração do *Cumplicidade*, no final de junho de 2003, meu irmão André enviou um belo poema com o título de "Tributo à casa cinza dos Paim". Ele foi direto ao ponto que nos unia. Tive uma forte identificação e acredito que os meus outros irmãos também.

Eram dez irmãos. Eram tantas mãos. Eram tantas cabeças. Eram tantas bocas. Eram tantos medos. Eram tantas vidas. Eram tantos sonhos. Eram dias de buscar respostas. Eram dias de conter as lágrimas. Assim era eu. Assim eram eles. Assim era ela. Todos no abrigo na velha casa cinza que abrigou todas as nossas expectativas de vida. Ela, a fiel companheira não existe mais.

Os anos 50 foram conturbados para o País. A morte do Presidente Getúlio Vargas me marcou. Embora com os meus quatro anos à época, ainda tenho vivo na memória quando o Dante Andreis noticiou a tragédia pela ZYF-3, Rádio Caxias do Sul. Meu pai não se conteve e chorou muito. Era um getulista, como nós gaúchos falamos, dos "quatro costados".

Com certeza Vargas foi o maior Presidente que este País já teve. Quando ele assumiu a chefia da Nação pela primeira vez, em 1930, o Brasil era um país essencialmente agrícola. Em 1954, "ao deixar a vida para entrar na História", nos legou um País moderno. Foi por sua decisão que foram criadas a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Companhia do Vale do Rio Doce, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico – atual BNDES –, a Petrobras e a Eletrobrás.

O Ministério do Trabalho foi criado, e em pouco tempo as relações trabalhistas sofreram profundas transformações. O Brasil conheceu a Justiça do Trabalho e a Previdência Social. Surgiram os sindicatos de patrões e empregados. Nasce também a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o salário mínimo, as férias anuais, o descanso semanal remunerado e a carteira de trabalho. Tudo isso são "crias" do velho Getúlio.

Sempre quando tenho oportunidade digo que a "República" fundada por Vargas traçou novos horizontes para o País. A economia saiu do campo para se industrializar, movida pelos braços dos trabalhadores que, pela primeira vez, ganharam proteção do Estado.

Em 2003, na condição de Vice-Presidente do Senado Federal, em pronunciamento conferido em sessão especial, disse que "A obra feita por Getúlio Vargas teve bons alicerces e por isso ela resiste. Getúlio Vargas é daqueles homens que nunca morrem, pois seus ideais estarão sempre vivos".

Depois da experiência de amassar barro, lancei-me em uma nova empreitada. Queria alçar vôos mais altos. Foi quando surgiu a oportunidade de ser vendedor de quadros. Perambulava pelo centro de Caxias oferecendo "obras de arte". Eram gravuras da Última Ceia, do Sagrado Coração de Jesus, paisagens e, é claro, da Seleção Brasileira campeã de 1958.

O destino ainda me reservava outras surpresas. Certo dia o meu irmão Ariovaldo chegou com a notícia de que uma marcenaria ali perto de casa estava precisando de gente para trabalhar. Na mesma tarde me apresentei. Nem acreditava. Eu, com meus onze anos e já havia trabalhado amassando barro, vendendo quadros e agora seria marceneiro. Para mim foi um orgulho, pois estava ajudando no orçamento familiar.

Como metalúrgico meu pai ganhava um salário mínimo. Com esse dinheiro ele sustentava toda a nossa família. Foi nesse período, com Juscelino Kubitschek na Presidência da República, que os trabalhadores brasileiros tiveram o maior salário mínimo da História. Dados indicam que o salário mínimo de JK representaria hoje R$750.

Anos depois, e já na militância sindical, ficava discutindo no sindicato e tentando entender por que Juscelino Kubitschek foi um

dos presidentes mais populares do Brasil. Quais foram os caminhos que levaram a construção desse verdadeiro "carinho coletivo" que JK possuía? Homem de personalidade marcante sonhou um Brasil moderno, do qual os brasileiros pudessem ter orgulho. Queria um Brasil Pátria. Um Brasil Nação. Um Brasil respeitado. E, para tanto, não mediu esforços: o "Plano de Metas 50 anos em cinco", estradas, portos, indústrias, empregos e a construção de Brasília. Olhando para trás tenho a impressão de que o seu governo foi um divisor de águas que colocou o Brasil na agenda internacional de desenvolvimento econômico e social.

Voltando ao salário mínimo, no final de 2005 aprovamos a instalação de uma Comissão Mista Especial do Congresso com a participação de onze senadores e onze deputados com igual número de suplentes para discutir uma política efetiva de recuperação de compra para o salário mínimo. A comissão foi instalada em março de 2006, cabendo a presidência ao Deputado Federal Jackson Barreto do PTB do Estado de Sergipe; a vice-presidência ao Deputado Federal e ex-Ministro do Trabalho, Walter Barelli, do PSDB de São Paulo. Fui escolhido relator. Com certeza a instalação de uma comissão especial sobre o salário mínimo foi uma grande vitória.

Pelas ondas da ZYF-3, ficamos sabendo que o Presidente Jânio Quadros havia renunciado. Era 25 de agosto de 1961. Até a metade de setembro o assunto que predominou lá em casa foi quem deveria assumir, ou até mesmo, se Jânio poderia ou não fechar o Congresso. Para os mais afoitos da vizinhança a guerra civil estava por vir.

O Governador do Estado, Leonel Brizola, mobilizou a Brigada Militar e toda a sociedade gaúcha contra a intenção de uma junta militar, que havia sido nomeada pelo próprio Jânio, de não dar posse ao Vice-Presidente legítimo, João Belchior Marques

Goulart, o Jango. Aqueles doze dias foram de surpresas, novidades e medo. Eu e meus irmãos sabíamos que os nossos pais estavam preocupados com a crise que se iniciava.

De Porto Alegre, o meu irmão Homero, avisou que o Brizola estava convocando os gaúchos para resistirem. Muitos, inclusive vários amigos do papai, estavam se dirigindo à capital para se apresentarem no "mata-borrão" (Borges de Medeiros esquina Salgado Filho), como voluntários.

A Rede da Legalidade que Brizola articulou pela Rádio Guaíba foi fundamental para o apoio das ruas. Quando o III Exército aderiu à manutenção dos princípios constitucionais houve uma euforia em todo o Rio Grande Sul. O tio Sebastião (irmão caçula do meu pai), bem ao estilo de gaúcho serrano, dizia que: "Nos sobra cavalo nessa carreira".

Em setembro de 1964, o meu pai foi obrigado a retirar da parede um quadro com a foto de Leonel Brizola. Ela estava proibida pelos milicos, e ele a escondeu embaixo do colchão, mas antes disse a todos nós: "Este é o homem, ele voltará".

Tive a honra de conhecer pessoalmente Leonel Brizola. Tanto na volta do exílio como na campanha das Diretas. Quando se deu a crise da reforma da Previdência, em 2003, ele esteve em meu gabinete. Nessa oportunidade eu era vice-presidente do Senado Federal. Conversamos muito. Lá pelas tantas, o velho caudilho disse: "Senador Paim, estou lhe convidando a aderir ao trabalhismo. O PDT está à sua disposição".

Com a morte de Leonel Brizola, o Brasil perdeu um dos maiores homens da República desde os tempos de Vargas. Brizola entendia e interpretava como ninguém as necessidades e aspirações do trabalhador brasileiro. Soube sem dúvida mobilizar a classe trabalhadora para arrepio das elites.

Estudantes

trajetória do movimento estudantil é uma bela página da História do Brasil. Os estudantes se integraram em várias lutas: na Independência, na Abolição e na Proclamação da República. Mais recentemente, o movimento foi de extraordinário valor para a democracia e a liberdade deste País. Mas isto teve um preço, que até hoje deve ser lembrado, como por exemplo, a morte do estudante Edson Luís, assassinado pela ditadura em 1968, no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro.

Quando os militares atearam fogo na sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro, logo após o golpe que derrubou o Presidente João Goulart em 1964, eu já era presidente do Grêmio Estudantil do Ginásio Noturno Alberto Pasqualini, de Caxias do Sul. Eram meus companheiros o Jamir, Bernardete, Frigieri e o Pinheiro. A diretoria do grêmio era enxuta, mas bem atuante. Fazíamos de tudo um pouco. Mas, o que mais gostávamos de fazer era política.

Às 5 da tarde daquela quarta-feira, final de junho, quando o ônibus entrou na estação rodoviária de Caxias do Sul tive a sensação de que algo ruim estava por acontecer. Estava vindo de Porto Alegre onde participei de uma mobilização contra o golpe. Em plena capital gaúcha conspiramos juntamente com sindicalistas e políticos. Queríamos resistir.

Quando fui levado para a delegacia não pude me conter e tentei, sem conseguir resultado, convencer o policial de que o Brasil não suportaria um regime militar. "A democracia e o voto direto são as melhores opções", dizia. Ele apenas me mandou calar a boca, além, é claro, de me chamar de "guri comunista". Essa experiência durou pouquíssimas horas. O meu pai tinha bom relacionamento na comunidade. Fui solto às 22 horas.

Tenho muito carinho pelo movimento estudantil. É uma escola onde se aprende muito e se faz muito. A União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) são marcos divisórios na luta estudantil brasileira e na vida política nacional. Em uma das primeiras resoluções da UNE, aprovada durante o 2º Conselho Nacional dos Estudantes, em 1938, está "a luta pela indústria siderúrgica nacional, sem que, o Brasil jamais se libertará". A entidade lutou para a criação da Petrobras. Foi às ruas apoiar as Reformas de Base de Jango. A propósito, desse líder trabalhista, muito pouco se tem falado. Ou o que se diz vem com a marca da inverdade. Mas, deixemos bem claro algumas coisas: ele foi o único ex-Presidente a morrer no exílio (6 de dezembro de 1976), em Mercedes, na Argentina. Mesmo morto quase foi impedido de voltar à Pátria. Não teve sequer o direito ao luto oficial que a Constituição determinava. Até hoje, sob sua morte, paira a suspeita de ter sido encomendada pela "Operação Condor" que abateu vários líderes na América Latina e que foi objeto de investigação por uma comissão externa na Câmara dos

Deputados. Para se ter uma idéia de algumas atitudes tomadas por ele, temos o incentivo à sindicalização rural e o reconhecimento do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) por considerá-lo legítimo poder de pressão social. No clima de atender as reivindicações dos assalariados, foram concedidas velhas aspirações da classe trabalhadora, como o 13º salário, cuja lei de autoria do ex-Deputado Floriceno Paixão foi aprovada pelo Congresso Nacional com o incentivo e apoio do Governo Federal. Além disso, o Governo Jango encampou as refinarias pertencentes ao capital privado e entregou para a Petrobras o monopólio da importação de petróleo e seus derivados. Estabeleceu normas disciplinares de toda e qualquer concessão para a exploração de riqueza mineral do País, de modo a proteger os interesses nacionais.

Com a redemocratização, nos anos 80, os estudantes participaram ativamente da Constituinte. Logo que assumi como deputado Constituinte em 1987, fui procurado por diversas lideranças estudantis que queriam voz e vez no Congresso. Nos anos 90, o movimento estudantil lutou bravamente contra as privatizações iniciadas no Governo Fernando Collor e aprofundadas no Governo de Fernando Henrique Cardoso, particularmente contra a venda das Companhias Vale do Rio Doce e da Siderúrgica Nacional. Os "caras-pintadas" foram decisivos para o *impeachment* de Collor.

Atualmente o movimento estudantil tem sido um dos protagonistas do debate em torno da reforma universitária, principalmente, reivindicando bandeiras históricas como a ampliação de vagas públicas, abertura de cursos noturnos e o estabelecimento de cotas para negros, índios e pobres nas universidades.

Em maio de 2006, concedi uma entrevista para o sítio oficial da UNE, sobre projeto de minha autoria que propõe que as instituições de ensino superior da área privada reservem 15% de suas vagas para alunos com renda familiar *per capita* de até um salário

mínimo e meio. O projeto prevê que um terço dos beneficiados terão direito a 80% de desconto nas mensalidades e os outros dois terços 50%. Para manter o benefício, os estudantes serão obrigados a comprovar freqüência e desempenho acadêmicos suficientes. O projeto é destinado apenas às instituições que já recebem algum tipo de ganho fiscal do Governo.

Reitero que, se o objetivo do Plano Nacional de Educação é garantir a educação superior para 30% dos brasileiros de 18 a 24 anos, é urgente que, além de aumentar as vagas gratuitas nas universidades públicas, sejam criados mecanismos de apoio aos estudantes carentes das instituições privadas de educação superior, e o nosso projeto tem esse objetivo.

Fui chamado de demagogo. Se ser demagogo é ser verdadeiro, então, digo que sou. Está na hora de o Brasil acordar e deixar a hipocrisia de lado.

Ferro e alumínio

Ingressei no Serviço Nacional da Indústria (SENAI) no meio dos anos 60. Ia a pé até o Senai. Entre ida e volta até chegar em casa dava mais de 40km. Eram meus colegas o Jaime Perin, Nauro Roncada e o Zeca. Foram anos de muito estudo e aprendizado. Aprendi a fazer matrizes de moldes para fundição de peças em ferro, alumínio e plástico. Já formado fui em busca de trabalho. O meu primeiro emprego após sair do Senai foi na Getal. Depois passei pelas indústrias Dalsoquio Meneguti e pela Abramo Eberle, ambas de Caxias do Sul.

Foi neste período que nas horas vagas e nos finais de semana jogava na categoria juvenil do Esporte Clube Juventude, tendo como treinador o Irajá Carvalho. Tínhamos uma grande equipe: Rubinho, Batata, Scott, Vanzin, Celino, Tonho, Manoel Fernando (Didi), entre outros. Depois atuei no time da Eberle (eu era o capitão) ao lado do Corotti, Getulião, Flexa, Didi, Segalão, Dez, Laurinho e o Mandica.

"Em 1967, eu estudava no Colégio do Carmo e fui convidado por amigos para treinar no Juventude. Foi lá que tive a grata satisfação de conhecer o Paulo Renato Paim. Ele já tinha o perfil de um líder. Era altivo, olhar firme e de ótima empatia com todos. O treinador dos profissionais, o saudoso Daltro Menezes, era seu admirador. Já o Pastelão dizia que o futebol do Paim era belo."

(Depoimento de Manoel Fernando Rosa e Silva – Didi).

O trabalho de um operário metalúrgico é árduo e requer conhecimento, e no meu caso, que era um modelista e matrizeiro, muita dedicação e atenção.

O crescimento econômico do País exigia trabalhadores capacitados. Getúlio Vargas negociou com os empresários a criação desse importante pólo de geração e difusão de conhecimento aplicado ao desenvolvimento industrial. Assim, no dia 22 de janeiro de 1942, pelo Decreto-Lei nº 4.048, nascia o Senai.

Importantes figuras da nossa política passaram pelo Senai nesses mais de 60 anos de funcionamento. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os ex-deputados João Paulo Pires Vasconcelos e Jair Menegueli, entre outros. Hoje o Senai é o maior complexo de educação profissional da América Latina.

O Brasil está começando a compreender a importância do ensino profissional. Mas, ainda estamos a passos curtos. Milhões de jovens não têm acesso às universidades e ao ensino técnico. Jovens que tentam entrar no mercado de trabalho, mas que não têm a devida qualificação profissional.

Sempre penso na minha trajetória de vida e na de muitos outros que freqüentaram as escolas técnicas e galgaram posições importantes no cenário nacional. Ora, se eu pude cursar uma escola

profissional, por que os jovens de hoje também não podem? Já tive vários relatos de meninos e meninas sobre o desespero que é "dar com a porta na cara por falta de qualificação adequada".

Acredito que o ensino profissionalizante é de fundamental importância para a construção de um novo perfil da classe trabalhadora, que esteja qualificada a responder os desafios das modificações tecnológicas e da globalização. Assim, esses novos trabalhadores estariam contribuindo para um novo projeto de desenvolvimento nacional e ajudando a fazer do Brasil um país cada vez mais justo e soberano.

Em 2003, e já integrando a Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Profissionalizante, apresentei no Senado Federal, Projeto de Lei de nº 274, que cria o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador (FUNDEP). O objetivo da proposta é gerar trabalho e renda, melhorando as condições de acesso ou permanência no mercado de trabalho das pessoas mais jovens.

Estou convicto de que a responsabilidade de uma implementação na educação profissional deve ser compartilhada entre as múltiplas instâncias do Poder Público e da sociedade civil. Devemos cada vez mais pensar na consolidação da idéia de uma rede nacional de escolas de ensino profissionalizante público e gratuito em todos os municípios, respeitando a vocação de cada comunidade e região.

O Centro Tecnológico Estadual Parobé de Porto Alegre, comemorou no dia 1º de julho de 2006, cem anos de existência. Esta Escola é motivo de orgulho para os gaúchos, uma referência nacional e um marco do ensino profissionalizante.

O Parobé nasceu por iniciativa de um grupo de professores da Escola de Engenharia, liderados por João José Pereira Parobé.

Iniciou oferecendo cursos de marcenaria e forja aos seus 16 alunos e funcionava nos porões da Escola de Engenharia. Ganhou sua sede própria em 1908 e acrescentou ao *curriculum* mais três cursos: mecânica, serralheria e carpintaria.

O Instituto vai crescendo, com aulas nos três turnos e estabelece convênios com escolas similares da Europa. Em 1932 passa a integrar a Universidade Técnica do Rio Grande do Sul, onde é considerado um dos estabelecimentos de referência por sua qualidade excepcional de ensino e o nível superior de seus jovens formandos.

O Parobé superou a crise originária da Reforma do Ensino em 1971, mediante a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação quando passou a receber o aporte de recursos e o redirecionamento de seus cursos a profissões emergentes e de futuro.

A Escola oferece hoje cinco cursos técnico-profissionalizantes de tecnologia avançada em duas grandes áreas: na área da indústria, cursos em eletrônica, eletrotécnica e mecânica. Na área da construção civil, cursos em edificações e em estradas. Oferece também o ensino médio regular. Os 3.986 alunos operam com GPS, tornos computadorizados, eletrônica de ponta e outros equipamentos e ferramentas modernos.

Na escola os alunos podem aprender tarefas de alta especialização como regulagem de elevadores, testes de material elétrico, levantamentos topográficos, analisar características de metais, operar centrais telefônicas entre outras. Estes alunos facilmente encontram oferta de estágio das empresas. Cerca de 1.200 empresas buscam esses profissionais.

A escola oferece ainda à comunidade, cursos de especialização, centro de idiomas, grupo de terceira idade e estação de radioamadores. Não posso deixar de mencionar também a im-

portante parceria do Sindicato dos Técnicos Industriais – SINTEC, que representa legalmente esses técnicos, promove e protege o exercício profissional.

Trata-se de uma escola exemplar, na forma de um moderno centro tecnológico, uma Instituição pública e gratuita, com espírito empreendedor e visão de futuro. O legado da Escola para o nosso Rio Grande é incalculável.

Metalúrgicos

Em 1978 o movimento sindical estava retomando as velhas lutas aguerridas. Em São Bernardo do Campo, São Paulo, 1.600 metalúrgicos da Scania do Brasil entraram em greve. No setor da saúde, entraram também em greve os residentes dos hospitais da cidade de São Paulo. A ditadura militar que governava o País desde o golpe de 1964, proibiu por decreto a greve dos funcionários dos serviços públicos, o que não impediu a paralisação dos professores das redes municipal e estadual. Metalúrgicos de Guarulhos, Osasco e São Paulo entram em greve. Luiz Inácio Lula da Silva desponta como o grande líder dos trabalhadores. O jovem negro Robson Silveira da Luz é assassinado nas dependências do 44º Distrito Policial de Guaianases (SP).

Em março de 1978, eu fui morar no morro da Tuca, em Porto Alegre. Depois me mudei para o bairro Sarandi e logo em seguida para a cidade de Gravataí, na região metropolitana.

Fiquei trabalhando pouco tempo na fábrica de fogões Wallig, em Porto Alegre. A Forjasul, em Canoas, foi o meu destino. A partir daí eu e minha família passamos a residir no bairro Igara.

No início de 1979, fui escolhido para presidir a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) da Forjasul. A CIPA é uma comissão composta por representantes do empregador e dos empregados, e tem como objetivo a preservação da saúde e da integridade física de todos os trabalhadores da empresa. Tenho ainda na lembrança o acidente que ocorreu com o Udo Fernando. Ao mexer em uma rosqueadeira ele perdeu parte do braço direito. Foi um dia triste para todos nós.

> *"Eu conheci o Paulo Paim na Forjasul, na luta interna na fábrica, por melhores condições de trabalho. Desde aquele tempo ele já tinha uma atuação destacada. Quando a gente ganhou o sindicato em 1981 ninguém imaginava que os metalúrgicos de Canoas iam ganhar a projeção que ganharam. E o Paim, com sua liderança, foi, e é, a expressão deste trabalho. A partir daí, o Paim foi desempenhando um papel cada vez mais importante no movimento sindical estadual e nacional. E a importância dele hoje é a importância desta nova mentalidade que surgiu no sindicalismo brasileiro. Uma mentalidade diferente e uma maneira de atuar diferente, sem nunca medir esforços para avançar a luta da classe operária pelo socialismo."*
>
> (Depoimento concedido em 1985 por José Gilmar Pedruzzi – Secretário-Geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas.)

Fui me envolvendo cada vez mais na militância sindical. Participava das assembléias e percebia que estava diante de direções que caminhavam muito devagar. Aquelas reuniões me sufocavam.

As posições dos dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas eram conservadoras. Algo precisava ser feito.

Os companheiros que participaram do Congresso dos Metalúrgicos realizado em janeiro de 1979 na cidade de Lins, em São Paulo, voltaram entusiasmados com a notícia de que seria criado um partido de trabalhadores. As movimentações continuavam em escala crescente. Nesse mesmo ano, Lula lidera uma greve em São Paulo: 160 mil metalúrgicos paralisados. Na região do ABC paulista uma greve geral envolve cerca de 200 mil trabalhadores. Na capital mineira, Belo Horizonte, trabalhadores da construção civil cruzam os braços. Os carreteiros distribuidores de óleo paralisam suas atividades em Minas Gerais e em São Paulo. Oitenta mil metalúrgicos entram em greve no Rio de Janeiro. Em São Luís, no Maranhão, ocorrem choques entre estudantes e policiais. Esse era o quadro do Brasil no final dos anos 70 e início dos 80.

O Rio Grande do Sul não deixou por menos. Em agosto de 1979 cerca de três mil trabalhadores da construção civil entram em greve. A repressão foi violenta envolvendo tropa de choque da BM nas imediações do Palácio Piratini, em Porto Alegre. Outras categorias como os trabalhadores do Pólo Petroquímico de Triunfo e os mineiros da região carbonífera seguiram o mesmo caminho. Em setembro a greve paralisou o setor do vestuário liderado pelo João Paulo e o de transporte de cargas. Os bancários tendo a frente o Olívo paralisaram por dez dias. Os professores fizeram uma das mais longas paralisações no estado e os estudantes voltaram às ruas para pedir o fim da ditadura.

O professor Adair do PT me procurou na porta da Forjasul para que eu liderasse uma oposição em Canoas. Ele disse: “Paim, você pode mudar a história dos metalúrgicos”. Fiquei de pensar, pois estava bem empregado e tinha estabilidade no emprego.

Também fui procurado pelo Carlos Araújo e pelo Fumaça, ambos do PDT.

O presidente da Forjasul, Eugênio Manfrói, me disse: "Paim, se você vai ser candidato, vá e vença. Caso contrário não vou querer que você retorne à fábrica como um perdedor". Depois dessa frase do senhor Manfrói eu fiquei convencido como diz o ditado que o importante é competir..., mas, melhor ainda é vencer.

Eu, o Sérgio Matte, o Gilmar Pedruzzi, a Maria Eunice, o José Clóvis Oliveira, o Jorge Pires, o Padre (já falecido), o Milton da Rosa, o Ciro (já falecido) o Freitas, o Nélio e o seu Auro (já falecido) nos encontrávamos no final do expediente para discutirmos a situação dos trabalhadores e a realidade do País. Montamos assim uma verdadeira oposição.

Depois de muita luta mudamos a diretoria que dominava o sindicato há mais de 20 anos. Em novembro de 1981 fui eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas.

O fato é que quando assumimos a diretoria em 1981, o sindicato passava por grandes dificuldades financeiras. Na época triplicamos o número de sócios. Hoje, 25 anos depois, o Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas é conhecido nacionalmente. Os acordos coletivos estão entre os melhores do País. O sindicato participou de dezenas de greves, em nível de categoria ou não, quase todas vitoriosas. No aspecto de bens, ao invés de um sindicato falido e instalado num prédio de madeira, temos uma sede construída com dois pisos de alvenaria e com estrutura para mais um. Temos uma colônia de férias na praia de Mariluz e um ginásio de esportes.

Estava totalmente empenhado na luta sindical. Participava da coordenação de greves de outras categorias, como dos bancários, professores, calçados e dos trabalhadores da construção civil do Pólo Petroquímico, em Triunfo e Candiota.

No dia 7 de abril de 1983 após o término de uma assembléia eu fiquei na sede do Sindicato dos Metalúrgicos quando os companheiros que estavam em greve no Pólo me ligaram e avisaram que a situação estava muito difícil. Num confronto com a polícia o operário Calgenir Lauri dos Santos havia sido ferido com um tiro de 12 e perdera uma das pernas. Peguei a minha brasília e fui até em casa. Relatei o fato aos meus filhos e disse que não poderia ficar para jantar e contar estórias. "Estou indo para o Pólo ficar ao lado de outros pais que estão lá lutando para que seus filhos possam viver com dignidade". Eles me abraçaram e disseram: "Vá e volte. Nós estaremos lhe esperando". Nesse momento eu tomei a decisão que não seria somente presidente dos metalúrgicos de Canoas. Deveria estar ao lado de todos trabalhadores onde eles estivessem. Quando me encontrei com os trabalhadores disse a eles que os meus filhos não eram melhores que os filhos deles, por isso eu estava ali ao lado deles na resistência.

Esse ano foi marcado pelo impulso à reorganização do movimento sindical. Coube-me coordenar a Central Estadual dos Trabalhadores(CET), que reunia as forças do sindicalismo gaúcho. Também representei o Rio Grande do Sul na Comissão Nacional Pró-CUT.

O 1º de maio desse ano foi a primeira grande comemoração dos trabalhadores gaúchos depois de muito tempo. Reunimo-nos no auditório Araújo Viana, em Porto Alegre. Mais de dez mil trabalhadores presentes contestando a ditadura e a política econômica e social do governo dos generais. Foi uma demonstração dos avanços que vinha tendo o movimento sindical gaúcho.

"Conheci o companheiro Paim nas reuniões da Oposição ainda em 1980. Em 1979 o João Machado já tinha sido eleito pelos metalúrgicos de Novo Hamburgo, e o mesmo pessoal, que depois eu

vim saber que era do PT, resolveu ajudar a gente na organização da Oposição. Na época o troço era brabo. A gente reunia em boteco de esquina e era uma dificuldade encontrar um que tivesse mesa e que desse para conversar com calma. Mas foi daí, do boteco da esquina, que nós surgimos. E nessa luta nós tínhamos o Paim."
(Depoimento concedido em 1986, por Sérgio Matte – Vice-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas.)

No segundo semestre recebi uma homenagem dos alunos da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e também fui escolhido paraninfo da turma de formandos. Fiz inúmeras palestras em sindicatos, colégios e universidades.

Foi nesse período que conheci o professor Antonio David Cattani. Jamais vou esquecer dele e de sua esposa, a também professora Icléia Cattani. Após ela ser demitida da PUC, doou toda a sua indenização para a minha campanha a deputado constituinte. Lembro que o Cattani fez uma lista de intelectuais gaúchos que davam uma ajuda financeira mensal para a minha campanha. Gestos como este têm valor imensurável, mas que a história registra. Obrigado professor Antonio David Cattani. Obrigado professora Icléia Cattani.

Tive a oportunidade de representar o movimento sindical, em Montevidéu, no Uruguai, junto à Comissão de Alto Nível que foi organizada no Brasil com a finalidade de prestar apoio e solidariedade aos uruguaios Lílian Celibertti e Universindo Dias, presos políticos que foram seqüestrados no Rio Grande do Sul com o auxílio de policiais brasileiros.

Greves

desemprego corria solto no Rio Grande do Sul. O movimento popular se articula nos bairros e nas fábricas e no combate ao desemprego. Organizamos os desempregados e conseguimos distribuir 17 toneladas de alimentos e também passagens de ônibus, isso somente em Canoas. Essas vitórias só foram alcançadas graças às mobilizações e às passeatas.

Depois de quase 20 anos de governo militar organizamos a maior mobilização nacional de trabalhadores de até então. Era tudo ou nada. Paramos o Brasil com uma greve geral. O dia 21 de julho de 1983 entrou para a História. Em São Paulo participei dos preparativos da greve e depois retornei ao estado para me integrar à coordenação dos grevistas.

Na noite anterior da greve, saímos do Sindicato dos Jornalistas onde tínhamos realizado uma reunião fechada e fomos até a Assembléia Legislativa. Era uma noite fria e perigosa. Estavam comigo: o Mário Provensi, da Federação dos Trabalhadores da

Alimentação; o Valdomiro Orso, da Federação dos Metalúrgicos; o João Machado, dos metalúrgicos de Novo Hamburgo; o João Paulo e o Telmo, do Sindicato do Vestuário; o Milton Mottini, do Sindicato dos Bancários; o Adão dos metalúrgicos de Porto Alegre; o Galo do Sindicato dos Motoristas; o Celso Schoreder dos jornalistas; e outras lideranças do movimento sindical. Depois de duas horas eles queriam de todo jeito que eu ficasse, por segurança, dentro da Assembléia. Não aceitei e disse: seja o que Deus quiser, mas não vou ficar aqui, vou para as ruas junto com os trabalhadores. Lá pelas 4 horas da madrugada, em frente à empresa de ônibus Canoense, de um lado estávamos nós e de outro a Brigada, de metralhadoras, cacetetes e bombas de gás. Avançaram de passos ligeiros contra nós. Os operários correram. Também cheguei a recuar alguns passos. Voltei e fui ao encontro do pelotão. Os operários voltaram comigo e o ambiente ficou tenso. Negociei com o comandante da tropa. O nosso piquete ficou onde estava.

No dia da greve a cidade de Canoas parou totalmente. Organizamos uma caminhada de trabalhadores até Porto Alegre. Saímos com pouco mais de três mil pessoas. O sol queimava. Mas estávamos determinados. Fui avisado pela polícia que algumas pessoas infiltradas na marcha poderiam causar tumultos. Respondi de imediato ao comandante para ele não se preocupar, pois nenhum trabalhador invadiria alguma casa comercial e nem mesmo nenhum vidro seria quebrado. Disse a eles que sequer pisaríamos na grama ou nos canteiros, "nenhuma flor será machucada".

Estávamos indo pela Avenida Farrapos. Quando chegamos ao centro de Porto Alegre a população começou a nos dar sinais de carinho. Palmas, gritos e papéis picados eram atirados pelas janelas dos edifícios. Em frente ao Palácio Piratini era um verdadeiro mar de trabalhadores. Segundo a Brigada Militar (BM) mais de vinte mil pessoas. Fiz um discurso emocionado: "Companheiros e compa-

nheiras. Homens, mulheres e jovens que aqui estão. Saibam que hoje é um dia histórico para a classe trabalhadora. Não queremos somente melhores salários, condições de trabalho e emprego. Exigimos o fim do governo militar. Queremos democracia plena. Queremos liberdade".

Foi neste momento que alguns provocadores cortaram o fio do microfone e gritaram "vamos invadir o palácio". A intenção deles era desmoralizar o movimento e mostrar que não havia comando. Rapidamente cada palavra que eu falava (no gogó) os companheiros mais próximos do caminhão onde eu estava iam repetindo, e assim, foi se formando uma verdadeira onda de som que abafou as palavras de ordem daqueles que queriam fragilizar o movimento. Eu dizia: "Não à provocação, não haverá invasão, nós queremos solução. Queremos liberdade e igualdade. A democracia não aceita a violência e a agressão. Abaixo a provocação". E o povo repetia...

Eram três horas da tarde. Após terminar o discurso, fui ovacionado. Não agüentei o cansaço e desmaiei, pois estava há dois dias e duas noites sem dormir. Anos mais tarde escrevi um pequeno poema:

Longa Caminhada

Sei que é difícil entender
Sei que hoje estou no centro do poder
Mas saibam que eu sou povo
Isto, jamais vou esquecer.

Gostaria que acreditassem
Que o luxo de Brasília

E seus palácios
A orquestra de violinos
E o piano de cauda mostram
O quanto estão longe os pandeiros
O violão, o tambor pelo povo tocado
É o cenário de um palco viciado.
Vocês sabem
Que eu não podia aceitar
Por isso eu não mudei
Não abandonei os nossos sonhos
As nossas ilusões
O que preguei.

Continuarei livre
Livre como os pássaros
Livre para cantar;
Livre para escrever, protestar
Para sonhar.

Se chorei
Foi porque minha mente e alma
Estão com vocês
Jamais os abandonarei.

A greve da empresa Coemsa em Canoas foi outra memorável façanha dos trabalhadores. Paralisamos por 12 dias. Os operários estavam organizados e conscientes, principalmente pelo desejo de

conseguir estabilidade no emprego. O Sérgio Matte foi o grande líder dessa greve. Além de ser um sujeito competente e disciplinado, sem dúvida um dos maiores articuladores que eu conheci. Anos depois procurei o Matte. Ele continuava na base. Se eu pudesse, ainda hoje, diria: Palmas para o Sérgio Matte, ele merece! Ele está fazendo muita falta para o movimento sindical e social.

Nesse período outras lideranças estavam surgindo, como o Miguel Rosseto, o Padre (já falecido) e o Freitinhas.

Em 1983, houve outra grande greve no Rio Grande do Sul. Foi na usina de Candiota, em Bagé, onde cinco operários já tinham morrido durante a sua construção. Participei da coordenação da greve que durou oito dias. Foi uma estrondosa vitória dos trabalhadores que conseguiram estabilidade no emprego, comissão de fábrica, segurança no trabalho e avanços salariais. No final da greve os operários decidiram me homenagear. Fizeram um quadro de São Sebastião cravejado de flechas, com meu rosto, onde os três mil grevistas colocaram suas assinaturas. Tenho até hoje o quadro na sala da minha casa.

> *"Em 1983, eu estava na Associação da Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações (CRT), porque o nosso sindicato era pelego. Eu já acompanhava a luta de Paim pelos jornais. Estávamos iniciando um movimento de oposição nos telefônicos. De lá para cá, o crescimento do companheiro foi firme e constante, servindo de referência para todos os sindicalistas combativos do movimento no Rio Grande do Sul."*
>
> (Depoimento concedido em 1986, por Jurandir Leite – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do RS.)

Movimento

Nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 1983, nos reunimos no antigo estúdio da Vera Cruz, em São Bernardo do Campo, na grande São Paulo, para o I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). Mais de cinco mil delegados, representando quase mil entidades sindicais de todo o País, decidem criar a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Os congressistas elaboraram um estatuto e elegeram uma coordenação nacional. Aquele foi um dos momentos mais emocionantes da história da classe trabalhadora brasileira. Lembro que um companheiro do Nordeste me abraçou e disse em lágrimas: "Paim, o sonho se tornou realidade".

O pessoal de São Paulo queria ficar com a presidência e com a secretaria-geral, pois eram os cargos mais importantes da Central. Lembro que não aceitamos. Como se diz "trancamos o pé". O Rio Grande do Sul está fora e nós vamos nos retirar. Foi nesse instante que eu rasguei o crachá do Congresso. Daí o Lula disse: "Afinal Paim, tu queres a presidência?" E eu respondi: "Eu

não quero nada, mas o meu estado não abre mão da secretaria-geral". Fui eleito secretário-geral. E foi assim com a participação do Rio Grande do Sul que foi construída a CUT.

Um ano depois acontece o I Congresso Nacional da CUT, também em São Bernardo do Campo. Nove delegações estrangeiras estiveram presentes. É priorizada a estruturação horizontal da Central. São fundadas dezessete CUT estaduais e dezessete CUT regionais. Acabei sendo reeleito secretário-geral. Aprovamos uma campanha nacional de lutas, com uma pauta de reivindicações tanto para a cidade como para o campo. Exigimos a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, reajuste salarial trimestral, autonomia sindical e reforma agrária.

> *"Sabíamos da formação de uma oposição sindical nos metalúrgicos de Canoas. Isso foi pelos idos de 1979. Desde o primeiro momento tivemos as melhores referências do trabalho que vinha sendo desenvolvido. Logo após, num debate promovido pelo sindicato na sede da galeria Malcon, no centro de Porto Alegre, o Paim fez uma intervenção forte, no estilo dele. Eu percebi que se tratava de um companheiro que tinha muito a contribuir para a luta dos trabalhadores."*
>
> (Depoimento concedido em 1985, por José Fortunatti – Presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Presidente Regional da CUT.)

As paralisações e greves continuavam pelo País. Doze mil operários da Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) decidem parar. Em Minas Gerais, cerca de três mil operários da Companhia Belgo-Mineira realizam movimento por melhores salários. Em São Caetano do Sul (SP), policiais realizam repressão violenta contra trabalhadores em greve da indústria Villares.

Novas eleições (1984) acontecem no Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas. A nossa diretoria é reeleita. Quando fazia campanha deixei bem claro aos trabalhadores que, se reeleito, não concorreria novamente em 1987, por entender que deveria percorrer outros caminhos.

"Ele é um rapaz franco, disposto à luta e que quer vencer. Nosso relacionamento permite muitas vezes que possamos acompanhar momentos importantes da luta do sindicato de Canoas. Qualquer decisão mais arrojada, o Paim sempre faz um contato com a gente. Na posse da diretoria, na primeira eleição, ele convidou o delegado do Trabalho, na época o Celito de Grandi. O Celito me ligou perguntando se era o caso de ir. Tinha receio de que não fosse bem recebido, pois todos sabiam que o sindicato era contra o Governo, contra o Ministério do Trabalho. Eu sugeri que ele fosse comigo. Lá, o Paim fez um discurso radical, mas correu tudo bem. No fim, eu disse ao Paim que pagava para vê-lo fazer o que prometia em seu discurso, enfrentando toda a legislação sindical, a pressão do governo. O sindicato de Canoas, com o passar do tempo, foi transformado e é considerado hoje um dos mais atuantes do estado. É democrático. A base está conscientizada e mobilizada. O sindicato mudou depois que o Paim assumiu."

(Depoimento concedido em 1986, por Waldomiro Orso – Presidente da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do RS.)

A partir de 1985, passo a ter encontros com públicos e ambientes diferentes do que estava acostumado. No Rio de Janeiro, em uma reunião da Diretoria da Previdência Social, falei sobre a trágica situação dos trabalhadores quanto ao atendimento

previdenciário. Entre outras coisas, critiquei os baixos valores das aposentadorias, as fraudes e a não-existência de uma política preventiva de saúde. Na sede da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS) defendi, junto a um auditório repleto de empresários, as propostas da CUT como, por exemplo, a redução da jornada de trabalho sem redução salarial. Estive em Brasília por três vezes debatendo e defendendo as principais reivindicações dos trabalhadores brasileiros junto aos então ministros Almir Pazzianotto, do Trabalho, e Dílson Funaro, da Fazenda.

Nesse período as mobilizações não paravam. Na greve dos metalúrgicos de Canoas conseguimos a paralisação de 95% da categoria. Realizamos assembléias com a participação de mais de seis mil trabalhadores. Voltei a Bagé na greve de duas semanas da construção civil que paralisou mais de cinco mil operários, em Candiota. Os trabalhadores conseguiram conquistas econômicas que superaram quase todos os acordos de 1985 no País. Aumento real de 15%, acima do INPC em janeiro, o INPC em maio, e o INPC integral mais produtividade em novembro. Além disso conseguimos fazer com que as datas-base da categoria retornassem para 1º de maio e para 1º de novembro.

Em junho de 1986, dei o seguinte depoimento sobre a necessidade de o movimento sindical brasileiro se reciclar e se modificar para a sua própria sobrevivência: "O movimento sindical tem de ter claro que o sindicalismo de gabinete acabou. Esse sindicalismo já passou e está superado. O sindicalismo que tem que ser feito hoje é o sindicalismo de porta de fábrica, de dentro da fábrica, no local de trabalho. Falo de um sindicalismo de massa e democrático. Esse é o único sindicalismo que tem espaço. Se você não fizer assim, você não estará construindo. Você acabará prejudicando os trabalhadores e a si próprio, porque você será atropelado. É como se diz: ou você pega no ferro quente, lá na base, junto com o peão, ou você dança".

Tomás Borge

omo secretário-geral da CUT tive a oportunidade de estar em vários países representando o movimento sindical brasileiro. Estive no Uruguai, Argentina, Cuba, Nicarágua, Espanha, França, Holanda e Bélgica. Além de receber convites para estar na Itália, Alemanha, Polônia, Rússia, Israel, comunidade palestina, e alguns países da África.

As prisões por motivos políticos já não eram tão freqüentes. Porém, eu acabei detido por três vezes pela Polícia Federal quando viajava para o exterior. A primeira detenção ocorreu quando me preparava para embarcar para Havana, capital de Cuba, onde representaria a CUT em um encontro mundial de sindicalistas com a participação de mais de 80 países. A segunda prisão foi quando eu estava prestes a entrar no aeroporto de Guarulhos, em São Paulo. A minha missão era representar o Brasil em um encontro de centrais sindicais que ocorreria na França. A polícia alegou que eu estaria levando um dossiê sobre a situação de miséria dos trabalhadores

brasileiros do campo e da cidade. A terceira detenção aconteceu quando estava viajando para Buenos Aires, na Argentina, onde participaria como palestrante da I Conferência Latino-Americana de Direitos do Trabalho. Em todas essas prisões, após receber a solidariedade de vários companheiros, acabei viajando.

Guardo um carinho todo especial pela Nicarágua. O seu povo soube fazer a revolução. Quando estava lá, lembro que era um domingo. Consegui que me levassem até o front, perto da fronteira com Honduras, onde se davam os principais combates com os "contras". Fui com alguns operários. Estávamos num jipe. Era apaixonante a conversa deles. Certa hora o Juan me disse: "Olha, Paim. Você está vendo aquele morro. Você está vendo o horizonte". Eu disse que sim. E ele respondeu: "Pois tudo isso aí é nosso. Não tem cercas, tudo isso aí é nosso".

Em um encontro com mães de mortos na guerra perguntei a uma delas o que gostaria que eu dissesse para contribuir com a paz nas visitas que faria em outros países. E ela então me respondeu: "Diga às mães que não mandem seus filhos de cabelos louros invadirem as nossas praias, porque encontrarão nossos filhos de cabelos negros e baionetas em punho. Nossas areias brancas ficarão manchadas de sangue, e ambas choraremos os nossos filhos mortos. Diga a elas para que seus filhos venham em paz conhecer as nossas praias. Sentarão à nossa mesa e descansarão à sombra. Eles serão nossos irmãos".

Estive reunido com Tomás Borge que era um dos sete comandantes da revolução sandinista. Ele falou muito sobre a revolução: "quando estava preso, um coronel do Anastácio Somoza, disse que o nosso líder, Carlos Fonseca, estava morto e que a revolução havia terminado. Respondi, como se fosse o primeiro dia de luta: Carlos Fonseca jamais morrerá, porque seus ideais vivem para sempre, junto a todos nós, junto a cada homem e a cada mulher

da Nicarágua. Aquilo se espalhou como um rastilho de pólvora em nosso País".

Em 19 de julho de 1979, a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), derrotou a ditadura de Somoza que estava no poder há mais de 40 anos. Em fevereiro de 1990, os sandinistas foram derrotados nas urnas. A Nicarágua é hoje a segunda nação mais pobre do continente, apenas à frente do Haiti.

Trabalhador

Partido dos Trabalhadores (PT) foi fundado em 10 de fevereiro de 1980 por sindicalistas, organizações de esquerda, setores da Igreja Católica e, intelectuais. Em 1982, o PT participou de sua primeira eleição e Lula foi candidato ao Governo de São Paulo. O lema do PT era "Trabalhador vota em Trabalhador". No Rio Grande do Sul o companheiro Olívio Dutra candidato ao governo do estado ficou em quarto lugar.

Em setembro de 1985, depois de um grande comício em Canoas, recebi convite do próprio Lula para aderir ao PT. A minha dúvida entre PT e PDT acabaria nesse momento. Em dezembro do mesmo ano ocorreu a minha filiação.

Eu comecei a compreender a importância dos trabalhadores terem um partido político. Tínhamos consciência de que para que ocorressem mudanças sociais no Brasil tínhamos que ter um partido organizado no seio da classe trabalhadora. Outra coisa foi entender

que na caminhada do movimento sindical e da CUT, era importante a minha independência. Eu defendia uma central pluralista e classista, e não uma central partidária. Então, os primeiros passos da construção da CUT, influenciaram, claro, a minha não-opção partidária, pois me preocupava a vinculação da CUT ao partido. É inegável, também, que na minha posição de optar pelo PT estava jogada a questão da Constituinte. Eu entendia que as propostas dos trabalhadores na nova Constituição deveriam entrar por homens comprometidos com a classe trabalhadora.

> *"O Paim é um grande companheiro de luta, e agora, um construtor do Partido dos Trabalhadores. Desde 1981 Paim demonstrou ser um dirigente sindical que merece a confiança que os trabalhadores depositam nela. Não só mudou radicalmente o Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, transformando-o em exemplo e apoio para todos os trabalhadores combativos, como está no dia-a-dia da construção da CUT. Tê-lo como companheiro de partido é a reafirmação de que vamos no caminho da construção da grande arma de unidade política dos trabalhadores – o PT. Muitas vezes tem sido emocionante, profundamente emocionante, enfrentar momentos da história da luta dos trabalhadores ao lado deste guerreiro."*
>
> (Depoimento concedido em 1985, por Olívio Dutra – Presidente do PT do Rio Grande do Sul.)

Santinhos

Eu e o Jorge Pires íamos para Erechim em um fusca branco pilotado pelo então candidato a deputado estadual, Selvino Heck. Depois iríamos para Passo Fundo onde eu faria uma palestra para os sindicatos da região. Lá pelas tantas o pneu dianteiro da esquerda furou. Quando fomos trocar não havia estepe. Ficamos quase uma hora tentando ajuda. Até que fomos socorridos por um borracheiro que passava ali perto. Se não estou enganado ele se chamava Pedro Antônio. O fato é que ele além de arrumar o pneu, nos deu um reserva de presente e não nos cobrou nada.

Sempre quando tenho oportunidade conto esse fato. Mas, até poderia contar outros para mostrar qual era a nossa realidade. Não tínhamos dinheiro para fazer os "santinhos". Apelávamos para papel de pão e manualmente colocávamos "Para deputado federal vote em Paim". Assim foi a nossa campanha que só foi possível, porque teve a ajuda infinita dos amigos, do movimento sindical e

dos trabalhadores que acreditaram em nós. Até hoje sou grato por isso.

Um empresário, um político profissional, ou um latifundiário, irão criar leis de interesse dos trabalhadores? Claro que não! Eles vão trabalhar o tempo todo para que suas riquezas, seus lucros e seu patrimônio sejam garantidos.

Quem poderá defender os direitos dos trabalhadores são os próprios trabalhadores. São aqueles que já vêm lutando junto com os trabalhadores e que continuarão a lutar também na Assembléia Nacional Constituinte.

Por isso é extremamente importante eleger representantes autênticos. Não é mais possível passar procuração para a elite que fala muito, que promete tudo e que só aparece para pedir votos na próxima eleição.

Não é mais possível eleger políticos que lutam por vantagens. Que se esforçam para obter favores que beneficiem apenas algumas pessoas, ou algum grupo. Estes políticos estão fazendo a mesma coisa há mais de 50 anos e não mudam nada.

Os trabalhadores não querem esmolas, eles querem uma vida melhor e mais digna para si e sua família e para isto é necessário mudanças que atinjam a maior parte da população.

A população brasileira está dividida entre uma minoria sem problemas de dinheiro, saúde, educação etc., e a grande maioria que sofre a falta de educação, saúde, emprego e terra para trabalhar. Nunca na História do Brasil se viu tanta riqueza

de um lado e tanta miséria de outro. Os ricos no Brasil são tão ricos porque têm 80% da população trabalhando para eles. E com a Constituinte eles querem garantir que isto continue.

Por tudo isso, é necessário eleger representantes autênticos dos trabalhadores. Constituintes com tradição de luta e que possam levar esta luta também ao Congresso.

(Trecho de palestra proferida por Paulo Paim em agosto de 1986.)

No dia 15 de novembro de 1986 fui eleito deputado constituinte com 47.378 votos.

É hora de molhar a terra

Brasília

s 11 horas e 30 minutos do dia 20 de janeiro de 1987, desembarquei no Aeroporto Internacional de Brasília. O José Mota Pinto – que seria meu chefe-de-gabinete –, esperava-me. Com um sorriso largo me deu um abraço e foi logo falando: "E aí Deputado Paulo Paim, pronto para a peleia?". A que respondi com todo o entusiasmo possível: "Mas é claro, tu achas que eu estou aqui para quê? Os trabalhadores vão ajudar a fazer deste País uma grande democracia".

Naquela época, o Zé Pinto tinha um Corcel II que trouxera do Rio Grande do Sul. Grande figura o José Pinto. Um verdadeiro militante social, além, é claro, de um extraordinário advogado e assessor sindical. Conheci o Zé em 1983 no Sindicato dos Sapateiros. Ele era assessor jurídico. Em 2002, na eleição para o Senado Federal, foi eleito meu segundo suplente. Hoje atua na consultoria legislativa do Senado e seu trabalho é disputado por diversos senadores de diferentes partidos.

Nos primeiros meses em Brasília eu dividia apartamento com o Lula e o Olívio Dutra. Morávamos na Asa Norte, num apartamento funcional da Câmara. Lembro que eles recebiam muitos convites para palestras nas embaixadas. Esses encontros ocorriam geralmente no café da manhã. Eles sempre me convidavam para acompanhá-los. Para mim era um aprendizado. Hoje, o destino traçou outros caminhos para nós. Olívio foi Prefeito de Porto Alegre, Governador do Rio Grande do Sul e Ministro de Estado. Lula é o Presidente do Brasil.

Certa vez o Olívio me disse: "Todos nós militantes por um Brasil mais justo temos sonhos e os perseguimos durante nossas vidas". E concluiu: "Paim, nós temos trajetórias de lutas fecundadas por sonhos que dizem respeito à dignidade das pessoas, à justiça social, às relações humanas mais qualificadas e criativas".

Ulysses

No dia 1º de fevereiro de 1987, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Carlos Moreira Alves, presidiu a sessão de instalação da Assembléia Nacional Constituinte. No dia 2 de fevereiro, o Deputado Ulysses Guimarães é eleito presidente da Assembléia Nacional Constituinte. Nas suas palavras: "Essa será a Constituição cidadã, porque recuperará como cidadãos milhões de brasileiros, segregados nos guetos da perseguição social. O povo nos mandou fazer a Constituição, não ter medo. Viva a vida que ela vai defender e semear".

Creio que o doutor Ulysses foi daqueles homens públicos que, se colocado em diferentes épocas da História brasileira, seria um político contemporâneo. Um grande patriota que, ainda espero, seja reconhecido verdadeiramente como o esteio da redemocratização no País. Em 2004, em aparte concedido no plenário pelo Senador Mão Santa, lembrei que construímos sob a liderança de

Ulysses Guimarães a Constituição Cidadã. "Até mesmo questões partidárias ficaram à parte enquanto redigíamos a Carta Magna", disse eu.

Estava pronto e engajado para os debates da Constituinte. Sabia que não bastava apresentar propostas. Era preciso lutar por elas nas comissões internas e enfrentar a reação dos conservadores. Bem como controlar a redação das leis ordinárias que traduzem em detalhes os grandes princípios da Constituição.

Basicamente as propostas do movimento sindical eram: redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução salarial; direito de greve; garantia de liberdade, e autonomia sindical; garantia de uma Previdência digna que atenda às necessidades dos trabalhadores do campo da cidade, incluindo a aposentadoria integral; implantação de sistemas de participação e controle da sociedade civil na administração pública em todos os níveis (federal, estadual e municipal); salário-desemprego que realmente beneficie os milhares de desempregados do País; reforma agrária sob controle dos trabalhadores; salário mínimo justo; acesso a uma educação decente para todos; estabilidade no emprego.

Durante as longas conversas que mantinha com o amigo Olívio Dutra sempre fazia questão de deixar claro minha preocupação sobre o que poderia acontecer depois de promulgada a Constituição.

Disse-lhe: "Olha Olívio. Não adianta fazermos uma bela e democrática Constituição se ninguém cumpri-la. No papel pode estar tudo certo, mas a realidade é outra. E nós sabemos disso". E Olívio me respondeu: "Por isso mesmo companheiro Paulo Paim é que eu acho que precisamos mais do que nunca continuar com o trabalho de organização sindical e popular. Não podemos recuar de jeito nenhum".

Primeiro

Por solicitação da Executiva Nacional do PT, o jurista Fábio Konder Comparato, redigiu um projeto completo de Constituição. A bancada petista foi considerada uma das mais atuantes, principalmente em questões dos direitos dos trabalhadores e da reforma agrária. Éramos 16 parlamentares na Câmara: Virgílio Guimarães, José Genoíno, Paulo Delgado, Vladimir Palmeira, Irma Passoni, Eduardo Jorge, Gumercindo Milhomem, Luiz Gushiken, Benedita da Silva, Luiz Inácio Lula da Silva, João Paulo Pires Vasconcelos (Monlevade), Plínio de Arruda Sampaio, Florestan Fernandes, Olívio Dutra, Vítor Buaiz e eu.

No dia 22 de fevereiro pela parte da tarde utilizei a tribuna da Câmara e fiz um discurso entusiasmado em que pedi o fim do voto secreto. Esse foi o meu primeiro pronunciamento como deputado constituinte:

> *"Sr. Presidente, Sr^as^ e Srs. Constituintes, venho hoje, pela primeira vez, usar a tribuna desta Casa como Constituinte, como*

vice-presidente Nacional da CUT e como operário metalúrgico, na defesa de um ponto muito importante e que deve constar do Regimento Interno: que esta Casa, em nenhum momento, use o voto secreto. Vi e ouvi, ao longo da semana, senadores e deputados constituintes, que em palanques defendiam a não-participação, nesta Assembléia, dos senadores eleitos em 1982, aqui votarem a favor, tão-somente porque o voto fora secreto. Vi e ouvi muitos daqueles que em palanques pugnavam por uma Constituinte livre, soberana e exclusiva, aqui votarem contra a exclusividade. Vi e ouvi, com estranheza, alguns defenderem, nesta tribuna, a não-convocação do Ministro Dílson Funaro, que aqui deveria explicar o caos econômico e político por que passa o País. Votamos e perdemos porque o voto foi secreto. Vi e ouvi, nesta Assembléia, que a moratória seria absurda. Só que esses mesmos que assim falavam, hoje a defendem. Estive em audiência com o Ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, pedindo, juntamente com outros companheiros, o rompimento imediato das relações diplomáticas do Brasil com a África do Sul. Ouvi do Sr. Ministro que o Brasil mantém pálidas relações com a África do Sul. Mas só que, a bem da verdade, deve ser dito que a África do Sul é um dos países que mais exploram nossa riqueza mineral. Além do mais, aos negros brasileiros não é permitida entrada na África do Sul. Tenho a leve sensação de que aqui estou participando de um grande espetáculo, em cuja peça escrita com muita antecipação, somos meros coadjuvantes, a representar modesto papel. Aqui ouvi, muitas vezes, falarem em nome de Deus. Queira Deus que eu esteja enganado e, como diz a can-

ção argentina, que aqui simplesmente não estejamos fazendo parte de um jogo burguês. Diante desse quadro, acredito que estamos caminhando para uma Constituição até mesmo pior do que a apresentada pela comissão dos notáveis, presidida por Afonso Arinos. Temos um compromisso com a História presente e futura deste País, considerado a oitava economia do mundo. No entanto, 70% da população vive em miséria absoluta, em condições de trabalho deploráveis. Se não caminharmos para mudanças de fato e o rolo compressor que o próprio Regimento apresenta continuar a funcionar, o povo, traído pelo Plano Cruzado, não aceitará mais uma vez ser ludibriado, via Assembléia Constituinte. Tenham certeza de que eu mesmo torço para que estas minhas preocupações sejam, na verdade, infundadas e que a nova Constituição não seja um cavalo de Tróia em pleno século XX. Já que as meias-verdades proliferam neste País. Nesse sentido, faço um apelo a todos os Constituintes, para que em hipótese alguma seja aprovada a realização de votação secreta e de sessões secretas. Do contrário, estaríamos como o avestruz que enfia a cabeça no buraco e deixa o corpo do lado de fora. Seria um absurdo não termos coragem de assumir publicamente nossas posições. Na verdade, se isso acontecesse, estaríamos virando as costas para o povo e proibindo, de fato, a participação popular na Constituinte. Voto secreto faz lembrar golpe militar, preparado nos porões; secreto lembra dívida externa; secreto lembra contas nos bancos suíços; secreto lembra os trabalhadores torturados e os companheiros trabalhadores do campo e da cidade assassinados ao longo da ditadura, e até mesmo

agora, na Nova República; secreto lembra as inúmeras formas que recebemos – e não só eu – de ameaças e de atentados. Senhoras e Senhores, é preciso fazer com que a Constituinte se torne, de fato, transparente."

Propostas

Juntamente com o PT, apresentamos mais de 40 propostas na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores. Tínhamos certeza de que elas seriam aprovadas por unanimidade, como a estabilidade no emprego. Afinal, estávamos trabalhando com afinco e responsabilidade. O debate era aberto e franco.

A redução da jornada de trabalho, sem redução salarial, era ponto de convergência para a classe trabalhadora. Somente três países do mundo, Singapura, Coréia do Sul e Costa Rica, ainda mantinham horário igual ou maior ao do Brasil.

Apresentamos a proposta do salário-desemprego, que era uma realidade na maioria dos países da América Latina, e dos aumentos mensais dos salários, conforme a inflação. A própria concessão do salário mínimo não deveria ser mais um direito do Executivo, mas um dever do Congresso Nacional. No mesmo entendimento aprovamos o fim da mão-de-obra temporária que era

um verdadeiro câncer no meio da classe trabalhadora. Tínhamos de assegurar também a liberdade e autonomia sindical.

No campo da segurança e higiene do trabalho, as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA), estavam servindo muito mais para defender os interesses do capital que os do trabalho. Nesse sentido asseguramos o mesmo espírito de quando as CIPA foram criadas. Deixamos bem claro que essas comissões de fábricas – que eram representadas pelos trabalhadores –, deveriam preocupar-se também com a segurança e higiene do trabalho.

Os índices de insalubridade e periculosidade deveriam ser alterados para 50% sobre o salário real de cada trabalhador e não somente 10, 20 ou 40% sobre o salário mínimo. Entendíamos que a única forma de fazer com que o empresário aplicasse, de fato, em um novo método de combate à insalubridade e ao alto risco era providenciar para que ele sentisse no bolso o percentual de 50% em cima do salário.

A Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e dos Servidores Públicos cumpriu o seu papel na primeira etapa da Constituinte. Foram homens e mulheres que se somaram, não numa disputa partidária, mas sim com o objetivo único de resgatar a maior dívida que o Brasil tem com seu povo, ou seja, a dívida social.

Foram dias e noites de trabalho nos quais a justiça prevaleceu acima de tudo. Foi nessa Subcomissão que realizamos debates fraternais com variados setores da sociedade. A maioria dos integrantes entendeu que não dava mais para continuar com leis que exploravam cada vez mais os trabalhadores. PT, PDT, PCB, PCdoB e setores do PMDB foram fiéis às reivindicações dos trabalhadores. O Deputado Teotonio Vilela Filho (PMDB) disse que se alguém estranhava que ele estivesse votando com os trabalhadores, é por que não o conhecia. Ele estava votando como votaria seu pai, o inesquecível Senador Teotônio Vilela – o menestrel das Alagoas.

Sabíamos que se continuássemos caminhando com parlamentares daquela estirpe e seguíssemos junto com a pressão popular, haveríamos de aprovar aquelas propostas no plenário da Constituinte: desde os direitos das empregadas domésticas; a estabilidade no emprego; o pleno direito a greve; aumentos mensais de salário; as 40 horas; bem como a anistia geral e irrestrita aos trabalhadores punidos nas greves, aos dirigentes sindicais, aos marinheiros, enfim, a todos os civis e militares.

No final de maio de 1987 o jornal *O Estado de S. Paulo* chamou os membros da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos de "garças", ao dizer que "os homens copiam os animais. Pois a garça acena com a ponta da asa para desviar a atenção da cobra, e aí a bicada é mortal".

A matéria seguia dizendo que, enquanto alguns ficavam com discursos e panacéias na Subcomissão, os trabalhadores iam enviando suas propostas. No dia 22 eu fui à tribuna e disse: "Tomara que pudéssemos bicar todas as cobras que deslizassem dentro do Congresso Nacional e que exterminaram a proposta de reforma agrária, incentivando com isso um confronto ainda maior no campo, onde de 1964 a 1986 foram, assassinados 1.188 trabalhadores".

Prossegui em meu discurso: "E neste momento, tal qual o réptil, dar o bote contra o gatilho salarial dos servidores públicos e o conjunto dos trabalhadores, numa posição absurda do Executivo e dos governadores que tem de ser repudiada e condenada por todos nós. Tomara senhores que as garças se multipliquem e sejam as cobras afastadas. Aí, sim, teremos uma Constituição voltada para o interesse do povo brasileiro. E no dia que as garças forem maioria, teremos um País renovado, sem explorados e sem exploradores".

Jornada de trabalho

A redução da jornada de trabalho foi outro embate ferrenho na Assembléia Nacional Constituinte. No começo do século passado, os trabalhadores brasileiros chegaram a cumprir uma jornada diária de até 16 horas. Foi com a mobilização deles que a Constituição de 1946 assegurou o regime de oito horas diárias e 48 horas semanais.

No primeiro semestre de 1987, vários empresários e juristas diziam que a carga horária não era assunto para a Constituição. E eu indagava na tribuna: "Como não, se o foi para a Constituição de 1946?".

Diziam eles que a redução da jornada causaria desemprego. E era exatamente o contrário. Argumentei várias vezes que com a redução de 48 para 44 horas semanais teríamos o seguinte resultado: de cada cinco empregos, um a mais seria criado. Além de reativarmos o mercado interno, pois teríamos mais alguns milhões de trabalhadores recebendo e consumindo. Isso sem falar no

aspecto social. Haveria ainda aumento nos cofres da Previdência, fundos para habitação e outros.

Reduzir a jornada é reconhecer que o trabalhador também tem o direito a ficar mais tempo com seus filhos e com sua esposa, dessa forma valorizando, de fato, a família. A redução significa que o trabalhador terá mais lazer, mais oportunidades para estudar, para preparar-se para conviver com o avanço tecnológico. Todos nós sabemos que cada vez mais a máquina passa a fazer parte da vida do homem. Somente a redução de jornada é que fará com que o processo de automação não seja uma fonte geradora de desemprego. Reduzir a jornada é ter sensibilidade para o próprio quadro internacional, no qual o Brasil tem a maior carga horária e o menor salário mínimo.

Para mostrar a nossa realidade expus na tribuna o seguinte quadro, elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Era uma quarta-feira, 9 de junho de 1987. Áustria, 36,1; Canadá, 37,6; Hungria, 38,2; Itália, 38,6; França, 38,9; Nova Zelândia, 39,2; Estados Unidos, 40,1; Irlanda, 40,5; Alemanha, 40,7; Japão, 41; Inglaterra, 42,6; Venezuela, 43,9; El Salvador, 44,2; Guatemala, 47,5; Equador, 45; Brasil, 48 horas.

Utilizei também a jornada legal de trabalho em alguns países da América Latina. Os dados foram do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Paraguai, 40; Peru, 40; Panamá, 44; Uruguai, 44; Colômbia, 45; Argentina, 46; Brasil, 48 horas.

Para enfrentar a recessão, os sindicatos europeus lutavam para passar a jornada para 30 horas semanais. Argumentei que a redução da jornada de 48 para 44 horas semanais aqui no Brasil significaria, em média, um aumento de 1% no preço final dos produtos.

Em diversos países as férias foram aumentadas de quatro para cinco ou seis semanas, e o tempo de aposentadoria foi diminuindo, também como forma de reduzir a jornada e combater o desemprego. Dei como exemplos a Áustria, Bélgica, Itália e França.

Sabia que a redução da jornada de trabalho era um processo irreversível. No substitutivo do Senador Almir Gabriel, da Comissão da Ordem Social, a proposta dos trabalhadores estava contemplada. Apenas discordei num ponto: as empregadas domésticas não estavam contempladas com a redução da jornada de trabalho.

Em 1994, apresentei na Câmara dos Deputados, Projeto de Lei nº 4.653 que previa a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução salarial. A proposta engloba os empregados da atividade privada e pública, inclusive os rurais e as empregadas domésticas. Um ano depois, eu e o Deputado Inácio Arruda (PCdoB/CE), apresentamos em parceria, Proposta de Emenda Constitucional (PEC nº 231), com o mesmo objetivo.

Atualmente está tramitando no Senado Federal duas propostas de minha autoria: a PEC nº 75/2003 que reduz a jornada para 36 horas, sem redução salarial; e o PLS nº 254/2005 que institui o Pacto Empresarial para o Pleno Emprego (PEPE) que reduz das atuais 44 horas semanais para 36 horas, sendo a adesão voluntária por parte do empregador.

Assassinato

Durante a Constituinte um triste fato abalou a todos nós militantes dos direitos humanos. O negro e operário Júlio César de Melo Pinto, 30 anos, casado, sem antecedentes criminais, foi morto em Porto Alegre por policiais da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, em 14 de maio de 1987.

O supermercado Dosul do bairro Partenon é assaltado. São 19 horas e 30 minutos. A polícia é chamada, existe troca de tiros, dois PM são feridos, um assaltante é morto. Os reféns são soltos. No meio da confusão, Júlio César, empregado da empresa Cortazzi Engenharia, que prestava serviço para a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT), é preso por suspeita. Entrou ileso na viatura da Polícia Militar (PM) e chegou morto ao Hospital de Pronto-Socorro.

Os próprios ladrões e os reféns inocentaram Júlio César. O jornal *Zero Hora*, em extenso dossiê, deixou claro que ele foi eliminado pelos policiais: *"Júlio César era apenas mais um dos inúmeros*

curiosos que observava o desenrolar dos acontecimentos defronte ao supermercado como sempre acontece em casos do gênero".

Assassinatos como de Júlio César me lembram os nazistas na Segunda Guerra Mundial e do regime Apartheid, desumano e racista, da África do Sul.

Disse aos Constituintes que eles não poderiam entender esse crime, porque nunca sentiram na pele o que era ser negro e pobre. Ser negro e pobre era ser assassinado como Júlio César e ser discriminado nos ônibus, nos clubes, nas ruas, nas lojas, nos bancos, nos serviços e nos colégios.

"Eu pergunto senhores parlamentares se vossas excelências sabem o que é os filhos voltarem para casa e falarem que os chamaram de negros sujos? Explicamos a eles, mas não convencemos. As perguntas continuam. Por que as nossas bonecas não são negras? Porque os heróis das histórias em quadrinhos ou dos filmes não são negros? Por que, enfim, o padre, o juiz, o general, o presidente, todos são brancos?" (20/05/1987)

Júlio César tinha somente 30 anos e foi assassinado como um marginal. Qual foi o seu crime? Nenhum. Mas era negro, pobre e operário, por isso morreu.

Da tribuna eu disse para um plenário quase vazio que esperava que a nova Constituição desse espaço para as questões do negro. Que fosse firme no combate a países racistas, considerando a discriminação como crime inaceitável, para que nunca mais viessem a ocorrer assassinatos como o do jovem Júlio César de Melo Pinto.

Lá se vão quase vinte anos e os negros continuam lutando contra as injustiças em busca da verdadeira liberdade. Gostaria de ver o povo brasileiro fazer campanha pela liberdade dos trabalhadores negros na África do Sul e contra o racismo nos Estados Unidos da América. Gostaria ainda de ver nas tevês do Brasil programas sobre o negro, sua história e suas lutas.

Pressão

No segundo semestre de 1987 fiz um extenso roteiro pelo interior do Rio Grande do Sul. Queria saber o que a população estava achando dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, bem como levar informações sobre o processo no Congresso Nacional. Nesse contato tive oportunidade de ser informado sobre fatos que estavam ocorrendo relacionados ao encaminhamento de emendas ao projeto de Constituição, de responsabilidade da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS). Depois de ouvir os relatos de trabalhadores, fiquei estupefato. O que estava acontecendo era inadmissível. Setores do empresariado pressionavam os trabalhadores para que assinassem propostas contrárias à estabilidade no emprego e a redução da jornada de trabalho.

Nas cidades de Sapiranga, São Leopoldo e Bento Gonçalves as denúncias haviam sido confirmadas. Dirigentes sindicais me in-

formavam que várias demissões estavam ocorrendo como forma de represália.

O alemão Orlando (já falecido), do Sindicato dos Sapateiros de Sapiranga, disse-me: "Os patrões estão demitindo sem dó e sem pena. É uma barbaridade o que estão fazendo conosco". Meio desconfiado, perguntei: "Mas estão demitindo sem nenhum motivo?" Ao que ele me respondeu: "Eles estão pressionando pra gente assinar umas propostas para serem enviadas para Brasília. Lá na Constituinte". E eu, revoltado: "Isso eu não vou deixar de jeito algum. Vou denunciar para o Brasil o absurdo que estão fazendo com a classe trabalhadora".

Aqueles empresários não estavam conseguindo as trinta mil assinaturas necessárias para cumprir o Regimento Interno e, assim, poderem encaminhar suas propostas, como já disse, que previam o fim de vários direitos trabalhistas.

Da tribuna da Câmara dos Deputados cheguei a mostrar toda minha indignação com aquela pressão sobre os trabalhadores: "O ato deliberado de coação para com os empregados, ameaçando-os com demissão e, efetivamente, demitindo vários deles, é um procedimento de quem não tem escrúpulos, de quem não aceita as regras do jogo, de quem não quer a democracia e o respeito às liberdades neste País". (19/08/1987)

No final de agosto, o jornal *Gazeta Mercantil* publicou matéria intitulada "No Sul, pressão sobre os empregados", em que o próprio presidente da Fiergs, Luis Carlos Mandelli, admitia que "esses fatos ocorreram, mas, isoladamente".

Fizemos então um pedido incisivo para que os constituintes e todas as forças progressistas incluíssem no novo texto a estabilidade no emprego; a jornada de 40 horas semanais, sem redução salarial; o direito de greve; a aposentadoria integral; e outros direitos que assegurassem ao trabalhador uma vida digna.

Confisco

movimento sindical realizou, em 20 de agosto de 1987, uma das maiores greves já acontecidas no País. O protesto era contra a política econômica do Governo Federal, imposta pelo Plano Bresser, e contra o confisco salarial. O achatamento salarial promovido pela Nova República até então era o maior de toda a História brasileira. Os trabalhadores não aceitaram calados à recessão.

Queiram ou não queiram pela primeira vez uma greve uniu operários e camponeses numa luta por reforma agrária, por uma política agrícola e contra os juros dos banqueiros agiotas. Também foi um dia de reflexão em razão do grande número de companheiros que morreram assassinados por lutarem pelo direito à terra. Nos primeiros seis meses de 1987, cerca de 127 trabalhadores foram assassinados no campo. Lembro do Paulo Fontenelles, da Maria Margarida Alves, do Benezinho, do Tião da Paz, do Padre

Ezequiel, do Padre Josimo Tavares, do Gedeão Lustosa Ribeiro e do Welington de Lima, pessoas que morreram por um ideal.

Para se ter uma idéia da situação daquele período, vale lembrar que, em 1985, a cada dois dias, um camponês era assassinado no Brasil. Em 1987, a cada um dia, um camponês era assassinado. Dados da Secretaria de Planejamento (SEPLAN), indicavam que quase um milhão de pessoas abandonavam o campo todo ano.

Fui escolhido para ler na tribuna o documento "Carta Aberta dos Trabalhadores aos Constituintes" que fora publicado em todo País e subscrito por nove confederações, representando cinco mil sindicatos e mais de 25 milhões de trabalhadores. Era uma quinta-feira, 3 de setembro de 1987.

> *(...) Srs. Constituintes. Não se deixem enganar por declarações de que essa matéria já está afastada da Constituinte por deliberação das cúpulas. A decisão e a responsabilidade do voto são individuais de cada Constituinte e ficarão gravadas na história o que for feito a favor da classe trabalhadora.*
>
> *Não se deixem enganar também por declarações no sentido de que os trabalhadores já concordam em afastar a matéria da Constituinte. Não é verdade. Ninguém isoladamente pode falar pela classe trabalhadora. As confederações nacionais de trabalhadores, as centrais sindicais e o DIAP, que atua a nível parlamentar pelas entidades sindicais, têm declarado que são favoráveis à garantia do direito ao trabalho, com a proibição da demissão imotivada, de forma concreta, auto-aplicável, independente de regulamentação.*

Na hora sagrada do voto, lembrem-se da importância do momento da elaboração de uma nova Constituição e da oportunidade gigantesca que o destino lhe conferiu de ajudar a criar uma pátria grandiosa, justa e humana.

Saberemos divulgar para os quatro cantos do País a sua sensibilidade, justiça e apoio à classe trabalhadora, e denunciar aqueles que traírem os nossos anseios.

Brasília, 28 de agosto de 1987.

Assinam o documento as seguintes confederações:

CONTAG, CNTC, CONTCOP, CONTEC, CNTEEC, CNTI, CONTMAFA, CNTT e CNPL, representando cinco mil sindicatos e 25 milhões de trabalhadores.

Varig

enunciei a direção da Viação Aérea Rio-Grandense (VARIG) numa tarde quente de janeiro de 1988. A companhia aérea demitiu de forma arbitrária toda a sua Comissão Pré-Sindical do Estado do Rio Grande do Sul. A alegação foi de que a greve era ilegal.

Lembrei à Varig que os demitidos já estavam legalizados na associação de funcionários e tinham estabilidade no emprego. O procedimento utilizado pelos aeronautas chamado "operação-padrão" é um justo direito, inclusive é uma norma de segurança usada em âmbito internacional.

Os aeronautas têm todo direito, porque as companhias na hora de aumentar a passagem se baseiam na "operação-padrão" e, depois, exigem uma produtividade maior, mas não transferem o lucro.

Vinte anos depois desse acontecimento a Varig procurou a nós e toda a bancada gaúcha no Congresso Nacional para ajudá-la

a não fechar as portas. Coordenei a comissão de senadores encarregados de evitar a falência da empresa. Defendemos o AERUS em benefício dos aposentados e pensionistas da Varig. Até hoje continuamos lutando para que os trabalhadores, aposentados e pensionistas recebam tudo que têm direito. É uma longa batalha que continuaremos a travar.

Aposentados

Em maio de 1988, numa sexta-feira à noite, a TV Globo veiculou uma reportagem sobre os aposentados brasileiros. O programa mostrou as dificuldades dos nossos velhinhos e inúmeros casos de trabalhadores que ganhavam menos de meio salário mínimo. Também mostrou que muitos trabalhadores haviam se aposentado com cinco salários mínimos, mas estavam recebendo menos de dois salários.

Na segunda-feira seguinte, encontrei o Deputado João Paulo Monlevade no corredor das Comissões. Tivemos um pequeno diálogo sobre o assunto, pois ele também havia assistido ao programa. Concordamos que a situação dos aposentados brasileiros era humilhante.

Disse a ele: "Os aposentados deste País empenharam sua força de trabalho por anos a fio, contribuindo para o desenvolvimento econômico da Nação e também contribuindo religiosamente para a Previdência Social, hoje estão aí abandonados à sua

própria sorte". E ele: "Olha Paim, a elite deste País sabe muito bem que o esforço e a dedicação desses trabalhadores de nada valeu. Milhares de aposentados que deveriam receber os seus proventos integrais, estão recebendo valores que muitas vezes são inferiores a 50% do que teriam direito".

Indignado, disse: "A realidade está aí João Paulo. Essa política que subtraiu os benefícios dos aposentados foi covarde e o pior é que esses valores serviram para a demagogia de um governo sem legitimidade e que não expressava a vontade popular".

A situação dos aposentados é desesperadora. Com essa realidade e sem alternativa eles estavam sendo obrigados a procurar novamente um emprego para completarem a sua aposentadoria e, assim, poderem viver dignamente.

Essa necessidade de complementação da aposentadoria obriga os aposentados a ingressarem novamente no mercado de trabalho, disputando as vagas existentes com milhões de jovens que, a cada ano, saem a procura de um emprego. Uma situação dessas estrangula os níveis de emprego, ainda mais se considerarmos que quase 50% da população economicamente ativa está desempregada ou subempregada.

Faço aqui uma pergunta aos meus leitores. Isso aconteceu em 1987, em plena Assembléia Nacional Constituinte. Estamos em 2006, adentrando 2007. Mudou alguma coisa neste País para os aposentados e pensionistas?

Em março de 2005 escrevi um artigo que foi publicado no *Jornal do Comércio* de Porto Alegre sob o título "Marcha dos Aposentados".

"(...) Foi em Aparecida do Norte que pescadores encontraram, em um rio, a imagem de uma santa negra. Hoje, ela é padroeira do Brasil e considerada por muitos como guardiã das crianças e dos idosos. Aparecida é uma espécie de 'Meca', onde as pessoas vão agradecer e pedir graças e, nos últimos anos, tornou-se também um ponto de encontros e debates dos idosos. Tivemos a oportunidade de estar lá em janeiro, participando de um debate a convite da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP). Dentre as discussões, a que mais nos entusiasmou foi a sobre o Projeto de Lei nº 58/2003, de nossa autoria. O seu artigo primeiro, diz que as aposentadorias e pensões que vêm sendo pagas pela Previdência Social aos seus segurados e pela União, aos seus inativos e pensionistas, terão seus valores atualizados. A intenção é restabelecer o poder aquisitivo considerando-se o número de salários mínimos que representavam na data de sua concessão. Por justiça, estaremos recompondo o poder de compra de milhões de cidadãos que contribuíram a vida inteira.

As perdas até hoje, se usarmos como referência o ano de 1995, já chegam a 78%. Se continuar essa lógica perversa, em poucos anos todos os aposentados estarão ganhando somente um salário mínimo que, com certeza, não permitirá que eles vivam com dignidade. Não há alternativa senão a mobilização nacional para pressionar o Congresso a conceder o mesmo reajuste do salário mínimo. Quanto às perdas, podemos negociar os valores, mas o que não podemos é permitir que os aposentados percam mais do que já perderam."

Ano	PISO MÍNIMO	Mínimo Dieese	Aumento do Mínimo	Para os aposentados	MÍNIMO DO INSS	Diferença para os aposentados	
						No ano	**Acumulada**
1995	100,00	729,99	42,86%	42,86%	Este período teve um certo equilíbrio, porém já havia diferença acumulada de cerca de 20%, em face dos reajustes diferenciados de jan/93 a set/94		
1996	112,00	823,21	12%	15%			
1997	120,00	770,37	7,14%	7,76%			
1998	130,00	882,78	8,33%	4,81%			
1999	136,00	870,76	4,61%	4,61%			
2000	151,00	936,12	11,03%	5,81%	119,70	4,93%	26,15%
2001	180,00	1.055,84	19,21%	7,66 %	128,87	10,73%	39,68%
2002	200,00	1.247,97	11,11%	9,20%	140,73	1,75%	42,12%
2003	240,00	1.399,10	20%	19,71%	168,47	0,24%	42,46%
2004	260,00	1.557,55	8,33%	4,53%	176,10	3,64%	47,64%
2005	300,00	1.588,80	15,38%	6,35%	187,28	8,5%	60,19%
2006	**350,00**	**1.503,70**	**16,67%**	**5%**	**196,64**	**11,11%**	**78%**

Em 2006 apresentei no Senado Federal, Proposta de Emenda à Constituição de nº 13 com esse mesmo objetivo.

As diferenças praticadas entre o aumento do salário mínimo e aquele concedido aos aposentados na última década foram assustadoras, conforme podem ser comprovadas pela tabela a seguir:

Fonte: Frente Parlamentar de Entidades Civis e Militares em Defesa da Previdência Social Pública.

E quanto aos números da Previdência?

Temos denunciado exaustivamente ao longo dos anos que o propagado déficit não resiste; há uma confrontação com dados do próprio Orçamento Geral da União, no qual o Orçamento Fiscal vem sendo regularmente suplementado com recursos desviados do Orçamento da Seguridade Social.

Um estudo elaborado a partir de 1999 pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (ANFIP) mostra, com riqueza de detalhes, as datas, as leis, os valores e os órgãos para os quais foram desviados recursos durante o período de 1999 a 2005. Foram desviados mais de 56 bilhões de reais que, originalmente, deveriam ser destinados ao Orçamento da Seguridade Social.

Esse estudo da ANFIP deixa claro que o Orçamento da Seguridade Social tem sido a grande fonte de recursos para socorrer orçamentos de órgãos dos Três Poderes da República, como também das três esferas de governo.

Com rubricas de destinação específica, como "Ministério do Planejamento", ou de forma menos específica, "Diversos órgãos do Legislativo, Executivo e Judiciário", inúmeras leis tiveram a aprovação da Câmara. Em 1999 foram desviados exatos R$3.310.004.643,07 (três bilhões, trezentos e dez milhões, quatro mil, seiscentos e quarenta e três reais e sete centavos).

A sangria prosseguiu nos anos seguintes: em 2000 foram R$8,1 bilhões; em 2001, R$10,3 bilhões; em 2002, R$6,4 bilhões; em 2003, R$5,8 bilhões; em 2004, R$10,2 bilhões, e em 2005, R$12,2 bilhões.

A Seguridade Social vem apresentando superávit ao longo dos anos. É o que comprovam os dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), do Governo Federal. Indicadores esses que constam no *site* da Associação Nacional dos Fiscais da Previdência.

Como me disse um fiscal da Previdência; "Quem diz que ela é deficitária, ou desconhece o assunto, ou usa de má-fé ou é um inocente útil".

Sonho

No dia 4 de abril de 1988 subi à tribuna para assinalar os 20 anos do assassinato de Martin Luther King Júnior, morto com um tiro no rosto em Memphis nos Estados Unidos.

Luther King morreu levando para o túmulo o seu sonho. O sonho de uma sociedade justa e sem preconceitos. Ele ficou conhecido em todo mundo por sua luta contra o racismo. Nos Estados Unidos da América foi um dos principais líderes no enfrentamento com a Klu Klux Klan. Uma de suas principais vitórias foi acabar com a segregação nos ônibus, em 20 de novembro de 1956.

Já em 1962 suas frases proferidas em discursos eram escritas e repetidas nos Estados Unidos. Uma delas parece que profetizava sua morte: "Podem crucificar-me. Posso mesmo morrer, mas mesmo que isto me aconteça quero que digam: ele morreu para libertar os homens".

Em 1963 liderou um movimento massivo que ficou conhecido como "Marcha para Washington" pelos direitos civis do Estado do

Alabama, organizando campanhas por eleitores negros. Foi um protesto que contou com a participação de mais de 200 mil pessoas. Recebeu em 1964 o Prêmio Nobel da Paz. Teve entre seus admiradores o Presidente John Kennedy que o ajudou a combater o que chamavam "a maior chaga interna dos Estados Unidos: o preconceito". Em abril de 1967, foi polêmica a luta que desencadeou a partir de Nova Iorque contra a ação dos Estados Unidos no Vietnã, fazendo apelo aos negros para que se recusassem a prestar serviço militar.

Martin Luther King entrou para a história por diversos motivos. Em 1965 conseguiu o reconhecimento dos direitos reais de voto para os negros do Alabama. Viveu sempre sob o tacão de ameaças e atentados, tendo sido preso por diversas vezes e, infelizmente, assassinado.

Ele dizia que queria ver os filhos, os velhos, brancos e negros, sentados na mesa da fraternidade: "Os homens não podem ser julgados pela cor de sua pele, mas sim, pelo seu caráter".

Luther King não foi só o líder dos negros, mas também de milhões de brancos. Em um de seus últimos pronunciamentos ele disse: "Não quero um funeral longo: se alguém fizer um discurso peço que não fale muito e não cite a centena de prêmios que recebi, isto não importa. Citem sim, se quiserem, que Martin tentou dar a vida a serviço dos outros, tentou caminhar e amar o próximo, tentou vestir o mendigo, visitou os que estavam na prisão e queria servir à humanidade. Digam que fui arauto da justiça, da paz e do direito".

A semente plantada por Martin Luther King está sendo colhida pelas novas gerações, nas mais diversas partes do mundo. Sementes que não temem nada e que não morrem sob o frio do inverno ou sob o calor do verão. Essas sementes mostram vida no outono e

fornecem flores para todos na primavera, não importando a cor da pele, mas sim, o caráter, como dizia.

Martin Luther King foi assassinado. O seu companheiro de causa, ex-Presidente dos Estados Unidos da América, John Kennedy, também foi. Lembro também outros que morreram: Abraham Lincoln, Malcon X e Zumbi dos Palmares.

Reforma agrária

A reforma agrária ainda era tabu nas discussões da Constituinte. Por várias vezes antes da votação do tema tive a oportunidade de me manifestar.

Na Esplanada dos Ministérios um grupo de agricultores sem terra levava uma faixa com a inscrição "Reforma agrária, o verdadeiro nome da paz". Ela expressava a necessidade e a emergência da reforma agrária em nosso País.

O latifúndio improdutivo no Brasil assume proporções cada vez maiores. É a especulação de terras, a grilagem, a violência, uma rotina na vida do campo.

No meio dos anos 80 era comum encontrarmos nas rodoviárias de municípios da região do alto Uruguai agricultores que deixavam o campo para tentar a vida na cidade. Ônibus lotados saíam todos os dias carregando a esperança e a amargura de homens e mulheres que partiam rumo a capital gaúcha na perspectiva de uma vida melhor.

Também iam para a região do vale dos Sinos atrás de emprego nas indústrias do calçado ou nas indústrias moveleiras de Bento Gonçalves e região da serra. Sem nenhuma especialização, recebiam salários miseráveis e eram submetidos a longas jornadas de trabalho que na maioria das vezes ultrapassavam 12 horas diárias.

Fala-se, neste País, que é preciso distribuir melhor a renda, que é preciso maior desenvolvimento, maior produção, mas ninguém faz nada para viabilizar essas propostas.

O caminho é a reforma agrária. Na maioria dos países desenvolvidos isso foi feito. Distribuir terra e riqueza é mais desenvolvimento, mais consumo, mais empregos e mais alimentos.

Toda a propriedade rural deve cumprir sua função social. Não há como ser diferente. Sem esta premissa nunca poderemos viabilizar qualquer projeto de reforma agrária.

Mas também é fundamental uma política agrícola condizente com o trabalho do nosso agricultor. Com preços justos, financiamentos da produção, assistência técnica e seguro agrícola, entre outros.

Dívida

Na Assembléia Nacional Constituinte fui membro titular na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, uma das Subcomissões que compunha a Comissão da Ordem Social, responsável por tratar, dentre outros assuntos, do salário mínimo. O resultado final desse trabalho está expresso no Capítulo II – Dos Direitos Sociais da Constituição Federal de 1988 (art. 7º, IV). O Olívio Dutra e o Lula pleiteavam representar o PT nessa Subcomissão, o que não ocorreu. Eles abriram mão da vaga para que eu pudesse assumi-la. Fui escolhido por unanimidade. Agradeci a generosidade dos gestos.

Na questão do salário mínimo ouvi diversas entidades representativas de trabalhadores como CUT, CGT, Força Sindical, CNTI, CNTC, CONTAG, CNTA, DIEESE, DIAP, ANDES, entre outras. Essas entidades tiveram papel decisivo na configuração final do texto.

A proposta de texto constitucional encaminhada pela Subcomissão ao relator – resultado de um árduo trabalho que reuniu parlamentares com interesses divergentes e conflitantes, sob forte pressão de setores mais conservadores – ficou profundamente marcada pela participação popular. Houve quem chegasse a considerar algumas das conquistas trabalhistas "desmedidas" ou "passíveis de inviabilizar o País".

Da tribuna eu disse: "A Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Serviços Públicos, da qual faço parte, representando a bancada dos trabalhadores, cumpriu o seu papel. Foram homens e mulheres que se somaram, não numa disputa partidária, mas, sim, com o único objetivo de resgatar a maior dívida que este rico País tem com seu povo, ou seja, a dívida social. A própria concessão do salário mínimo não deve ser mais um direito do Executivo, mas um dever do Congresso Nacional".

Conquistas

Antes da promulgação do texto constitucional fiz uma avaliação dos avanços e retrocessos dos trabalhos desenvolvidos pela Assembléia Nacional Constituinte.

Os compromissos assumidos em praça pública, no período pré-eleitoral, foram parcialmente resgatados.

O que efetivamente ficou comprovado foi a lealdade, a capacidade de organização e negociação, a garra e o desprendimento, a determinação que nortearam a ação e a operacionalidade da pequena bancada dos trabalhadores.

Pela primeira vez na história republicana deste País, tivemos uma autêntica representação de trabalhadores, defendendo os interesses da classe.

Só esse registro, da participação efetiva, da organização, da conscientização da classe trabalhadora, elegendo, acompanhando, contestando, fiscalizando, cobrando e fornecendo subsídios para

a atuação de seus legítimos representantes teria dado o respaldo de validade, histórico e decisivo de restauração dos direitos sociais e políticos do povo brasileiro.

São indiscutíveis a importância e o grau de conscientização da classe trabalhadora pelos dirigentes sindicais, pelas associações de classe, verdadeiros democratas deste País.

Foi possível produzir alguns avanços, principalmente no que diz respeito aos Direitos Sociais:

– as 44 horas semanais;
– o direito de greve;
– a estabilidade dos dirigentes sindicais;
– o aviso prévio acrescido e proporcional;
– o adicional de férias;
– a não-prescrição dos direitos trabalhistas para o trabalhador rural e urbano;
– o turno de seis horas;
– a licença-gestante;
– a licença-paternidade;
– a igualdade de direitos entre os trabalhadores rurais e urbanos;
– a remuneração integral da aposentadoria.

Tivemos algumas proposições que não foram alcançadas, como a questão da reforma agrária, a jornada de trabalho de 40 horas, a aposentadoria integral aos 30 anos de serviço. A estabilidade no emprego e algumas inconveniências que, lamentavelmente, não foram vencidas, principalmente os cinco anos que foram negociados fisiologicamente por grupos comprometidos com o autoritarismo e a troca de favores.

O que fica comprovado nos 18 meses de atuação na Assembléia Constituinte é que aqueles que viveram *in loco*, sentindo na

carne as mazelas, os sacrifícios e as dificuldades do dia-a-dia, têm a verdadeira dimensão e o efetivo comprometimento com suas bases, com as conquistas sociais, com os companheiros das mesmas origens, dos mesmos ideais e da mesma confiabilidade.

Aproveito para fazer um esclarecimento. Inúmeras pessoas nos dias de hoje dizem que o PT não assinou a Constituição. Isso não é verdadeiro. Nós discordamos de algumas questões que ficaram na Carta Magna. É claro que poderíamos ter avançado muito mais, isso é um fato. O PT participou de todas as votações. O meu nome está lá, ao lado de Ulysses, Lula, Olívio, Florestan...

Tribunos

Assembléia Nacional Constituinte de 1988 foi palco para homens iluminados. Falo de Mário Covas e Jarbas Passarinho. Embora houvesse diferenças ideológicas entre ambos, sem dúvida, foram grandes tribunos que nos legaram de forma talvez exata ou quase perfeita de como deva ser o comportamento de homens públicos no Parlamento. Quando um se pronunciava por vezes na tribuna ou até nas comissões, o outro pedia um aparte, e nós ficávamos em absoluto silêncio a absorver aquelas idéias fluírem com toda natureza.

Tivemos grandes momentos. O Deputado Alceni Guerra foi incansável no texto da licença-paternidade. A sua defesa foi emocionante. Ao subir à tribuna foi ridicularizado. Quando ele terminou seu pronunciamento foi aplaudido de pé. Como médico demonstrou a todos que o pai também é responsável como a mãe, tanto na gestação, no parto e na vida dos filhos. A concessão desse benefício representou uma enorme inovação na Constituição de

1988, já que antes nenhuma Constituição brasileira tratava sobre o tema.

O direito de greve foi uma luta ferrenha e que inclusive teve apoio do Senador Passarinho. Certa vez eu e o Deputado João Paulo Pires Vasconcelos fomos de avião monomotor (teco-teco) até a fazenda do Senador Ronan Tito, em Minas Gerais, negociar o texto final da matéria.

Florestan Fernandes é outro da mesma estirpe. Ele foi um guerreiro na defesa da escola pública de qualidade. Defendia uma revolução social atribuindo papel relevante aos trabalhadores a partir da consciência de classe e incluindo a Educação como tema de grande destaque na construção e consolidação de um novo projeto de sociedade.

Tenho orgulho de dizer que convivi com Florestan na Câmara dos Deputados. Para mim ele é um imortal. Quando os trabalhos da Constituinte se encerraram, ele concedeu o seguinte depoimento sobre o meu trabalho: "Foram constituintes do talhe de Paim que produziram a parte mais avançada de uma Constituição radical, que consagra o conservadorismo político e reproduz privilégios arcaicos. À frente dos que possuem uma consciência operária e socialista Paulo Paim, bate-se denodamente na Câmara dos Deputados e no Congresso, contra as tentativas patronais e dos três poderes de neutralizar as conquistas dos trabalhadores e dos oprimidos. Presto minha homenagem ao companheiro Paim, por sua firmeza, coragem, competência e capacidade de luta. A Bancada Constitucional do Rio Grande do Sul possui grandes figuras, à esquerda, no centro e à direita. Porém, Paulo Paim salienta-se pela pureza de seus ideais e pela mobilização permanente de injetar na Constituição a seiva do poder popular e da democracia com liberdade social".

O caminho se faz caminhando

Mandela

No final de julho de 1990 integrei uma comissão de parlamentares composta pelos Deputados Carlos Alberto Caó (PDT/RJ), Benedita da Silva (PT/RJ), Domingos Leonelli (PSB/BA), Edmilson Valentim (PCdoB/RJ) e João Hermann (PSB/SP) que esteve na África do Sul para ver a realidade do *apartheid* e para conhecer o líder Nelson Mandela.

Naquela época o país possui cerca de 40 milhões de habitantes, sendo 10% de brancos, ou seja, quatro milhões. Estivemos na capital Pretória, cidade onde moravam apenas brancos e também em Johanesburgo onde havia uma experiência de integração entre brancos e negros em alguns bairros. Conhecer Soweto foi enriquecedor. Esse bairro só de negros é onde morava Nelson Mandela.

Nas cidades típicas de brancos, os negros só podiam entrar para trabalhar. Em Soweto os negros não eram donos de propriedades. Elas eram alugadas do governo.

O sistema educacional era de arrepiar. Havia escolas só para crianças brancas e com professores brancos. Da mesma forma para as crianças negras: escolas separadas e com professores negros. Na saúde e na habitação ia-se pelo mesmo caminho.

Na década de 80 ocorreu a maior diferença salarial em favor dos brancos. O salário para o trabalhador negro, sindicalizado e com carteira assinada, chegava a US$200, enquanto um trabalhador branco recebia pelo mesmo serviço algo em torno de US$250. Segundo a Central Sindical dos Trabalhadores Negros (COSATO) o emprego doméstico e rural era quase escravo.

Uma das coisas que me deixaram curioso é que a África do Sul era um país onde as principais cidades eram tipicamente americanas e holandesas. Nas lojas de souvenires era mais fácil encontrar lembranças e objetos com as bandeiras dos Estados Unidos, Inglaterra e Holanda do que bandeiras da África. Por outro lado, lembro que realizei um antigo desejo: o de comprar uma boneca negra para minhas filhas. No Brasil até então eu nunca havia encontrado.

A impressão que tínhamos era a de que Mandela tentava fazer um grande acordo com o governo, buscando o fim do *apartheid* pela denúncia e pela via política, deixando de lado a luta pelas armas e a violência. Mas esse processo não era consenso.

Havia organizações de esquerda que achavam que o processo defendido por Mandela estava equivocado e assim favorecia a elite branca. Para eles a África estava passando por um processo revolucionário e o líder Mandela havia sido solto (11 de fevereiro de 1990) para brecar o movimento. Com esse quadro confuso entre as lideranças de base e da cúpula o que percebemos era que o país estava em permanente estado de ebulição, com a violência acontecendo de forma permanente.

Diversos membros do Congresso Nacional africano foram presos nesse período, a maioria do Partido Comunista (PC), acusados de esconderem armas e articularem um golpe. Mandela chegou a dizer que tudo o que estava acontecendo era mais uma história, que o PC era um fiel aliado do Congresso e que contribuía para a instalação do regime não-racial e democrático.

Conheci a mulher de Nelson Mandela. Winnie Mandela era uma figura singular: líder nata e firme nas suas posições. Se ela quisesse poderia fazer sombra a qualquer quadro político que tivesse a pretensão de suceder Mandela. No encontro que tivemos, ela falou das dificuldades da mulher negra. Falou dos 1.500 presos políticos e os mais de 30 mil que estavam no exílio. Relatou as tristezas das mães e dos filhos sem os pais, de milhares de homens e mulheres desaparecidos e que até hoje não se têm notícia. Disse que era humilhante ver a fome e a miséria no seu país.

"Não dá para entender por que filhos brancos e negros não podem correr juntos, brincar na mesma praia, usar os mesmos ônibus. Por que não ter direitos iguais, num país cristão, ou será que Deus tem cor?", falou ela.

Como disse Bertold Brecht: "Imprescindível são os homens que lutam a vida inteira". Mandela ficou 27 anos na prisão. De sorriso pequeno e fala mansa, ele é um símbolo indiscutível que ultrapassou a luta contra o racismo. Ele sabia que a luta era política e econômica e que isto só seria possível passo a passo. "É um processo".

Em uma das ruas de Soweto pude presenciar uma manifestação que muito me tocou. Eram centenas de homens e mulheres que gritavam "amandra, amandra, amandra". Perguntei a Winnie o que aquelas palavras significavam, e ela me respondeu: "Cada

homem, uma lança; Cada homem, um voto... liberdade, liberdade, liberdade".

Na volta ao Brasil disse na tribuna da Câmara: "Lutar contra o *apartheid* tem que ser um compromisso de todas as pessoas que amam a liberdade. O *apartheid* é contrário a tudo aquilo que se pode querer numa sociedade. Pior do que o Vietnã e a guerra das Malvinas, o *apartheid* é símbolo de desagregação da humanidade. É homem escravizado pelo homem de forma mais violenta do que se ele vivesse acorrentado. Os negros no seu dia-a-dia são tristes, mas seus olhos brilham quando cantam músicas de protesto, enquanto caminham pelo centro de Johanesburgo. Aí se vê que cada homem é um homem, que cada mulher é uma mulher e que cada criança é uma criança".

Governo Paralelo

om a eleição de Fernando Collor de Melo em 1989 foi criado o Governo Paralelo da Oposição que vigorou em 1991 e 1992.

Liderado por Luiz Inácio Lula da Silva, o Governo Paralelo foi um instrumento de avaliação crítica do governo e o catalisador da mobilização nacional em torno de propostas alternativas à ofensiva neoliberal. Fiscalizávamos o Governo e também apresentávamos sugestões ao Congresso Nacional.

O grupo era formado por mim, que respondia pela pasta do Trabalho, e por outros companheiros, entre os quais cito o Antonio Candido, o Azis Ab Sader, o Márcio Tomáz Bastos, o Francisco de Oliveira, o Paulo de Tarso Vanuchi, o Paulo Sérgio Pinheiro, o Walter Barelli, o Cristovam Buarque e o José Gomes da Silva.

O Governo Paralelo contou com a adesão também de intelectuais e técnicos de fora dos quadros do PT. A esse grupo coube

elaborar propostas alternativas na ótica dos interesses democráticos e populares.

Já na Assembléia Nacional Constituinte o PT defendeu a eleição majoritária em dois turnos como forma de aperfeiçoamento da democracia. Saímos fortalecidos do processo eleitoral de 1989, quando apresentamos um programa de governo que conquistou 31 milhões de votos em favor dos verdadeiros interesses nacionais e da democracia.

A unificação de todas as forças progressistas do Brasil não poderia terminar no segundo turno de 1989. O Governo Paralelo nasceu justamente para dar continuidade a esta mobilização.

O documento oficial de instalação do Governo Paralelo dizia que "o Governo Paralelo é uma instância de poder, pois responde ao sufrágio de milhões de brasileiros. Ele se apóia nas forças organizadas do povo, a partir dos partidos, sindicatos, organizações da sociedade civil, pequenos empresários, pequenos produtores agrícolas, intelectuais, comunidades, Igrejas e movimentos setoriais. Ele se fortalece pelo propósito de discutir um projeto alternativo para o Brasil, provando, em cada ramo concreto, que é possível e viável desenvolver um outro tipo de modelo econômico, político e social neste País. Ele se alimenta da contribuição de equipes de trabalho que são constituídas pelo que há de mais representativo, competente e comprometido nas diversas áreas de pensamento e ação. Além de exercer um diálogo permanente com a sociedade, expressando suas proposições, será também papel do Governo Paralelo denunciar todas as ações de governo e de forças internas ou externas que atentem contra os interesses maiores do nosso povo".

O Governo Federal tropeçava a cada dia. Primeiro pelas denúncias de corrupção e depois pela política neoliberal que estava

sendo implantada, como o desmantelamento do setor público e pela omissão de investimentos nas áreas de saúde, educação, e outras prioridades sociais.

O plano de estabilização apresentado agravou ainda mais a concentração de renda ao impor o maior arrocho salarial de até então. Os salários permaneceram congelados até o advento da Medida Provisória nº 193. A tática para "derrubar a inflação com um só tiro" foi um fracasso. A subida dos preços voltou com força total chegando à casa dos 10% ao mês.

O poder de compra do salário mínimo foi rebaixado nos primeiros seis meses de Governo. O desemprego crescia num deliberado processo recessivo que apontava para uma queda do Produto Interno Bruto (PIB). Ao invés de retomar o crescimento, o Governo impôs a redução do nível de atividade, agravando o quadro de pobreza e de miséria absoluta que atingia a esmagadora maioria da população.

Mas foi nos terrenos da política, da justiça, dos direitos de cidadania e do respeito à Constituição que se reuniram os atos mais preocupantes e arbitrários do Governo Collor que se recusava a dialogar com a sociedade civil e com o Legislativo.

Ferida em seus direitos, a população começou a se revoltar. Metalúrgicos, motoristas, bancários, professores, trabalhadores rurais sem terra, ambientalistas e tantos outros brasileiros levaram seus protestos aos quatro cantos do País.

Esse episódio foi um momento bonito da cidadania brasileira. Parecido muito com as Diretas Já. O povo na rua a exigir seus direitos.

Mas, há um outro lado dessa história que eu gostaria de contar. Na noite anterior ao processo de *impeachment,* os deputados da tropa de choque do Governo Federal jantaram com o Presidente

Collor e juraram fidelidade eterna. No dia seguinte, o então Presidente da Câmara, Deputado Ibsen Pinheiro, anuncia que o voto seria aberto. Ficamos perplexos quando esses mesmos deputados que apoiavam o presidente foram até a tribuna e disseram alto e bom tom que pelos filhos e pela família votariam a favor da cassação. Foi um momento de hipocrisia desses parlamentares. Por isso tudo é que sou favorável ao fim do voto secreto. Defendo o voto nominal e aberto em todas as ocasiões.

Sem condições de governar o País devido às denúncias de corrupção, no dia 29 de dezembro de 1992, durante o julgamento de *impeachment* no Senado Federal, Fernando Collor de Mello renuncia ao cargo de Presidente da República Federativa do Brasil.

Greve de fome

Havia falado pelo telefone com meus filhos há poucos instantes. Fui nutrir-me de seus carinhos e conselhos de quem quer ver o pai na hora do jantar. Porém, passados alguns minutos, a voz continuava embargada e já prenunciando que teríamos mais um dia seco em Brasília. Despedi-me dos amigos. Longos abraços.

Os mais de quinhentos metros que separam o gabinete 471 (do anexo III) ao plenário da Câmara dos Deputados pareciam não ter fim. Estou em frente à sala 7 das Comissões. Pensei: "Dias históricos aqueles da Constituinte quando ajudamos a construir o Capítulo da Ordem Social. Quantos debates, embates, discussões e lágrimas. Quantas saudades!".

Ao adentrar o Plenário verifiquei que já passava das 11 horas. Havia poucos parlamentares na Casa. Fui logo registrar presença e fazer inscrição para me pronunciar. Fiquei acompanhando atentamente meus colegas. Assuntos diversos na pauta e todas as liturgias do ritual: Senhor Presidente... Peço a palavra... Apenas

para esclarecer... Tem a palavra o senhor... Será constado em ata... Está em obstrução...

O silêncio de reverência dos dez irmãos da "velha casa cinza" tomou conta da minha plenitude naquele momento. Estava eu lá, não mais como um dos deputados mais votados do meu estado, mas como um menino. Agora sem a voz embargada. Apenas ouvindo o meu velho que dizia a nós: "O destino dos homens corretos está traçado. É hora de molhar a terra, de dar brilho às pedras". E então chegou a minha vez.

"Senhor Presidente:

Venho aqui no dia de hoje apegado a um forte sentimento que me acompanha desde a minha adolescência e juventude. Nos momentos mais difíceis da minha vida de homem público este sentimento sempre esteve ao meu lado. Como relator da Comissão Mista da Política Salarial, gostaria de dizer a esta Casa que em protesto por não aprovarmos uma política descente para o salário mínimo entro em greve de fome por tempo indeterminado. Este ato é em solidariedade aos aposentados e pensionistas e, também, à classe trabalhadora brasileira que é obrigada a sobreviver com 42 mil cruzeiros".

Cinqüenta minutos antes do inicio daquela inesquecível Sessão de 20 de Novembro de 1991, dia de Zumbi dos Palmares, comuniquei a bancada dos trabalhadores que entraria em greve de fome. Recebi a solidariedade de todos.

A cada minuto chegavam apoios. Eram telefonemas, telegramas, e-*mails,* abraços, flores, muitas flores. O Deputado Adão Preto me deu um longo abraço. O Deputado Caio Riela levou

a família ao Plenário. O ex-governador do Rio Grande do Sul e Deputado Alceu Collares não estava em Brasília, mesmo assim me telefonou. A imprensa, os funcionários e médicos da Câmara, enfim, todos estavam solidários, pois sabiam que aquele momento estava marcado em nossas vidas.

Braços cruzados... Olhos quietos... Corpo cansado... Saudade... Muita saudade.... O plenário vazio não desanimava minha determinação... O sentimento do comandante Ernesto Che Guevara era meu parceiro. As reminiscências vinham a galope.

Muitas vezes lá estava meu velho pai, em um canto do plenário, a chorar o suicídio de Vargas. Do outro, estava eu, de calças curtas pronto para ir ao armazém da esquina, com a velha caderneta de apontamentos para comprar fiado, instrumento essencial para aquelas famílias que dependiam de salário mínimo.

E as recordações continuavam...

Passadas quase 72 horas eu estava na solidão do plenário, quando o presidente da Casa, Ibsen Pinheiro, entrou com os líderes dos partidos, inclusive o líder do governo, para dizer que o Presidente Collor de Mello apresentaria uma proposta de abono emergencial para o salário mínimo, desde que eu suspendesse a greve de fome.

O *Diário do Congresso Nacional* registrou o meu pronunciamento: "A partir deste momento, estamos à disposição para o entendimento e para o diálogo. Queira Deus que na próxima quarta-feira, por unanimidade, este Plenário possa votar uma proposta, não que seja ideal, mas que atenda, pelo menos em parte, aos interesses do conjunto dos trabalhadores e aposentados e pensionistas deste País. Era o que tinha a dizer."

A Vitória dos 147%

epopéia dos 147% é uma bonita história que precisa ser contada. Eram os anos 1991 e 1992. Eu havia sido escolhido para ser o relator do salário mínimo (SM). Apresentei um substitutivo garantindo um reajuste de 147% ao valor do SM e a todos aposentados e pensionistas.

O governo da época resolveu não conceder o mesmo reajuste do SM aos aposentados e pensionistas. Aliás, essa prática foi usada pelos governos posteriores.

A Confederação dos Aposentados (COBAP) liderou um grande movimento pelo País, promovendo toda a sorte de atos públicos, em ambiente interno ou nas ruas e praças, inclusive fechando estradas. O episódio de fechamento da rodovia Dutra, em Aparecida (SP), após a realização da Missa dos Aposentados, seguida de assembléia foi muito marcante. Porém, o que mais chamou a atenção de todos, até mesmo da imprensa internacional, foi o confronto na ponte Hercílio Luz, entre a polícia de Santa Catarina

e os aposentados, onde alguns sofreram agressão física. A disposição de todos os aposentados e pensionistas foi crescendo, e eles nunca esmoreceram, o tempo passava e eles continuavam lutando, enchendo as ruas e os corredores do Congresso Nacional.

Somente em 1992, os aposentados conquistaram direito ao reajuste de 147%, relativos à variação do salário mínimo de março a setembro de 1991, expurgado pelo governo de seus rendimentos. Mas não foi fácil. O governo resistia, mas os aposentados não desistiam, continuavam a lutar com toda a garra.

Em abril de 1992, a Portaria MPS nº 10, determinou 79,96%, que correspondia à variação do INPC, para reajuste dos benefícios de valor igual ou superior a Cr$17.000,00, em março de 1991, com dedução dos 54,60% dados em setembro de 1991.

Em Julho de 1992, pela Portaria MPS nº 302, o governo não se curvava totalmente à decisão judicial proferida no RE 147.684–2–SP, que determinava a revisão dos benefícios previdenciários no índice de 147,06% (índice de reajuste do salário mínimo), a partir de 19 de setembro de 1991, mas considerava que "a extensão desse critério de reajuste aos demais aposentados e pensionistas constituirá medida relevante, notadamente no atual quadro de disseminada litigiosidade".

Era a vitória. Mas faltava o pagamento daquilo que deixaram de receber no período de setembro de 1991 a julho de 1992, o que só foi conseguido em 12 parcelas, a partir de novembro de 1992.

URV

No dia 15 de dezembro de 1993 a Comissão do Trabalho aprovou, por unanimidade, projeto de minha autoria que garantia aos salários um tratamento semelhante ao dos preços quando vigorasse a Unidade Real de Valor (URV). Na prática era a indexação dos salários dos trabalhadores a URV. A indexação valeria para todos os trabalhadores de empresas privadas, públicas, aposentados e pensionistas.

Dois meses depois estive no Ministério da Fazenda e apresentei uma fórmula para conversão dos salários em URV capaz de agradar a servidores públicos, governo, empregados e empregadores.

Disse por diversas vezes que não adiantava o governo afirmar que os preços também poderiam ser convertidos em URV pela média, como faria com os salários. "Os preços anunciados são diferentes dos preços à vista e estes, por sua vez, já estão no pico".

Paralelamente, o movimento sindical se mobilizava para fazer greve em protesto contra a decisão do governo de converter os salários para URV pela média. Os trabalhadores deram total apoio ao meu projeto de indexação à URV integral.

Estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) preparado para o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista e entregue a Presidência da República, mostrou uma perda de 26% a 27% nos salários da categoria, se adotada a conversão para URV pela média. Para o Dieese, o trabalhador já perdia ao receber no final do mês e, por isso, a média com base no dia do pagamento era prejudicial para todos.

O jornal *O Estado de S. Paulo* em matéria explicativa disse que, se o governo adotasse a conversão dos salários para a URV utilizando a média, dos últimos oitos meses, os trabalhadores teriam perdas. Para exemplificar, adotou-se um salário que fosse equivalente a US$100 em julho, mês base para a conversão. A média final foi de US$86,52.

Bang–Bang

Aproveitando o assassinato do presidente do Sindicato dos Rodoviários do ABC paulista, Oswaldo Cruz, o jornal *Zero Hora* de Porto Alegre em janeiro de 1994 me entrevistou sobre violência no meio sindical. De início deixei claro qual era a minha opinião: a violência nos sindicatos era uma tendência generalizada que estava crescendo.

Há uma disputa enorme nas entidades sindicais. É uma espécie de briga do poder pelo poder, na qual as próprias diretorias terminam rachando. Um segmento vai para o confronto com o outro, com o objetivo de assumir os postos de maior destaque. É uma política equivocada.

Disse ao repórter que quando eu era sindicalista a gente fazia política sindical construindo, mobilizando, organizando passeatas e greves. O movimento sindical partiu para o que eu chamo de disputa intestina, da política do umbigo. Olham para dentro do sindicato e se esquecem da conjuntura nacional, até mesmo da sua

própria categoria. Esses setores entendem que o sindicato é um instrumento de projeção pessoal. Não estão vendo limites para alcançar postos de liderança.

O que aconteceu no ABC paulista é fruto desse processo. O Oswaldo Cruz era uma liderança que estava em ascensão. Desde os anos 80 ele vinha se afirmando. A prática de destruir líderes e assumir seus espaços não tem limites. Começam por destruir a pessoa moralmente e depois para a violência física é um passo. Fui incisivo: tudo que aconteceu em São Paulo me lembrava a depressão dos anos 1930, em que irmão matava irmão. E o meu medo era que voltasse aquele sindicalismo norte–americano marcado pela violência.

Esses sindicalistas estavam dando exemplo negativo ao movimento. Para eles, importava mais os fins que os meios. É claro que havia muito inocente útil que não estava entendendo nada. Disputas desse tipo são descabidas, mesmo que sejam legítimas. São dois processos: o movimento sindical parou de bater na ditadura; veio o Fernando Collor de Mello e se discutiu o *impeachment,* entrou o Itamar Franco e o movimento sindical ficou perdido se digladiando internamente, acabando por não fazer seu papel histórico que é o de organizar os trabalhadores.

Durante o ano organizamos um debate nacional chamado "A Ética na Política Sindical". Reunimos sindicalistas do País inteiro. Precisávamos discutir o assunto à exaustão. Alguns deputados me disseram: "Olha Paim, você está mexendo num ninho de cobras, te cuida".

Japão

A convite da União de Cientistas e Engenheiros Japoneses (IUSE) fiz parte da delegação de parlamentares brasileiros que visitou o Japão. Era início dos anos 1990. Tóquio é uma cidade de encher os olhos.

O Japão já era um país em franca ascensão, sendo a segunda maior potência industrial, apenas atrás dos Estados Unidos da América. No início dos anos 60, a indústria japonesa iniciou a exportação em grande escala, fazendo furor no mercado mundial com seu aço, têxteis, automóveis, computadores, máquinas fotográficas e produtos eletrônicos.

Esse milagre japonês não aconteceu da noite para o dia. Pelo contrário, o êxito econômico foi resultado de um longo e bem pensado processo de desenvolvimento.

Fiquei impressionado como uma ilha menor que o Rio Grande do Sul, em que somente 20% da terra é aproveitável, tenha se

tornado um dos países mais ricos do mundo, com o conseqüente reflexo no padrão de vida do trabalhador.

A história do Japão é um exemplo das constantes transformações por que têm passado as estruturas dos países industrializados no que diz respeito às relações entre capital e trabalho.

Os trabalhadores efetivamente participam do lucro das empresas. Quando a empresa vai bem, os trabalhadores chegam a ganhar de seis a sete salários a mais como bonificação no resultado das empresas. Ninguém ganha mais que dez vezes o menor salário. Se o presidente da empresa ganha dez salários, o diretor sete e meio, o gerente ganha cinco e o supervisor dois e meio, o operário mais simples ganha um.

Não existe rotatividade de mão-de-obra. A estabilidade no emprego não é regulada por lei alguma. É um preceito natural, até um dogma. A empresa incentiva a permanência do trabalhador na firma até a sua aposentadoria, tendo, inclusive, direito a mais dias de férias por tempo trabalhado na mesma empresa. Não é à toa que o trabalhador japonês vê na empresa a sua família.

No início de 1990, por falta de mão-de-obra, mais de 200 empresas faliram, embora possuíssem vários pedidos, instalações adequadas e capacidade de produção.

Quando voltei ao Brasil fiz um relato na Câmara dos Deputados: "um brasileiro trabalhando em serviço braçal chega a ganhar US$3 mil mensais, economizando US$2 mil por mês. Uma empregada doméstica ganha US$10 por hora. Há cerca de duzentos mil brasileiros vivendo no Japão, pois os japoneses não se dispõem mais a fazer serviços braçais. Eles estudam ou estudaram e se preparam. Querem comandar e comandam. A jornada de trabalho é negociada com os sindicatos e se trabalha 40 horas semanais. Os sindicatos são organizados por empresa. Todo ano

fazem a jornada de Luta da Primavera, realizam um congresso geral e tiram uma pauta comum de negociações, com base na economia e nas condições gerais do País. As negociações, porém, são feitas no âmbito de cada empresa".

Na embaixada brasileira fomos recebidos pelo embaixador, Carlos Antonio Bitencourt Bueno e pelo Cônsul-Geral, Miguel Magalhães. Ali busquei informações sobre os brasileiros que se encontravam trabalhando no país, bem como sobre a situação de um brasileiro descendente de japoneses, envolvido no assassinato de uma garçonete e que estava preso. O embaixador me disse que os brasileiros na sua maioria trabalham exclusivamente para juntar dinheiro e depois voltar ao Brasil. Já o brasileiro que estava preso eu não pude visitá-lo, pois segundo as leis do Japão, o mesmo só poderia receber a visita do advogado, do cônsul ou de um representante legal da embaixada.

O que me deixou impressionado foi a viagem de 500km em duas horas que fiz de "trem bala" entre Tóquio e Kyoto. Nesse percurso fiquei pensando que o mundo estava mudando e o Brasil teria necessariamente que acompanhar esses novos caminhos da humanidade. Essas mudanças teriam que passar pelo governo, empresários, trabalhadores e pelo movimento sindical. Se isso não ocorresse nas atuais formas de luta, seríamos atropelados pelo trem da História.

E por falar em trem, fiquei surpreso de forma positiva ao ver que na estação de onde saímos havia várias filas organizadas com idosos, crianças, homens e mulheres. Isso me chamou a atenção. Eu perguntei para o nosso intérprete por que todo aquele posicionamento. E ele me respondeu que o trem iria parar precisamente às 8h e 30 minutos, as portas se abririam e os cidadãos organizadamente entrariam, o que de fato ocorreu. Com este fato eu fiquei mais convencido ainda de que para uma nação obter sucesso e

progresso é fundamental que o seu povo tenha educação, trabalho, organização, disciplina e pontualidade nos seus compromissos.

Não gostaria de finalizar este relato sobre a minha visita ao Japão sem antes falar sobre a educação daquele país. Pois foi na educação que os japoneses fizeram e continuam a fazer o seu grande investimento. Foi pela instrução de seu povo que o país foi se preparando durante anos para ocupar o espaço conquistado no cenário internacional. Durante nove anos de escolaridade básica, o ensino é obrigatório e gratuito. Esta é uma preocupação fundamental dos governantes. Para o ensino, nunca faltará verba, e, por isso, não existe analfabetos no país. Ademais, 50% dos estudantes chegam ao curso superior, fazendo com que possam criar maravilhas em termos tecnológicos. No Japão, o binômio, educação e desenvolvimento, é uma realidade, e o ensino é tão sagrado quanto o Monte Fuji.

Farrapos

Em 1995 fui o relator do Projeto de Lei de nº 269 de autoria do então Deputado Jarbas Lima. A proposta estipulava que seriam feriados civis os declarados em lei federal e a data magna do Estado fixada em lei estadual e que os feriados religiosos, de acordo com a tradição local, declarados em lei municipal, não poderiam exceder a quatro, incluindo a sexta-feira da paixão. Esse projeto foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela presidente Fernando Henrique Cardoso, passando a ser a Lei Federal nº 9.093/95.

As festividades da Semana Farroupilha que até o ano de 1994 restringiam-se ao ponto facultativo nas repartições públicas estaduais e ao feriado municipal em alguns municípios gaúchos, ganharam sem dúvida um grande incentivo com a proposta do Jarbas. Definida pela constituição estadual como a data magna do Estado, o dia 20 de setembro passou a ser feriado. O Decreto Estadual nº 36.180/95 foi amparado pela Lei Federal nº 9.093/95.

Em 2005 em homenagem aos 170 anos da Revolução Farroupilha, fiz o seguinte pronunciamento no Senado Federal:

Peço silêncio aos meus pares... Escutem... Os clarins farroupilhas se aproximam do Congresso Nacional. Vêm em romaria adentrar a catedral das decisões da Pátria. Querem dar testemunhos sobre o 20 de Setembro. Dia que o Rio Grande do Sul celebra 170 anos da Revolução Farroupilha.

Era manhã, véspera de primavera, como hoje. Com suas barbas tostadas e os "corcéis de pêlo carvão", os "continentinos", charqueadores, índios, negros, gaudérios, gaúchos, descendentes dos beduínos tomam de assalto Porto Alegre. Era 20 de setembro de 1835. Tem início a Guerra dos Farrapos. Epopéia heróica que durou até 1845.

A Província do Rio Grande de São Pedro sofria com a decadência de sua economia. A agricultura perdia espaço. Os produtos pecuários, em competição direta com Montevidéu e Buenos Aires pelo controle do charque brasileiro, eram vítimas de uma legislação discriminatória. A sociedade local não aceitava mais os altos impostos cobrados pelo poder central, pelo Império do Brasil.

O historiador norte-americano, Spencer Leitman, na sua obra Raízes Sócioeconômicas da Guerra dos Farrapos escreveu que a corrupção institucionalizada continuava, mas as fontes de renda da província aumentaram com a nova organização estrutural e processual. O governo central arrecadava mais dinheiro, porém não distribuía mais verbas para construir uma infra-estrutura adequada.

Nos dez anos de conflito milhares de mortes aconteceram de ambos os lados. Entre farrapos e imperiais. A revolta iniciou com

base em reparações econômicas passando em seguida para um período de independência da província.

O professor Mário Gardelin acredita que a Revolução Farroupilha foi um fenômeno humano, que nasce, cresce e declina, como todas as coisas deste mundo, e é mantida ao sabor do heroísmo e das fraquezas humanas que, sem dúvida, são heróis, mas não são deuses.

Bento Gonçalves da Silva, Antônio de Souza Neto, Davi Canabarro, Teixeira Nunes, João Antônio, Onofre Pires do Canto, Gomes Jardim, Antonio Vicente, Lucas de Oliveira, Anita e Giusepe Garibaldi, Rosseti, os lanceiros negros, Duque de Caxias, Chico Pedro, Mena Barreto e tantos outros.

Como disse Olavo Bilac "esses primeiros criadores da nossa liberdade política não olhavam para si: olhavam para a estepe infinita que os cercava, para o infinito céu que os cobria, e nesses dois infinitos viam dilatar-se, irradiar e vencer no ar livre o seu grande ideal de justiça e de fraternidade".

A Guerra dos Farrapos foi a mais violenta e dispendiosa de todas as crises internas no Brasil durante a década de 1830 e talvez de todo o século dezenove. Conforme ficou provado, com a Revolução Farroupilha a posição econômica e social da província do Rio Grande do Sul melhorou.

Hoje, vinte de setembro, é feriado no Rio Grande do Sul. O estado está parado para assistir as celebrações pela passagem dos 170 anos da Revolução Farroupilha. Em praticamente todos municípios há desfiles cívicos que são levados a efeito pelos

Centros de Tradição Gaúcha, estabelecimentos de ensino, igrejas, clubes, organizações não-governamentais, prefeituras e governo do estado. É uma festa sem precedentes. Serão mais de 250 desfiles.

Mantendo as devidas proporções o Estado do Rio Grande do Sul continua a perder espaço. A elevada taxa de juros e o câmbio valorizado têm penalizado setores importantes da indústria. O aumento do ICMS reduziu o potencial de compra da população. A restrição de crédito de exportação diminuiu a competitividade da indústria local. A elevação de impostos gera um risco à ampliação dos negócios. O desemprego é crescente.

Para o Brasil queremos um novo pacto federativo. Uma República Federativa mais forte e eficiente; com mais autonomia para estados e municípios, agregado à descentralização de recursos e responsabilidade o que propiciará o aumento de receitas e qualidade de vida; onde estados e municípios não sejam submissos à União.

Como disse Eduardo Prado, a História é feita de reparações salutares e tardias justiças.

Viva o Rio Grande do Sul!

Viva a Pátria-Mãe! Viva o Brasil!

Frente Parlamentar

A Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Pública foi criada por mim e pelo Arnaldo Faria de Sá, em 1995. Mais do que uma necessidade, era uma exigência dos trabalhadores. O começo foi difícil, mas, passados alguns percalços do meio do caminho, conseguimos engrenar a proposta.

A Frente se posicionou fortemente contra qualquer possibilidade de privatização da Previdência Social. A discussão que nós fazíamos e as alterações da lei deveriam restringir-se a quatro pontos básicos e que passo a citar:

1) A gestão da Previdência deveria ser feita por empregadores, empregados, aposentados e Governo; algo semelhante ao que existe no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) que paga o seguro-desemprego e está com um capital em caixa de 27 milhões de reais (1995);

2) Aumento da fiscalização para acabar com a sonegação que continua em mais de 40%, tendo o Governo como o principal devedor da Previdência;

3) Cadastrar cerca de 30 milhões de trabalhadores que estão no mercado de trabalho sem carteira assinada, não contribuindo com a Previdência Social. Os que contribuem são 25 milhões. Se o nosso objetivo fosse concretizado, estaríamos dobrando a receita da Previdência de imediato;

4) Garantir o princípio da aposentadoria integral para todos os trabalhadores, desde que não exceda, como dispõe a Constituição, a vinte vezes o menor salário pago no Serviço Público. Os cálculos atuariais demonstrarão qual vai ser a contribuição de cada segurado para garantir esse direito.

A Previdência Social é o único "ministério" que se auto-sustenta, não dependendo de ajuda do Governo e possuindo uma receita maior que a muitos orçamentos de países da América Latina.

A Frente foi contra a maioria das propostas do Governo, principalmente no fim do vínculo dos benefícios dos aposentados ao salário mínimo, independentemente da faixa que eles recebam. Fomos contra o fim da aposentadoria por tempo de serviço, pois a aposentadoria vinculada à idade fará com que a classe média e os pobres contribuam mais do que os ricos. Fomos contra a diminuição do teto para cinco ou três salários mínimos.

Passados mais de dez anos de seu surgimento, a Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Pública continua sendo um verdadeiro escudo em defesa dos direitos dos trabalhadores.

Dentre as inúmeras pessoas engajadas nesta luta está a Srª Josepha Theotônia de Britto, Secretária Executiva da Frente, e ex-dirigente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP).

Dona Josepha é uma mulher lutadora que começou sua jornada participando de uma manifestação de aposentados na Praça da Sé, em São Paulo e a partir de então seguiu engajada com seriedade, perseverança e determinação na causa dos aposentados e dos idosos.

Juros Altos

As taxas de juros sempre foi assunto para grandes discussões no Congresso Nacional. Na metade da década de 90 recebi uma carta da professora porto-alegrense, Cecília Maria Pinto Pires, que exemplificava muito bem a situação e os problemas enfrentados pelos trabalhadores devido às altas taxas de juros do mercado. Fiz questão de registrar nos *Anais* da Câmara a correspondência da professora.

> *A conjuntura econômica está deveras alarmante devido às idiossincrasias do Plano Real. Tenho acompanhado seus pronunciamentos e debates na mídia e penso que Vossa Excelência está cumprindo um papel de galhardia cívica sem precedentes ao denunciar a falácia da MP que decide pela desindexação.*
>
> *Por tudo o que já foi dito e analisado, a realidade mais cruel é a de não-equivalência entre juros e salários. Fomos, enquanto classe de funcionários públicos, roubados em nossas remune-*

rações. Se não, vejamos: fui professora de uma universidade pública, onde fiz toda uma carreira de docência e pesquisa, chegando aos títulos de mestre e doutora, na minha área. Quando consegui um patamar mínimo de remuneração, fruto de nossas sistemáticas greves, ocorre um decreto, que ficou conhecido por 'abate teto', no qual me era descontado aquilo que segundo o legislador ultrapassava o salário ministerial. Ora, Vossa Excelência sabe que um ministro não ganha, apenas, o salário do contracheque, como fizeram crer, mas se abastece muito bem dos chamados salários indiretos.

Quando resolveram alterar o teto de remuneração ministerial e, portanto, não ocorre mais o 'abate teto', somos roubados, mais uma vez, pelos burocratas que nos tiram ganhos conquistados na Justiça, referentes ao Plano Collor (84,32%). Com essa medida ficamos, novamente, com nossos salários achatados; isso tudo sem falar nos planos Bresser, Verão, que mostram o descaso do Governo com os profissionais da nossa área.

Por que lhe falo de tudo isso? Por uma simples razão: a minha situação financeira atual é de inadimplência: perdi meus cheques especiais, atrasei pagamentos de minhas dívidas, estou pagando cartões de crédito a custo de usura, fui cadastrada no SPC, tenho quatro filhos menores, sou aposentada e pago juros extorsivos para as financeiras que foram encarregadas de cobranças pelas lojas.

Apenas para exemplificar, um caso – comprei um televisor colorido em 24-11-94, em duas prestações, no valor de R$156,81. Pelas razões já expostas, atrasei o pagamento da última, de

24-1-95. Pois bem, agora, na negociação com a empresa de cobrança, o valor a ser pago em 25-8-95 é de R$540,00. Vossa excelência pode calcular o percentual dos juros.

Tomei a liberdade de escrever-lhe pelo fato histórico-ideológico de ser sua eleitora, desde a sua primeira candidatura a deputado e por ter comprovado, in loco, *sua atuação na Câmara, em várias ocasiões.*

Vossa Excelência é um dos deputados que não trai seu eleitorado, está sempre presente no plenário e nas votações com o denodo e a lealdade de quem acredita na construção da democracia.

Fui militante do Movimento Docente desde a sua origem e, hoje, continuo na luta para que os aposentados não sejam relegados como elementos descartáveis da Nação, que ajudaram a realizar.

Solicito a Vossa Excelência que use a tribuna, concedida pelo povo, para denunciar situações dessa natureza, onde a pauperização dos professores é uma resultante do simulacro desse plano salvacionista, chamado Real, pelo rei e sua corte.

Cumprimentando-vos com admiração e apreço, subscrevo-me. Cecília Maria Pinto Pires.

Mudou alguma coisa nesses mais de dez anos?

Em 2006 publiquei no jornal *O Sul de Porto Alegre* o artigo "Juros e câmbio prejudicam o crescimento".

A taxa básica de juros do Brasil, entre as mais altas do mundo, e uma valorização do câmbio que destoa do padrão mundial

estão freando o crescimento do setor produtivo. Atualmente a taxa selic está na casa dos 14,75%. Sem dúvida a política de juros adotada pelo Banco Central impede uma expansão substancial da economia brasileira. Os dados estão aí e a gritaria é geral. Porém, é importante frisar que isso não é uma situação de agora. Esse é o menor índice da série histórica divulgada pelo Banco Central nos últimos 31 anos.

Também é certo que existe muito rumor a respeito deste assunto e acredito ser de fundamental importância um amplo debate sobre esta questão. Quem sabe o momento seja oportuno para um "pacto" que reveja essa situação. É uma idéia que pode ser amadurecida.

Entendo que com a atual taxa de juros o Brasil está com o foco no crescimento econômico confuso, pois o setor financeiro sai fortalecido em detrimento ao setor produtivo. Haja vista o brutal crescimento de rentabilidade dos bancos divulgado nos últimos balanços. Temos de ter um programa adequado para o crescimento das riquezas internas calcado no setor produtivo. O atual modelo prejudica os pequenos e médios comerciantes e produtores.

Reduzir a taxa de juros é uma questão fundamental que o governo precisa rever para que possamos reativar a economia com a ampliação das exportações e dos investimentos nos diversos setores produtivos, a fim de promovermos maior justiça social.

Estou convencido de que a taxa de juros não pode ser mantida no atual patamar. Esperamos que o governo faça reduções mais

arrojadas para que assim possamos nos aproximar da media mundial que varia em torno dos 7%.

Outro fator que tem prejudicado o empresariado brasileiro, em especial o setor exportador, e tirando a competitividade do produto nacional em relação aos nossos parceiros comerciais é a valorização do real frente ao dólar.

A Medida Provisória editada pelo Governo autorizando que 30% das receitas de exportações fique em bancos no exterior é uma tentativa de reduzir a oferta da moeda no País e aumentar o valor da cotação do dólar. Com a moeda mais cara, empresários ganharão ao converterem as vendas em reais. Embora esta medida não seja uma solução unânime entre os especialistas, esperamos que o efeito cambial seja minimizado, visto que a taxa de câmbio é, por si só, uma importante variável na política econômica do País.

Terceira Secretaria

uando fui 3º Secretário da Câmara dos Deputados em 1997 e 1998 tive a preocupação de ampliar as funções do órgão e não apenas restringir e justificar as faltas dos parlamentares e fornecer as requisições de passagens aéreas, conforme faziam meus antecessores.

Trabalhei junto com a minha equipe na seguinte visão: a 3ª Secretaria deveria ser um canal aberto para a sociedade civil organizada, realizando seminários, mesas redondas e diversas reuniões.

Logo que assumi reativei os trabalhos do Grupo Parlamentar Brasil-África do Sul, onde exerci a função de presidente. Busquei estreitar os laços com aquela nação, pois sabia da sua importância uma vez que estava dando um exemplo para o mundo, de luta para a manutenção da dignidade de seu povo. Por diversas vezes trocamos informações com parlamentares sul-africanos.

Em novembro de 97 realizamos uma mesa-redonda para discutir "A importância do estudo da História da África", que resultou no encaminhamento de uma indicação ao Ministro da Educação, Paulo Renato, sugerindo a inclusão da História da África, nos currículos dos 2º e 3º graus.

O seminário "Meios de Comunicação e Representação da Diversidade Racial" foi de grande relevância para se abrir o debate aqui no Congresso. O evento teve a participação de artistas negros, empresários ligados à publicidade, representantes do Governo Federal e do Distrito Federal, da Fundação Palmares e de professores universitários.

Conseguimos efetivar a mudança do nome do Espaço Cultural da Câmara dos Deputados para Espaço Cultural Zumbi dos Palmares, em solenidade realizada no dia 13 de maio de 1998.

A 3ª Secretaria também promoveu a realização de um seminário sobre a Previdência Social. Nesses encontros, voltados para um auditório mais específico, buscamos aprofundar temas como a situação financeira do sistema e as mudanças que viriam com a reforma.

Promovemos algumas reuniões para discutir o Projeto de Lei nº 661/95, sobre atualização de aposentadorias e pensões, bem como o Projeto de Lei nº 3.561/97 sobre o Estatuto do Idoso.

Na área da saúde, realizamos uma mesa redonda para debater a Lei de Doação de Órgãos. Como resultado desse evento, foi apresentado um projeto de lei para altera a lei de doação de órgãos.

O salário mínimo foi outro assunto que sempre esteve presente. Grandes debates foram realizados com as centrais sindicais, confederações, Dieese, Diap, Fenafisp, OIT, Fenasp, Cobap e representantes dos Ministérios do Trabalho e da Previdência. A

partir desses encontros foi criada a Frente Parlamentar e Social pela Dignidade do Salário Mínimo. No ano de 2000 a Câmara instalou uma comissão especial composta por 31 deputados e destinada a estudar o assunto.

Quando recebi a visita de um grupo de dirigentes do Movimento Organizado de Aposentados e Pensionistas, juntamente com a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP), que estavam ali na 3ª Secretária representando os nossos "senhores de cabelos brancos", fiz questão de no mesmo dia ir até a tribuna e fazer o seguinte pronunciamento:

> *Muitos dos nobres colegas talvez não saibam, mas, esses brasileiros, que têm idade média de 65 anos, enfrentam viagens às vezes de quarenta horas para chegar à Brasília. Quando aqui se hospedam, é de forma precária – chegam a dormir nos ônibus, de duas a quatro noites seguidas. Caminham nestes corredores do Congresso, freqüentemente com os pés inchados: buscam encontrar na chamada Casa do Povo a solução para o castigo que lhes é imposto pelos tecnocratas do governo. O incrível é que eles não perdem o bom humor, conseguem viver sorrindo e criando coisas interessantes. Dessa vez, nos falaram mais de um plano econômico: o Plano 100. O plano, segundo os aposentados consiste em sem teto, sem terra, sem comida, sem moradia, sem saúde, sem educação e, finalmente, sem nada. Veja, Senhor Presidente, de nossa parte, esperamos poder estar cada vez mais atentos aos problemas desses 16 milhões de brasileiros excluídos. Eles são carentes de tanta coisa que não conseguem nem mesmo sonhar com aquilo que seus colegas*

europeus têm de sobra: áreas de lazer, turismo subvencionado, garantia de saúde, complementos essenciais para uma velhice despreocupada e segura.

******

O meu assessor de imprensa na 3ª Secretaria foi o jornalista Roberto Rodrigues que atualmente trabalha na representação do Estado do Rio Grande do Sul aqui em Brasília. Além de competente profissional ele é um militante social. Convidei-o para trabalhar comigo em maio de 1997 e ele me acompanhou até fevereiro de 1999. Muitas histórias aconteceram nesse período.

A *Revista do Diap* num final de semana divulgou os nomes dos parlamentares que mais se destacaram no Congresso Nacional. Entre "Os Cem Cabeças", estava o meu nome. Era sábado, e eu, apressadamente liguei para o Roberto para que ele divulgasse a notícia na imprensa gaúcha.

– Roberto, aqui é o Paim. Tudo bem.

– Tudo ótimo, meu deputado.

– Olha, estou entre "Os Cem Cabeças do Congresso", segundo o Diap.

– Vamos acionar a imprensa?

Como o Roberto conhecia bem o funcionamento das redações, ele me respondeu contra-argumentando:

– Deputado se um cachorro lhe morder no final de semana, não é notícia, caso a situação fosse ao contrário, isto é, se o senhor morder o cachorro, aí sim é manchete para um final de semana.

Lembro que dei muita risada da comparação. Na segunda-feira divulgamos a notícia.

Uma repórter que cobria a Congresso Nacional entrou em contato com o Roberto e solicitou uma entrevista para a sua emissora de TV. A pauta era sobre a Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 26/91, de minha autoria, que previa o fim do voto secreto. O Roberto mandou um texto para ela, com todos os detalhes. A repórter chegou à 3ª Secretaria e foi direto à sala do Roberto onde ele passou mais detalhes sobre a proposta. Ele enfatizou que se tratava de uma PEC e não Projeto de Lei. Mas ela insistia em chamar de projeto de lei. Antes de fazer a gravação voltou a chamar a PEC de projeto de lei. O Roberto e eu, só nos olhávamos. Com muita didática expliquei o que era uma PEC e também o que era um PL. Quando ela começou a gravar, voltou a chamar de projeto de lei. Pacientemente interrompi a entrevista para fazer a correção.

Juntos, montamos um cronograma de entrevistas para rádios de todo o País. Estava com uma disposição invejável. Foram vários meses falando para os mais longínquos rincões do Brasil. Eram entrevistas a partir das seis da manhã até a noite. Houve casos para as rádios localizadas na região Norte, cujo fuso horário difere de Brasília, cheguei a falar nas primeiras horas da manhã.

Racismo

No dia 13 de maio de 1997, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, sancionou Projeto de Lei nº 9.459/97, de minha autoria que ampliou a Lei Caó nº 7.716/89, contra crimes de racismo.

A nova lei trouxe três modificações na legislação. A primeira delas faz com que passem a ser punidas também as discriminações por etnia, religião e procedência nacional. Além disso, a pena é severa, de um a três anos de reclusão e multa, acrescentando assim um parágrafo ao artigo 140 do Código Penal. Essa alteração era uma antiga reivindicação daquelas pessoas que eram vítimas de preconceitos e discriminações.

Outra modificação refere-se aos meios de comunicação, que ficaram proibidos de veicular propaganda nazista. Manteve-se a pena de reclusão de dois anos a cinco anos, e incluiu-se a possibilidade de multa, para aquelas pessoas que praticarem, induzirem ou incitarem por meio da mídia, a discriminação racial.

Na prática, o que mudou foi a aplicação da lei. Antes, se um cidadão negro fosse chamado de "negro sujo" e um branco de "branquejo sujo", o réu invariavelmente era absolvido, porque a ofensa caracterizava-se apenas como crime de injúria e não de racismo.

Da tribuna disse que "a amplitude dessa lei protege todo cidadão: o negro, o branco, o palestino, o judeu, o africano, o italiano...".

Para a aprovação da Lei nº 9.459/97 foi fundamental a participação de diversos deputados e senadores, dentre os quais, Jarbas Lima que foi relator na Câmara e, o também gaúcho, Pedro Simon, Relator no Senado Federal.

Modernização?

Projeto de Lei nº 5.483, de 2001 do Governo Federal tinha por objetivo flexibilizar o artigo 618 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e propor que o negociado ficasse acima do legislado, deixando profundas indagações: a quem interessava o projeto que atentava contra o Estado Democrático de Direito? Que força é essa que enviara um projeto tão importante em regime de urgência constitucional?

Quase todos os segmentos da sociedade organizada estavam contra o projeto, entre eles a CNBB, a OAB, as Centrais Sindicais, as Confederações dos Trabalhadores, a comunidade evangélica, os juízes, os promotores, os advogados do trabalho, os fiscais do trabalho e o Presidente do STF.

Não podemos sequer imaginar um país como o Brasil optar pela livre negociação, com situações tão adversas no mundo do trabalho e com realidades tão distantes. Na verdade, optar pelo Projeto nº 5.483 era negar o desemprego, o trabalho escravo, o

trabalho infantil, os salários baixos e as péssimas condições de segurança e estabilidade, e as discriminações que existiam e ainda existem no País.

Sempre deixei claro que a livre negociação no mundo do trabalho é uma imposição do mais forte sobre o mais fraco.

Os motivos divulgados falavam da modernização da CLT, que alguns dizem ser arcaica e obsoleta. Mas por que não pontuar as questões mais urgentes e discuti-las com toda a classe trabalhadora, ao invés de arruinar 60 anos de luta em apenas um ato arbitrário? Negociar abaixo da lei é expor o trabalhador à miséria e exploração.

Outro argumento utilizado pelos defensores do Projeto nº 5.483 era que a livre negociação contribuiria para aumentar os níveis de emprego. Sabemos que a qualidade do emprego no Brasil está mais ligada ao crescimento econômico do que à legislação trabalhista. Um estudo da época de autoria do economista João Sabóia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), dizia: "A CLT não é culpada pelo crescimento do trabalho informal do Brasil."

As modificações feitas no substitutivo alteravam a redação do projeto, mas a essência continuava a mesma. Na ânsia de confundir a população, o governo argumentou que os 34 direitos do artigo 7º estariam protegidos, pois leis complementares previstas no mesmo seriam inegociáveis. Havia um engano, pois nesse artigo só existe a previsão de uma Lei Complementar, que diz respeito à proteção do empregado contra despedida arbitrária ou sem justa causa, com a possibilidade de imposição de indenização compensatória, dentre outros direitos. Outras previsões legais não vinculam a matéria à edição de Lei Complementar, como, por exemplo, a previsão de

um salário mínimo nacional unificado, com reajustes periódicos que preservem o poder aquisitivo do trabalhador.

Entendemos que quaisquer mudanças que afetem a CLT e também a Constituição devem ser largamente discutidas com toda a classe trabalhadora.

Amizade

Foi com tristeza que subi a tribuna naquele dia 30 de agosto de 2001 para comunicar que, às 3 horas da madrugada, morria no Rio Grande do Sul um grande companheiro nosso, um brasileiro acima de tudo: o ex-Deputado Amaury Müller.

Amaury Müller esteve por mais de duas décadas no Parlamento. Foi membro da Mesa da Câmara e presidiu a Comissão de Trabalho. Na década de 70 fez um discurso contundente contra a ditadura. Por esse ato foi cassado juntamente com outro gaúcho, o Deputado Nadir Rossety. Amaury foi daqueles homens que a História do nosso País jamais esquecerá. Era conhecido no mundo todo por sua luta contra qualquer tipo de preconceito. Sem dúvida, um símbolo da liberdade, da democracia e da "perseguição constante de justiça".

Visitei-o no hospital e vou repetir aqui as suas palavras: "Paim, o câncer que tenho devo ao cigarro". O culpado pela morte do Amaury foi o cigarro. Ele teve a grandeza de me dizer isto. Tenho

certeza de que gostaria que eu dissesse isto para os que até hoje não entenderam que o cigarro mata.

Quebrando o protocolo, pedi um minuto de silêncio em homenagem à memória de Amaury Müller. Tenho saudade dele.

*****

Drogas como o cigarro e o álcool lamentavelmente fazem suas mazelas. São fonte de dor, sofrimento e muitas vezes levam à morte.

Se falarmos das drogas ilícitas então, essas convergem normalmente para uma catástrofe social. Crianças, adolescentes, jovens e adultos se drogando em suas casas, nas ruas, guetos, favelas ou embaixo de viadutos espalhados pelo Brasil são um grave problema que afeta a sociedade como um todo. O uso social de drogas lícitas e ilícitas não se restringe mais às classes menos favorecidas da população. Ele alcançou um grande contingente de pessoas com alto nível de instrução e bom poder aquisitivo, pessoas cientes da armadilha em que estão caindo.

Toda sorte de violências praticadas nas ruas, nos cruzamentos, nas invasões dos lares, tem como protagonistas jovens que, quando presos, confessam que são viciados em drogas proibidas. Roubam e matam sob ação de drogas e assim agem para obter os recursos com os quais vão adquirir mais drogas.

Li a história de um jovem chamado Samuel e fiquei comovido com seu relato. Fiz contato com ele, que ficou feliz por poder contribuir com seu depoimento.

Diz o depoimento:

"(...) Até os meus quatorze anos eu era um garoto normal, feliz com a vida, com mil sonhos na cabeça, vários amigos. Na verdade eu era meio "Caxias" na época, pode-se até dizer "Mauri-

cinho". Andava a cavalo em uma hípica, já tinha passado meus pais e minhas irmãs em altura (me achava o máximo por causa disso).

Eu era um cara meio esnobe até. Até que nessa mesma idade aconteceu algo que iria mudar minha vida pra sempre. Não só minha vida, mas minha personalidade também. Eu fui seqüestrado e passei 12 dias em cativeiro (não vou relatar sobre esse período, pois não é esse o objetivo), depois que me libertaram eu nunca mais fui a mesma pessoa.

Meu pai em seguida me deixou por dois meses em uma clínica. Isso serviu para que eu me recuperasse e também para abafar o caso entre a comunidade. Quando voltei reiniciei os estudos. Tentava não pensar no que havia acontecido, mas no meu íntimo aquele Samuel havia morrido.

Eu sabia que jamais seria o mesmo (na época inclusive contei muito com o apoio da minha atual esposa, na época namorada).

Um dia eu estava na casa de um amigo e ele me ofereceu um baseado. Eu na hora recusei, mas depois acabei fumando. Depois disso sempre que a gente saía a gente fumava e tudo era desculpa para acender um. A Bia ficava "P" da vida, mas ficava calada. Minha família, se por acaso percebia, também ficava calada.

Eu adorava a sensação que tinha. Sentia-me relaxado, não tem como dizer que era ruim.

Um dia, em uma *rave,* um amigo me chamou e me deu um pacotinho com pó para cheirar. Falou que eu iria adorar e eu adorei mesmo. Comecei a cheirar com certa freqüência. Meus pais descobriram, e eu parei. Fiz terapia, terminei o colegial e a Bia engravidou.

Fiquei muito feliz. Para mim era como uma redenção. Sentia-me extremamente responsável, comecei a planejar o futuro.

Ao mesmo tempo, via em meus pais e nos pais dela olhares de reprovação. Ninguém queria essa criança, nem mesmo a Bia. Ela estava no segundo colegial e aquilo foi uma bomba na vida dela.

Só eu comemorava, no íntimo e abertamente. Então ela teve sangramento no quinto mês de gestação e a médica pediu repouso. O que ela fez por um mês e meio. Quando tive que viajar para prestar vestibular ela foi a uma festa e acabou tendo nossa filha naquela noite.

Nasceu de seis meses e meio...viveu durante dez dias. Longos dias...

Ela tinha vários problemas de saúde e dificilmente sobreviveria, ou poderia ter seqüelas. Eu amei aquele "serzinho". Passava o dia e a noite no hospital.

Recomecei a usar cocaína, fumar crack, beber...

Detonei. Perdi a namorada, bati nela, roubei meus pais, meus cunhados, minhas irmãs. Tive *overdose,* voltei para rua. Detonei de novo...

Até que um dia eu estava muito doido, fora de mim, quando senti uma picada no meu braço. Um dos caras estava injetando pó em mim. Fiz isso por várias vezes.

Nisso eu não comia mais e estava fora de casa, há dias, deixando minha família desesperada, desestruturada e muito longe de ser a família feliz e unida dos meus 14 anos.

Acabou do jeito que vocês estão vendo. Peguei uma infecção violenta por usar seringa contaminada o que acabou se transformando em artrite reumatóide e endocardite crônica.

Sou portador do vírus da hepatite C e só não peguei Aids porque Deus não quis, apesar de durante muito tempo desconfiar de que minha família estava omitindo o que realmente tenho.

Fiz vários exames que deram negativo e agora acredito neles. Estou sem conseguir andar desde novembro e coloquei várias próteses.

Sinto dores em todo o meu corpo 24 horas por dia. Minha vida jamais será a mesma.

Não deixe ser tarde demais. Mude isso agora.

Talvez todas essas limitações em que me encontro sejam uma vantagem: a de não ter a chance de ceder para essa maldita, mas você não precisa ter que passar pelo que eu estou passando.

Olhe para dentro de si. Não a deixe tomar as rédeas da tua vida. Ela é tua, só tua e, com certeza, de Deus também, mas Ele não pode fazer nada se você não der um empurrãozinho."

Infelizmente, as marcas que o vício deixa são profundas. Suas raízes não produzem, elas se nutrem de tudo que é sadio para depois secar e matar sua fonte. Temos que encontrar meios de substituir estas marcas por afagos que venham gerar saúde, energia e vida.

Gesto simbólico

uando estava indo para o plenário da Câmara naquela terça-feira, dia 27 de novembro de 2001, a minha Chefe-de-Gabinete, Márcia Closs, avisou-me que em Caxias do Sul estava havendo paralisação de trabalhadores em protesto contra o Projeto de Lei nº 5.483/01. Em Porto Alegre e no vale dos Sinos, os trabalhadores das fábricas, pela manhã, fizeram ato público e retardaram o horário de entrada em protesto contra o projeto. Em Brasília, havia em torno de 15 mil pessoas, divididas entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional, protestando. E em todos os aeroportos do País ocorriam manifestações contra o projeto.

Quando discursava na tribuna fiz um gesto que simbolizou toda a repulsa que o movimento sindical brasileiro tinha pela proposta do Governo. "Destaquei uma folha da Constituição e encaminhei por via aérea o exemplar da nossa Carta Magna em direção do Deputado Ricardo Izar. O livro da Constituição acabou atingindo o Deputado André Benassi, também da base governista. Após o ato, pedi desculpas aos membros da Mesa". Essa simbologia

foi para mostrar que o projeto do Governo significava "arrancar o coração e a alma da Constituição representados pelos direitos sociais".

O que fiz, posso assim dizer, também foi uma reação às agressões verbais e até mesmo racistas que sofri naquele momento. Quando me encontrei com o Deputado Izar no Salão Verde da Câmara disse a ele que não tinha intenção de fazer aquilo, mas que não consegui suportar as provocações que ele me dizia enquanto eu discursava contra o projeto. No dia seguinte, o jornal *Folha de S.Paulo*, registrou o gesto com foto na capa.

O Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro Marco Aurélio de Mello, saiu em minha defesa. Ele declarou que via no meu ato "respeito à Constituição": "Não podemos ver simplesmente no ato do Deputado Paulo Paim uma agressão à Lei Maior da República. Ao contrário, ele procedeu a esse ato, que é extremo, visando preservá-la".

Recebi inúmeros telefonemas, *e-mails* e cartas de solidariedade. Dentre tantas há uma que me emocionou muito. O Deputado Nilson Mourão do PT do Acre disse:

"Há momentos na vida em que os símbolos falam tudo, são compreensíveis por si mesmos, e expressam muitos sentidos em várias direções. Seu gesto no plenário, na sessão que examinava o projeto que flexibiliza a CLT, foi duro, contundente, próprio dos melhores e mais expressivos profetas do mundo bíblico. Naquele momento você foi o nosso profeta. Seu longo, polêmico e oportuno discurso, teve um desenlace que ficará para a história do Parlamento e do PT e engrandece a sua trajetória. Não podíamos enfrentar o debate daquela matéria, enquadrados numa ordem hipócrita e injusta, sem que tivéssemos a coragem de chamar a atenção do País para o que estava em jogo naquele momento. Você teve essa coragem. O simbolismo de seu gesto é o que ficará marcado na

História do nosso País. O nosso partido, por meio de sua ação profética, será reconhecido como o partido realmente dos trabalhadores. Identificado com as causas populares, em defesa dos pobres, dos explorados, dos esquecidos. Assim sendo, faço chegar até você a minha total e irrestrita solidariedade."

Tenho total convicção que faria tudo outra vez para garantir os direitos dos trabalhadores na Carta Magna e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Prévias

No dia 17 de março de 2002 ocorreram as prévias para a escolha do candidato ao governo do Rio Grande do Sul. Dois nomes concorreram: o Governador Olívio Dutra e o Prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro.

Sempre fui favorável ao consenso e fazia questão de deixar claro o meu posicionamento, tanto internamente no partido como na opinião pública. Fui e sou contra as prévias. Lutei até o último minuto para que não houvesse o confronto, pois entendia que o projeto da Frente Popular poderia tranqüilamente ser reconduzido ao Palácio Piratini. Não houve consenso, e assim, democraticamente partimos para as prévias. Entendo que aquela posição foi equivocada e até hoje está se refletindo negativamente no PT.

Tive oportunidade por várias vezes de dizer que "Feliz do partido que tem quadros de grande expressão. Feliz do partido que pode se dar ao luxo de escolher um entre grandes nomes para concretizar o mesmo projeto".

Como sou um democrata, respeitei a vontade da maioria. Fomos às prévias. Nosso partido defende a democracia com garra, e é com garra que demonstramos à população a transparência que sempre tivemos. Nada temos a esconder.

A Frente Popular do Rio Grande do Sul que, na época, era composta por PSB, PT e PCdoB, participou de forma direta, ostensiva e positiva do processo. Foram realizados cinco debates na capital e no interior do estado, nos quais ambos os candidatos defenderam, de suas maneiras, um projeto único focalizando a questão social.

Sabíamos que tanto Olívio, como Tarso, tinham maneiras diferentes de governar. Mas, o objetivo era o mesmo. São dois grandes nomes que agregam grandes lideranças. O Partido dos Trabalhadores tem orgulho de ter esses companheiros em seu quadro.

Entrevistado por uma rádio da capital eu disse: "Esperamos que o debate seja feito no mais alto nível, pois as divergências, com certeza, ficarão no campo das idéias e na forma de dar andamento ao projeto que beneficia tantos gaúchos".

Terminei citando um pensamento que construímos durante a luta por aqueles que defendemos: "Sonhar com um mundo melhor para todos é um direito, mas lutar para construir este mundo é um dever daqueles que amam a liberdade e buscam a justiça".

******

O encontro foi uma festa da democracia. Os debates sobre a conjuntura nacional iniciaram-se no sábado, e, no domingo, escolhemos, de forma democrática e plural, a chapa do Partido dos Trabalhadores para disputar o Senado Federal, a Câmara dos

Deputados, a Assembléia Legislativa e o Governo do Rio Grande do Sul.

O meu nome foi apresentado na convenção depois de uma verdadeira cruzada feita pelo Rio Grande do Sul com 54 pré-lançamentos. Em cada delegado senti o calor e o carinho do povo e a vontade de que meu nome estivesse contemplado na chapa majoritária como um dos candidatos ao Senado Federal.

Disse na convenção: "Vi no rosto de cada petista presente a resistência de Nelson Mandela, que ficou 27 anos na prisão para libertar seu povo do *apartheid* — refiro-me ao apoio que recebi do movimento negro".

Vi no rosto do militante Santos Fagundes que é cego, o apoio das pessoas com deficiência. Ali assumi o compromisso de no Senado agilizar a aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, de minha autoria.

Lembrei também da figura de Gandhi, com sua forma de fazer política, sua ternura, sua bandeira da paz — refiro-me aos rebeldes aposentados que, embora não possam fazer greve, firmaram seu apoio à nossa candidatura. Recebi ainda o amparo incondicional da federação e de todas as associações gaúchas de aposentados, bem como, da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP).

Durante o encontro, também me lembrei, sim, como negro, da figura do indomável Zumbi dos Palmares — refiro-me aos negros e aos brancos que ali estavam lutando pela liberdade, pela igualdade e por uma Pátria na qual a capacidade do homem não se defina pela cor da pele.

Evoquei a figura de Che Guevara e Sepé Tiarajú aos companheiros socialistas e revolucionários. Optei por este caminho ao fazer parte daquela chapa que ora se formava.

Foi indicado como candidato a governador o então prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro. Como vice-governador foi mantido o nome de Miguel Rosseto.

Recebi a maior votação das prévias — 384 votos. A Senadora Emília Fernandes recebeu 363 votos. O companheiro Flávio Koutzi obteve 260 votos.

Fiz uma homenagem a todos os participantes da convenção, especialmente Flávio Koutzi, que tem uma história que orgulha o povo brasileiro. Resistiu durante a ditadura e lutou permanentemente pela construção do nosso partido ao longo desses vinte anos.

No encerramento da convenção fiz questão de homenagear o Olívio Dutra, pelo brilhante trabalho até o momento desempenhado e pela forma como encarou o resultado das prévias, com a grandeza dos grandes homens, dirigindo o governo até o final e se apresentando ao debate político para reeleger nosso projeto como militante a defender a figura de Tarso Genro no campo majoritário.

Lula

Durante a campanha para o Senado Federal, o então candidato à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, gravou para a televisão um depoimento que me deixou muito emocionado:

"Eu conheço o companheiro Paulo Paim desde o tempo em que ele era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, depois fundador da CUT e seu secretário geral. Enquanto deputado constituinte tive uma convivência mais estreita com ele, e aí é que eu pude ter certeza da dimensão de homem público que é o Paim. Ele foi intransigente na defesa dos interesses dos trabalhadores. Eu sempre digo que se a gente tivesse vinte ou trinta sindicalistas com a dedicação e com o compromisso com os trabalhadores que o Paim tem, certamente nós poderíamos ter avançado muito mais na Constituinte de 88. Conheço o Paulo Paim na defesa da luta contra o preconceito racial, em defesa do trabalhador negro, em defesa da mulher negra, em defesa de uma igualdade independentemente de raça, cor ou credo religioso.

Digo que conheço o Paulo Paim como o mais competente deputado em defesa do salário mínimo, acho que poucas vezes ou nenhuma vez na história do Congresso Nacional, nós tivemos um parlamentar com a dedicação do companheiro Paim em defesa do salário mínimo. Eu penso que se os deputados tivessem a sensibilidade, o apelo, e os argumentos que o companheiro Paim tem, certamente nós já teríamos conseguido aumentar o salário mínimo nos níveis necessários para recuperar a dignidade e a qualidade de vida do trabalhador brasileiro. Eu conheço o Paim da luta pela redução da jornada de trabalho, ou seja, quem acompanha a luta do companheiro Paim sabe que ele se dedica 24 horas a defender os interesses dos trabalhadores e aposentados brasileiros. O que eu espero é que o Brasil olhe atentamente para o trabalho desse parlamentar, o que eu espero é que as pessoas percebam que o dia que nós tivermos capacidade de melhorar o nível dos nossos deputados e eleger pessoas que têm o compromisso em defesa dos interesses dos trabalhadores brasileiros que estão perdendo muito, afinal de contas recuperar o salário mínimo, reduzir a jornada de trabalho pensando em gerar mais empregos, defender os aposentados, defender o fim do preconceito no País, defender a reforma agrária, são coisas que o nosso partido faz e dentro do nosso partido certamente o companheiro Paim faz melhor do que qualquer um de nós. Paim você é um exemplo dignificante para o nosso partido, você é o espelho mais concreto do tipo de político que o movimento sindical pode produzir e você Paim certamente, como é muito jovem ainda, terá uma carreira política ainda mais brilhante do que essa que já tem".

Eu procuro com a minha coerência ser fiel às palavras do então candidato à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva.

Décio Freitas

No dia 9 de março de 2004, faleceu em Porto Alegre, aos 82 anos, o historiador Décio Bergamaschi Freitas. Ele escreveu mais de uma dezena de livros, porém ficou conhecido com "Palmares – la guerrilha negra", publicado em 1971. Essa obra comprovou a existência do herói Zumbi dos Palmares. O Movimento Negro do Rio Grande do Sul o considera "o pai da nossa história".

Não o conheci pessoalmente. Mas, sabia que era um grande homem. Trabalhou com Mário Quintana na banca de tradutores da antiga editora Globo e do Correio do Povo. Nos Diários Associados foi colega do escritor Josué Guimarães. Teve contato com Getúlio Vargas, Flores da Cunha e Borges de Medeiros. Foi amigo do Presidente da República João Goulart. Décio era simpatizante do Velho PTB.

Depois do golpe militar de 1964, auto-exilou-se, até 1972, em Montevidéu. Na capital uruguaia cursou a faculdade de História e começou a vasculhar o passado do Brasil. De 1982 até 1985, presidiu em Brasília o Comitê Nacional de Anistia.

No dia 20 de outubro de 2002, alguns dias depois que me elegi senador da República, tive a grata satisfação de ler no jornal *Zero Hora* de Porto Alegre um artigo de sua autoria com o nome de Zumbi no Senado. Em homenagem a ele, faço a transcrição na íntegra de seu artigo.

"Paulo Paim, que dia 6 de outubro, se elegeu senador pelo RS, nasceu em Caxias do Sul, numa família de dez filhos. Os pais analfabetos, ganhavam salário mínimo. Estudou em escola pública e fez seu aprendizado de metalúrgico no Senai. Inato e notável talento para a liderança revelado já nas escolas tornou-o um dos líderes mais importantes do sindicalismo estadual e nacional.

Já morando em Canoas, elegeu-se deputado federal, cumprindo quatro mandatos sucessivos e projetando-se como um dos parlamentares mais operosos. O eleitorado gaúcho fez-lhe toda justiça, elegendo-o para o Senado.

Mas o fato de ser Paulo Paim um negro de origem pobre em rigor, é redundante, dizer-se que um negro tenha origem pobre – pode paradoxalmente contribuir para retroalimentar o racismo antinegro brasileiro. Pois, para começar, isso poderá reforçar o conhecido argumento liberal de que o indivíduo nascido e criado na pobreza não está necessariamente condenado à exclusão social. Pelo trabalho e pelo estudo poderá superar tal condição e ser bem sucedido na vida, mesmo se negro.

Está aí subliminarmente dito que a pobreza não é fruto de marginalização social – no caso do negro, de discriminação racial -, mas de conformismo e indolência. Os negros que esca-

param do gueto sociorracial e conquistaram posições de sucesso seriam prova da inexistência de discriminação. Exemplos do passado e do presente poderiam se multiplicar. Comprovariam isso Machado de Assis e Aleijadinho, nosso maior escritor e nosso maior escultor.

Nos EUA, em que pese um racismo visceral, sempre houve negros bem sucedidos, em todas as atividades, mesmo a econômica, como prova a existência de forte burguesia negra. O argumento é falacioso. Sempre houve, em todas as sociedades, mesmo nas mais rigidamente estratificadas, indivíduos que venceram a barreira da pobreza ou do preconceito, ascendendo a posições importantes. Mas deveram isso ao gênio ou ao talento, de resto acidentes biológicos que permitem derrubar todos os obstáculos, por maiores que sejam.

A grande massa é feita de gente comum, sem predicados para se afirmar. Paulo Paim sem dúvida compreende – embora jamais venha a ter a imodéstia de afirmá-lo publicamente – que nasceu intelectualmente privilegiado e seu caso não pode ser generalizado. Chega ao Senado graças a um notável talento político, e não porque o Brasil seja uma democracia racial.

Militante de partido de esquerda, o senador deverá contribuir para que se corrija o equívoco histórico de pensar no Brasil como a clássica sociedade de classes do tipo euro-ocidental.

Quando os pensadores europeus do século XIX elaboraram suas doutrinas sobre as sociedades de classes, estavam pensando no capitalismo ocidental, no qual a posição social do indivíduo era determinada pela condição econômica. Não pensavam na

sociedade de castas do Brasil escravista, onde o nascimento como escravo ou homem livre é que determinava a condição social.

Passado mais de século da Abolição, para mais de metade da população brasileira ainda é o nascimento que determina a condição social: nascer branco ou não-branco. O simples fato de nascer não-branco acarreta exclusão em grau variável, segundo a policromia pigmentária da nossa mestiçagem. Por outra, continuamos sociedade de castos. Por que razão a massa de excluídos e miseráveis se compõe quase totalmente de não-brancos? De duas uma: ou são biologicamente inferiores, como sustentam os racistas , ou são mesmo discriminados. No Brasil, privilégio e exclusão baseiam-se na cor da pele.

Quando se fala na imoral concentração de renda do Brasil, é preciso ter em mente que ela atinge fundamentalmente a massa não-branca.

Um jornalista americano, após servir vários anos como correspondente na África, escreveu, ao regressar, um livro que começava assim "Graças a Deus que meus antepassados foram trazidos como escravos para os EUA". Se houvesse servido no Brasil, decerto poderia escrever "Graças a Deus que meus antepassados não foram levados como escravos para o Brasil". Pois após uma história de tenebrosa segregação, os EUA são hoje o país em que apesar de tudo os negros melhor vivem no mundo. As lutas dos negros contribuíram para isso, mas também houve por parte das elites dirigentes americanas a percepção de que a discriminação racial comprometia perigosamente a coesão nacional.

Os que aos domingos lêem os textos publicados neste espaço terão notado a freqüência com que se comenta o obstáculo ao nosso desenvolvimento que é o viés racista da cultura brasileira. Torna-se ao assunto, neste artigo, por sugestão da bela entrevista de Lasier Martins com Paulo Paim no canal 36. O senador negro terá todas as condições para ser no Senado um Zumbi capaz de mostrar que nossa democracia racial é um blefe e que uma herança cultural escravista nos divide pela cor – fazendo-nos assim uma nação inconclusa.

Acredito que Décio Freitas é daqueles homens que nunca morrem. Esse artigo demonstra que suas idéias continuam norteando nossas vidas na construção de um mundo melhor para todos.

Amassando barro com o povo

Idosos

A Organização Mundial de Saúde (OMS) é taxativa: até 2025 o Brasil será o 6º país do mundo em população de idosos, tendo aproximadamente 32 milhões de pessoas com idade superior a 60 anos. Por isso, tornam-se urgentes ações que garantam condições de vida digna para esse grupo que continua discriminado em vários setores da sociedade.

Depois de um longo debate com entidades ligadas à terceira idade, aposentados e pensionistas, apresentei em setembro de 1997, o Projeto de Lei nº 3.561, instituindo o Estatuto do Idoso que trata da vida dos "nossos velhos". Pontos como a responsabilidade da União para com o idoso, a criação de conselhos do idoso, o direito do idoso à vida, à saúde, à alimentação, à convivência familiar e comunitária e a questão do trabalho são abordados. Trata também da questão da educação, da cultura, do esporte, do lazer, de uma Previdência Social digna, da assistência social e jurídica e, naturalmente dos vencimentos dos idosos.

Confesso que me espelhei em um projeto semelhante e que fora aprovado pela Câmara em 1996: o Estatuto da Criança e do Adolescente, que hoje é lei. O Estatuto do Idoso segue a mesma linha.

Em 1999, a Comissão de Seguridade da Câmara aprovou o projeto, sendo criada então uma Comissão Especial que, na tarde de 29 de agosto de 2001, aprovou-o de forma unânime.

O projeto de lei ganhou aliados fortíssimos em 2003. A Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) teve como tema "Fraternidade e Pessoas Idosas – Vida Digna e Esperança". Já a novela da TV Globo, "Mulheres Apaixonadas", abordou o tema da velhice por intermédio de um casal maltratado pela neta.

O Estatuto do Idoso foi aprovado por unanimidade pelo plenário da Câmara dos Deputados, na noite de 21 de agosto de 2003. O relatório do deputado Silas Brasileiro incorporou alguns dispositivos sugeridos em emenda substitutiva do governo, sendo fruto de trabalho conjunto de parlamentares, especialistas, profissionais das áreas de saúde, direito, assistência social e de entidades e organizações não-governamentais voltadas para a defesa dos direitos e proteção aos idosos.

No dia 22 de agosto eu estava no exercício da presidência do Senado Federal. Ao receber o texto das mãos do relator, deputado Silas Brasileiro, que estava acompanhado pelo secretário-geral da Mesa da Câmara, Mozart Viana, disse que "aquele momento era um marco para a sociedade brasileira". Estavam ainda presentes, o cônego, José Carlos Dias Toffoli da CNBB, representantes da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP), da Frente Parlamentar das Entidades em Defesa da Previdência Pública, do Movimento de Servidores Aposentados e Pensionistas

(MOSAP) e do Conselho Nacional de Direitos do Idoso, entre outras entidades.

Indagado por um repórter da Agência Senado sobre o que estava sentindo, disse: "Estou muito feliz. O mundo olha para o Brasil neste momento. Esse Estatuto já está sendo discutido em outros países a partir da peça construída aqui. Tudo está contemplado no Estatuto. A saúde, a educação, a habitação, a ação do Ministério Público para acelerar processos em defesa do idoso. Então é um momento ímpar".

O Estatuto do Idoso foi aprovado pelo plenário do Senado Federal no dia 23 de setembro de 2003. Ao encerrar a Sessão o Presidente da Casa, Senador José Sarney, disse: "Declaro aprovado o projeto do Estatuto do Idoso, marco desta legislatura, um grande passo no caminho da justiça social no Brasil".

No dia 1º de outubro do mesmo ano, o Estatuto do Idoso (Projeto de Lei nº 10.741/03) foi sancionado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na solenidade no Palácio do Planalto fiz o seguinte pronunciamento:

"A sanção do Estatuto do Idoso, no dia de hoje 1º de outubro, Dia Internacional do Idoso, é o coroamento de um longo trabalho desenvolvido por mais de sete anos no Congresso Nacional com os mais representativos setores da sociedade.

Agradecemos ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que não mediu esforços para que este Estatuto fosse aprovado antes do 27 de setembro, data nacional dos idosos. Essa posição confirma a marca registrada deste governo com a área social.

Destacamos o apoio que recebemos do Presidente do Senado, Senador José Sarney, e do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo Cunha.

O Brasil envelheceu rapidamente e a sociedade não se deu conta disso. Não dedicou aos idosos a devida atenção, o devido respeito.

Esta é a situação que o Estatuto se propõe reverter.

* Para isso, estabelece como dever da família, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, o efetivo direito à vida, à saúde, à alimentação, ao transporte, à moradia, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.
* Para garantir o cumprimento do que estabelece, o Estatuto transforma em crime, com penas que vão até 12 anos de prisão, maus-tratos a pessoas idosas.
* Proíbe a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados por idade.
* Assegura o fornecimento de medicamentos, especialmente os de uso continuado, como para tratar hipertensão e diabetes.
* Prevê o fornecimento gratuito de órteses e próteses no tratamento de habilitação e reabilitação.
* Garante aos idosos descontos em atividades culturais e de lazer.
* Assegura aos idosos com mais de 65 anos que vivem em famílias carentes o benefício de um salário mínimo.
* Garante prioridade ao idoso na compra de unidades em programas habitacionais públicos.

Senhores e Senhoras, ao longo dos seus 119 artigos, o Estatuto estabelece um novo marco de vida para homens e mulheres com mais de 60 anos.

Por toda essa proteção que oferece ao idoso, estou certo de que esse novo diploma legal representará um divisor de águas

na vida dos mais de 20 milhões de brasileiros que já atingiram os 60 anos de idade.

Senhores e Senhoras, durante estes sete anos de debate sobre este tema apaixonante, choramos, cantamos e, com certeza, nos emocionamos muito, muito mesmo. Talvez tanto quanto o jovem poeta Pierro no momento em que escreveu:

Meu Velho

"Velho, meu querido velho,
Agora já caminhas lento
Como perdoando o vento
Eu sou teu sangue, meu velho
Sou teu silêncio e teu tempo"

Com esses versos, quero homenagear a todos aqueles que construíram a Política Nacional do Idoso, incluída no Estatuto. A todos os partidos no Congresso Nacional. A todos as entidades que atuaram nessa condução, desde o Ministério Público, a Cobap, o Mosap e tantos outros.

É com carinho que lembro da Comissão Especial do Idoso, na Câmara. Como não posso listar todos, cito o Deputado Eduardo Barbosa, presidente dessa; o Deputado Silas Brasileiro, o grande relator.

Senador Sérgio Cabral, presidente da Comissão no Senado e também relator do Estatuto.

Senador Demóstenes Torres, relator na Comissão de Constituição e Justiça no Senado, que foi decisivo para a tramitação.

A senadora Lúcia Vânia que abriu mão da relatoria em nome do entendimento.

As deputadas Ângela Guadagnin, Telma de Souza, Luiza Erundina, Aldo Rebelo e os senadores Tião Viana e Aloizio Mercadante

pela articulação que fizeram junto aos ministérios que tratavam deste tema.

Senhor Presidente,

A Comissão Especial do Idoso viajou muito por este País, para ouvir a sociedade e também os idosos de forma individual.

Tivemos momentos de tristeza e de alegria.

De tristeza ao perceber que o abandono, as agressões, as apropriações dos bens dos idosos são alarmantes. Um dado que nos deixou ainda mais perplexo é o de que a agressão em 90% nos casos, vem da própria família.

Mas tivemos também momentos de alegria ao ver o brilho no olhar, nos cabelos prateados de homens e mulheres, o brilho da esperança, do otimismo, não se deixando derrotar pelos pessimistas ou pelo medo da realidade em que vivem.

Senhor Presidente,

Este momento é deles!

Gostaria de homenagear aqueles que lutaram muito para construir este Estatuto, mas infelizmente não estão mais juntos de nós. Homenageio, portanto a letra de uma canção de Sérgio Bintencourt:

"Naquela mesa está faltando ele e a saudade dele está doendo em mim.

Naquela mesa, ele juntava gente e contava contente

O que fez de manhã e os seus olhos era tanto brilho

Que eu mais que seu filho eu fiquei seu fã

E não sabia que doía tanto uma mesa no canto

Uma casa um jardim

Se eu soubesse o quanto dói a vida

Essa dor tão doída não doía assim."

Senhor Presidente, senhores e senhoras convidados, a vida na sua sabedoria nos ensina que os mais velhos são os mais sábios.

A sabedoria milenar é quem diz:

"A vida é fruto da energia do Universo".

Essa energia acompanha a Lei de Causa e Efeito. O caminho que precisamos construir é o da generosidade. É o da solidariedade entre as gerações. Até porque, o jovem de hoje será o idoso de amanhã.

Quero também dar meus parabéns à CNBB pela Campanha da Fraternidade deste ano com o título "Com os olhos voltados para o Idoso".

Cumprimento ainda o autor da novela "Mulheres Apaixonadas", Manoel Carlos, bem como os artistas, que contribuíram para que o tema "idoso" fosse debatido nacionalmente.

Destaque especial:

Carmem Silva – 87 anos, a nossa gaúcha

Oswaldo Louzada – 91 anos, carioca

Gostaria de concluir, não somente agradecendo a todos vocês que ajudaram a construir este momento bonito, muito bonito de nossas vidas. Dizendo o que os idosos gostariam de dizer se tivessem a oportunidade que eu estou tendo.

O sonho se tornou realidade!

O Estatuto do Idoso agora é lei!

É coisa nossa!

Parabéns Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Parabéns idosos do Brasil.

******

No dia 03 de outubro de 2006 o Correio do Povo publicou o seguinte artigo de minha autoria:

Estatuto do idoso e cidadania

O Estatuto do Idoso está completando três anos. Sancionado no Dia Internacional do Idoso, 1º de outubro, ele foi construído para garantir e promover o respeito à cidadania daqueles que passaram dos 60 anos. É com certeza um avanço inegável da nossa legislação. Mas a garantia dessa conquista passa pelo cumprimento de todos os seus artigos e também por uma ampla divulgação junto à população.

Os conselhos estaduais dos idosos já estão trabalhando nesse sentido. Mas, a exigência do cumprimento do Estatuto deve também ser absorvida pelos municípios. A população deve se mobilizar e exigir dos poderes municipais - prefeituras e câmara de vereadores- a criação dos conselhos municipais dos idosos. É por meio deles que haverá a interlocução junto à comunidade e aos poderes públicos constituídos, tanto em âmbito estadual como nacional.

Para se ter uma idéia da importância do tema, pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indica que existem hoje no país cerca de 20 milhões de pessoas com mais de 60 anos, representando quase 11% da população. Em 2050, o Brasil será o quinto maior país em população idosa do mundo, com cerca de 13,7 milhões de pessoas com mais de 80 anos. A média de vida dos brasileiros será de 81,3 anos.

Dentre os avanços do Estatuto está o respeito à inserção do idoso no mercado de trabalho e a profissionalização, tendo em vista suas condições físicas, intelectuais e psíquicas, pois eles podem e devem contribuir com a sua experiência para o crescimento do país.

No artigo 40, está prevista a gratuidade de duas vagas no transporte interestadual para os maiores de 60 anos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos. Contra a intenção prevista

na norma legal, este direito ainda não está sendo concedido. Para tanto apresentamos Proposta de Emenda Constitucional nº 69 de 2005 que garante o cumprimento desse benefício.

Já o artigo 22 propõe que nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal sejam inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.

Com o Estatuto cerca de dois milhões de idosos passaram a receber um salário mínimo.

O Estatuto do Idoso com seus 118 artigos é uma peça revolucionária que veio para ficar e que depende unicamente de nós, cidadãos brasileiros. Conhecendo-a e cobrando seu cumprimento estaremos colaborando para a construção de um país mais solidário, mais humano e melhor para se viver. Cada um dos brasileiros, do mais jovem ao mais idoso, é responsável pela aplicação dessa lei. O que precisamos deixar claro é: apenas exercendo nossa cidadania estaremos contribuindo para que o Estatuto seja cumprido.

Negros

epois de mais de uma década de discussões, debates, seminários, encontros, simpósios e audiências públicas realizadas em todo o País com a participação efetiva do movimento negro e da sociedade civil, o projeto do Estatuto da Igualdade Racial, foi apresentado por mim no dia 30 de julho de 2000, na Câmara dos Deputados.

No Grande Expediente, eu disse: "O Estatuto da Igualdade Racial é um instrumento que foi construído para defender aqueles que sofrem preconceito ou discriminação em função de sua etnia, raça, cor e dá outras providências. Infelizmente, de geração em geração, a discriminação do homem pelo homem, quer seja por sexo, raça, cor, etnia, procedência, origem, religião, idade, classe social ou deficiência física, continua. Entendemos que essa integração passará por mudanças na espiritualidade do ser humano. Acreditamos que mudanças de uma visão solidária, fraternal e igualitária da sociedade se darão pela transformação do homem no campo

espiritual. Somente quando o homem puder olhar para dentro de si e perceber que não há resquícios de ódio, de orgulho, de egoísmo, quando o homem olhar para o seu irmão com total transparência e dignidade, vendo-o como indivíduo, em igualdade de condições, o mundo começará a ter um profundo processo de transformação. Aí, sim, os velhos preconceitos de raça, cor, etnia, enfim, ficarão para trás, e o limiar de uma nova era então surgirá".

Em 2003, como senador da República e apostando numa tramitação mais rápida, apresentei o mesmo projeto na "Casa de Rui Barbosa".

O Estatuto da Igualdade Racial tramitou no Senado por 18 meses e foi aprovado no dia 9 de novembro de 2005, por aclamação, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Tudo foi feito para apressar a votação do substitutivo do Senador Rodolpho Tourinho, apreciado em decisão terminativa. O Presidente da CCJ, Senador Antonio Carlos Magalhães, obteve a aprovação dos demais senadores para extinguir o interstício de prazo para o turno suplementar de votação e assegurou o segundo exame da proposta na mesma reunião.

A mobilização teve como objetivo apressar o envio da proposta (PLS nº 213/03) à Câmara. A intenção era assegurar a sanção da matéria até 20 de novembro, a tempo das comemorações do Dia da Consciência Negra – data da morte do herói negro Zumbi, o que não ocorreu. O substitutivo do Senador Tourinho manteve os aspectos principais defendidos por mim.

O Estatuto reúne um conjunto de ações e medidas especiais que, se adotadas pelo Governo Federal, irão garantir direitos fundamentais à população afro-descendente, assegurando entre outros direitos, por exemplo:

* O acesso universal e igualitário ao Sistema Único de Saúde (SUS) para promoção, proteção e recuperação da saúde dessa parcela da população;
* Serão respeitadas atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer, adequadas aos interesses e condições dos afro-brasileiros;
* Os direitos fundamentais das mulheres negras estão contemplados em um capítulo;
* Será reconhecido o direito à liberdade de consciência e de crença dos afro-brasileiros e da dignidade dos cultos e religiões de matriz africana praticadas no Brasil;
* O sistema de cotas buscará corrigir as inaceitáveis desigualdades raciais que marcam a realidade brasileira;
* Os remanescentes de quilombos, segundo dispositivo de lei, terão direito à propriedade definitiva das terras que ocupavam;
* A herança cultural e a participação dos afro-brasileiros na história do País será garantida pela veiculação pelos órgãos de comunicação;
* A disciplina "História Geral da África e do Negro no Brasil", integrará obrigatoriamente o currículo do ensino fundamental e médio, público e privado. Será o conhecimento da verdadeira história do povo negro, das raízes da nossa gente;
* A instituição de ouvidorias garantirá às vítimas de discriminação racial o direito de serem ouvidas;
* Para assegurar o cumprimento de seus direitos, serão implementadas políticas voltadas para a inclusão de afro-brasileiros no mercado de trabalho;
* A criação do Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial promoverá a igualdade de oportunidades e a inclusão social dos afro-brasileiros em diversas áreas, assim

como a concessão de bolsas de estudo para a educação fundamental, média, técnica e superior.

É bom destacar que o Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial na forma como estava contemplado no estatuto só poderia ser autorizativo, caso contrário, seria inconstitucional. Devido a isso apresentei uma Proposta de Emenda Constitucional de nº 2/06 que especifica a origem e o percentual dos recursos a serem destinados ao Fundo, determina que o mesmo terá um conselho consultivo e de acompanhamento, formado por representantes do Poder Público e da sociedade civil, versa sobre a distribuição de seus recursos, sua fiscalização e controle, bem como do Conselho.

Agora, o Estatuto da Igualdade Racial, está tramitando na Câmara dos Deputados, em comissão especial. Acredito que aquela Casa que me abrigou por 16 anos, aprove o quanto antes o projeto, pois o considero a verdadeira carta de alforria do povo negro.

A política de cotas nas universidades foi construída mediante entendimento feito com o Governo e a Oposição através de dois projetos de leis: o PLC nº 73/1999, de autoria da Deputada Nice Lobão (PFL – MA), e o PLS nº 453/2003, de nossa autoria. Ambos prevêem 50% das vagas nas universidades federais para alunos oriundos de escolas públicas.

A nossa proposta foi aprovada por unanimidade no Senado Federal e encaminhada para a Câmara dos Deputados. Como os dois projetos tratam do mesmo tema e, sendo o autor do Estatuto da Igualdade Racial, decidimos trabalhar em conjunto na construção de um substitutivo global para o PLC nº 73 que contemplasse os cortes racial e social, cabendo a relatoria ao Deputado Carlos Abicalil (PT – MT).

O Governo Federal, na tentativa de se antecipar à questão, lançou o programa de governo ProUni, criado pela MP nº 213/2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.

No fim do primeiro semestre de 2006, uma forte campanha contra a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e Contra a Lei de Cotas nas universidades foi desencadeada de Norte a Sul no País pela elite conservadora.

O fato levou um grupo de intelectuais e artistas a escrever um manifesto favorável às cotas e ao Estatuto, que foi entregue ao Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, e ao Presidente da Câmara, Deputado Aldo Rebelo, bem como aos demais deputados e senadores.

Parte do manifesto diz o seguinte: *"A desigualdade racial vigente hoje no Brasil tem fortes raízes históricas e esta realidade não será alterada significativamente sem a aplicação de políticas públicas dirigidas a este objetivo. A Constituição de 1891 facilitou a reprodução do racismo ao decretar uma igualdade puramente formal entre todos os cidadãos. A população negra acabava de ser colocada em uma situação de completa exclusão em termos de acesso à terra, à renda, ao conjunto de direitos sociais definidos como 'direitos de todos', e à instrução para competir com os brancos diante de uma nova realidade de mercado de trabalho que se instalava no País. Enquanto se dizia que todos eram iguais na letra da lei, várias políticas de incentivo e apoio diferenciado, que hoje podem ser lidas como ações afirmativas, foram aplicadas para estimular a imigração de europeus para o Brasil.*

Esse mesmo racismo estatal foi reproduzido e intensificado na sociedade brasileira ao longo de todo o século XX. Uma série de dados oficiais sistematizados pelo IPEA no ano 2001 resume o padrão brasileiro de desigualdade racial: por quatro gerações ininterruptas, pretos e pardos têm contado com menos escolaridade, menos salário, menos acesso à saúde, menor índice de emprego, piores condições de

moradia, quando contrastados com os brancos e asiáticos. Estudos desenvolvidos nos últimos anos por outros organismos estatais, como o MEC, o INEP e a CAPES, demonstram claramente que a ascensão social e econômica no nosso País passa necessariamente pelo acesso ao ensino superior.

Acreditamos que a igualdade universal dentro da República não é um princípio vazio e sim uma meta a ser alcançada. As ações afirmativas, baseadas na discriminação positiva daqueles lesados por processos históricos, são a figura jurídica criada pelas Nações Unidas para alcançar essa meta.

Rejeitar simultaneamente a Lei de Cotas e o Estatuto da Igualdade Racial significa aceitar a continuidade do quadro atual de desigualdade racial e de genocídio e adiar sine die *o momento em que o Estado brasileiro consiga nivelar as oportunidades entre negros, brancos e indígenas. Por outro lado, são os dados oficiais do governo que expressam, sem sombra de dúvida, a necessidade urgente de ações afirmativas: ou adotamos cotas e implementemos o Estatuto, ou seremos coniventes com a perpetuação do nosso racismo e do nosso genocídio".*

******

Em fevereiro de 2003 um pai me procurou na Vice-Presidência do Senado para denunciar um triste fato. A sua filha não queria ir mais à escola pois estava sendo ridicularizada pelos colegas em função de um livro.

O livro que estava sendo adotado em escolas da rede de ensino do Distrito Federal veiculava preconceitos contra negros. Essa foi a primeira vez que recebi uma denúncia desse tipo aqui no Senado.

Examinei atentamente o livro e fiquei estarrecido com a carga de preconceitos existentes em seu conteúdo e suas ilustrações. O livro editado pela Harba chamava-se "Banzo, Tronco e Senzala".

Até hoje não sei que espécie de perversão pedagógica permite a circulação desse material como elemento formador de nossas crianças.

O título "Banzo, Tronco e Senzala" já diz bastante dos limites definidos pelas autoras para abordar o tema da escravidão no Brasil. A narração em primeira pessoa está entregue à Princesa Isabel, artifício que reforça a ilusão de testemunho, sugerindo às crianças que, como personagem histórica, ela narra o que viveu e testemunhou.

As pessoas negras escravizadas só o foram por "traição de sua raça". E mais: a escravidão retira-lhes, automaticamente, a dimensão de sua humanidade. Inacreditável que as autoras fizeram esta afirmação: os seres humanos perdem essa condição quando escravizados.

Da tribuna eu disse: "Essa leitura falaciosa vai de encontro à historiografia mais recente sobre o tema da escravidão, a qual tem buscado ressaltar as ações e reações de sujeitos históricos, afastando explicações do processo de libertação dos escravos ou a dinâmica impessoal dos meios de produção, ou o sentimentalismo e a boa índole da elite escravocrata. As pessoas escravizadas eram pessoas e nunca perderam essa condição. Eram guerreiros, eram lutadores, onde grande parte morreu na busca da liberdade tão sonhada. E os crimes e as atrocidades cometidas atingiram a humanidade de pessoas e não de mercadorias. O fato de pessoas serem objeto de tráfico e de comércio não lhes retira sua dimensão de humanidade. É preciso que se entenda que um povo heróico termina as vezes por ser escravo não por falta de coragem e fibra,

mas sim, por ter perdido um confronto desigual naquele momento, mas a chama da liberdade levará esse mesmo povo à vitória antes de a guerra terminar".

As ilustrações do livro eram um tópico especial. Elas estavam afinadas com o espírito da narrativa. Foi uma tentativa nada sutil de afirmar a inferioridade biológica das pessoas negras. A reação possível diante das gravuras é a rejeição.

Formato de cabeça, olhos e narizes deformados, estatura sempre reduzida e inferior à representação dos personagens brancos. A expressão vazia dos rostos animalizados é não apenas produto da técnica, mas de um conjunto de valores ideológicos voltados para a negação das humanidades de pessoas negras.

O *Correio Braziliense* publica editorial no dia 11 de março sobre as denúncias que eu fizera. O jornal faz uma análise dos avanços que o País vem realizando na luta contra o racismo, desde o marco significativo da Constituição de 1988. Destaca com propriedade a importância das ações afirmativas e a política de cotas na superação das desigualdades raciais.

Falei para a TV Senado que o editorial foi muito feliz quando afirmou que não se podem evitar manifestações individuais de discriminação racial, o mesmo não ocorre com a disseminação de racismo por meio de obras culturais. E, mais grave ainda, que sejam usadas na rede pública de ensino.

Após a denúncia, tanto a editora quanto as autoras, tomaram todas as providências para que os milhares de exemplares do livro fossem incinerados.

Destaco dois personagens da vida pública de Brasília que tomaram providências imediatas para que o livro saísse de circulação. Numa demonstração de que o combate ao racismo não pode ser partidário, fui recebido na casa do então Governador Joaquim Roriz,

que de pronto determinou a retirada de circulação do livro. Da mesma forma, o então Ministro da Educação, Cristovam Buarque, deu a mesma orientação ao MEC.

Atualmente está tramitando no Senado Federal Projeto de Lei nº 63/03, de minha autoria que assegura que os livros didáticos e paradidáticos passem por uma avaliação do Ministério da Educação. Isso a fim de impedir a disseminação de preconceitos e estereótipos.

Pessoas com deficiência

No início de 2000 apresentei, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 3.638, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Eleito Senador da República, um dos meus primeiros atos foi o de apresentar o projeto na Casa, sob o nº 6/03, sendo o Senador Flávio Arns o relator. Tenho um carinho especial por essa proposta. É o projeto que mais mexe com minhas emoções.

Talvez muitos não saibam, mas no Brasil cerca de 24 milhões de pessoas têm algum tipo de deficiência. Temos uma ampla legislação que garante os direitos do cidadão com deficiência, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei de Organização da Assistência Social (LOAS), e a Lei nº 7.853/99, conhecida com a Lei da Corde, e regulamentada pelo Decreto nº 3.298/99, onze anos após a sanção da lei.

O Estatuto reúne, aprimora e amplia a legislação vigente, garantindo direitos básicos, tais como, educação, saúde, trabalho, desporto, lazer, previdência social, transporte, habitação e cultura.

É importante ressaltar que o Estatuto garante à pessoa com deficiência, não tendo ela outro tipo de rendimento, direito a receber pelo menos um salário mínimo.

Na Carta Magna de 1824, as pessoas com deficiência eram consideradas incapazes. Logo, não tinham direitos. Chamados de deficientes, empreenderam uma longa batalha de avanços e recuos até conquistarem um espaço na Constituição de 1988. A partir daí, inúmeras leis vieram estimular sua inclusão na sociedade.

A grande barreira para a participação integral da pessoa com deficiência no nosso meio é cultural. A humanidade carrega uma história de preconceito em relação a esse assunto. Aristóteles, ainda no ano 322 a. C., declara: "é mais fácil ensinar um aleijado a desempenhar uma tarefa útil do que sustentá-lo como indigente". Mais de dois mil anos se passaram, e vemos poucos progressos nessa área.

As pessoas com deficiência precisam de referenciais na história que lhes restituam a auto-estima perdida após tanta discriminação e sofrimento. No Brasil, temos exemplos vivos de homens que superaram suas dificuldades, como Aleijadinho, artista cujas obras embelezam a história do Brasil no mundo inteiro, e Marcelo Rubens Paiva, um dos melhores escritores da atualidade. Outros exemplos como Louis Braille, cego, que inventou o sistema de comunicação para cegos, ou o grande compositor Lugwig Von Beethoven, que, surdo, no fim da vida compôs a Nona Sinfonia, servem de incentivo aos heróis anônimos que enfrentam diariamente as barreiras físicas das cidades nas ruas, nos prédios, nos meios de transporte, no mercado de trabalho. E o que é pior: as barreiras veladas do preconceito.

Muitos poderiam questionar a presença de mais uma lei no meio de tantas que já temos. A resposta envolve nosso trabalho

nestes vinte anos de Congresso Nacional. Esta Casa cumpre um papel imprescindível não apenas na legislação e fiscalização, mas no envolvimento da sociedade, através de discussões e debates; na divulgação de propostas, de direitos, de campanhas de esclarecimento e conscientização; na adequação das propostas à realidade. Nossa intenção é abrir as portas para todos os que sempre lutaram em defesa das pessoas com deficiência.

Não nos consideramos sabedores universais, nem donos de qualquer verdade absoluta. Aceitamos críticas, sugestões, contribuições que elevem o patamar das discussões dessa matéria, para que fujamos do perigo de ela se tornar letra morta.

Queremos ver o Estatuto da Pessoa com Deficiência tornar-se instrumento de política viva e real.

Conscientizar a sociedade a viver o ideal de que todos somos iguais é uma grande tarefa. Queremos fazer a nossa parte para atingir esse objetivo, enfrentando os tentáculos desse monstro chamado "discriminação" e contribuindo para soluções reais às vítimas dele.

O Censo 2000, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indica que 14,5% da população brasileira tem algum tipo de incapacidade para ver, ouvir, mover-se, ou alguma deficiência física e mental. O Brasil apresenta números semelhantes aos de países como os Estados Unidos (15%) e a Austrália (18%). Das deficiências declaradas, a mais citada é a visual, com 48%. Em seguida vêm os problemas motores (22%), os auditivos (16,7%), os mentais (8,3%) e os físicos (4,1%).

A realidade dessas pessoas urge medidas que enfrentem a desinformação, por meio de campanhas publicitárias, filmes, peças teatrais, grupos de dança etc., em que haja participação efetiva dos

portadores de necessidades especiais, exercendo as mais diversas atividades.

Necessitamos de políticas urgentes de prevenção pré-concepcional (antes da gravidez), pré-natal (durante a gestação), perinatal (no momento do parto) e pós-natal (após o nascimento). Os acidentes na infância podem ser evitados se investirmos em políticas voltadas às crianças e aos adolescentes nas áreas de educação, lazer e cultura. Os acidentes de trânsito podem ser prevenidos por meio de políticas que incluam educação, legislação, sinalização das vias e outras medidas de segurança. Os acidentes de trabalho e as doenças ocupacionais podem ser evitados com a legislação, fiscalização, organização sindical e redução dos ritmos de produtividade, além de políticas salariais e aumento do índice de empregos para evitar o estresse do trabalhador.

Nosso objetivo está bem próximo e ao alcance de todos os que têm sensibilidade para perceber a urgência da construção de uma sociedade onde haja espaço aos que queiram defender os direitos dos discriminados. Que seja uma batalha conjunta, composta de indivíduos com coragem de arregaçar as mangas e fazer, simplesmente, a sua parte.

******

O Luciano Ambrósio Campos é meu assessor em Brasília. Quando o entrevistei para fazer parte da minha equipe falei do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Imaginei que ele fosse discorrer sobre legislação, sobre direitos ou discriminação, no entanto, o que ouvi foi uma frase bem simples: "a inclusão da pessoa com deficiência é uma via de mão dupla".

No início dessa longa caminhada levando a bandeira das pessoas com deficiência meu despertar não foi diferente. A partir

do momento que uma de minhas irmãs (Marlene) ficou cega por causa do diabetes e do glaucoma, passei a enxergar que existiam pessoas que, apesar das limitações, eram capazes de desempenhar as mais variadas atividades e que, por isso mesmo, necessitavam de instrumentos que lhes assegurassem o direito de demonstrar essa capacidade para o trabalho e a vida.

Quando estava finalizando este livro, recebi uma carta da minha sobrinha Dani, filha da Marlene:

> *"Tio Renato. Gostaria através desta carta, manifestar toda minha gratidão e orgulho pelo senhor. Quero dizer o quanto fiquei feliz por saber que o senhor continua lutando pelos menos favorecidos. Mais precisamente pelos direitos das pessoas com deficiência. Quero que tenha sempre gravado na sua memória, a imagem da minha mãe, fazendo esculturas sem enxergar. Será que conseguiríamos? Não quero que lembre dela como uma mulher frágil de 50 anos que perdeu totalmente a visão em 6 meses. Ela não era frágil. Foi uma guerreira e uma vitoriosa. Afinal passou 12 anos da vida, convivendo com a escuridão total. Será que conseguiríamos? Quero que lembre dela em cada pauta que for defender no Congresso. Tem muitas pessoas confiando no Senhor para dizer ao mundo 'Sou apenas diferente, nem melhor e nem pior'. Se ela estivesse entre nós, com certeza estaria orgulhosa do senhor, assim, como eu estou agora. Eu gostaria de ser uma pessoa conhecida como o senhor, para poder dizer ao mundo o que é ter uma pessoa com deficiência dentro de casa, do quanto aprendemos com eles, de quanto amam, de quanto são amados e o quanto eles nos fazem dar*

valor à vida, mesmo que ela não seja perfeita, como sonhamos. Apesar da dor de ter perdido a visão na melhor parte da vida, de enxergar o colorido da vida e num piscar de olhos ver tudo escurecer, acredito e o senhor sabe, que ela enfraqueceu, mas não caiu. Passou por muitas dificuldades até realmente assumir que não iria mais enxergar. Porém, venceu mais essa batalha. Ela foi uma fortaleza para todos nós. Lembro da alegria que via nos olhos daquela mulher, que não enxergava nada, mas via muito, e dizia: Eu sou feliz do meu jeito. Infelizmente hoje ela não está mais entre nós, porém fico a me perguntar: Quem era deficiente? Ela que não enxergava, ou nós, que vemos apenas o que nos convém, o que nos interessa? Será que a minha mãe, era mais cega do que essa sociedade hipócrita que hostiliza seus velhos, negros, deficientes, crianças, homossexuais? Não, ela não era... ela enxergava com os olhos do coração. Que preço cruel é esse que a sociedade impõe a essa minoria? Porque é que eles precisam passar por humilhações por serem diferentes? Isso tem de acabar. A sociedade tem de permitir que as pessoas sejam felizes do jeito que são e como podem ser. Se ela estivesse entre nós, com certeza estaria orgulhosa do senhor, assim como eu estou agora. Não deixe jamais de lutar por esta causa tão nobre. Faça a sociedade ter consciência da dor que causa nessas pessoas quando as rejeitam, quando as agridem. Seja a voz dos humildes. Sinto muitas saudades dela, do seu abraço, do seu amor. Mas, sei que de onde ela estiver, vai estar aplaudindo o senhor de pé e com lágrimas nos olhos. Parabéns, tio Renato.

Parabéns, senador Paulo Paim. Você é um homem público que vê além do que nossos olhos podem enxergar. "

Em um pronunciamento, citei o escritor Rúben Alves. Uma de suas frases me chamou bastante atenção: "A cabeça não pensa aquilo que o coração não sente".

Mas, não basta sentir e ver que existem pessoas com deficiência, pessoas que necessitam de ajuda, de caridade alheia, de benefício do Governo; é preciso que esse estado inicial de sensibilização evolua para um estado de conscientização. Somos seres humanos e somos todos capazes de aprender e desempenhar quaisquer atividades.

Em maio de 2006, participei da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Lá reafirmei a intenção que o Estatuto da Pessoa com Deficiência estivesse em consonância com os avanços da legislação internacional. No fim de agosto deste ano, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a primeira convenção internacional de Direitos Humanos do século XXI, destinada a proteger e a promover os direitos das pessoas com deficiência.

Ao longo da História, as pessoas com deficiência viveram à margem da sociedade, como que esquecidas, não enxergadas por aqueles que se dizem normais. Aliás, um amigo que tem deficiência visual me falava exatamente isso, que eles precisavam ser vistos e que para isso a pessoa com deficiência tem sua responsabilidade.

Cantando as diferenças

projeto Cantando as Diferenças tem por objetivo a inclusão política das diferenças, articulando municípios e comunidades para a adoção de medidas práticas para uma verdadeira inclusão social, por meio do Estatuto do Idoso, do Estatuto da Igualdade Racial, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, do Estatuto da Criança e Adolescente, dos movimentos da mulher, do índio, da juventude e daqueles que lutam pela livre opção sexual.

É uma ampla e gradual mudança no modo de enxergar as mais variadas diferenças de gênero, raça, idade ou condição física e social, ou seja, uma mudança de consciência e atitude.

Não basta a intenção de criar leis que contemplem direitos básicos desses cidadãos, é preciso ouvir essas pessoas.

Todos nós sabemos que esta não será uma mudança fácil e que ela não ocorrerá da noite para o dia, mas, só com a implantação de políticas concretas de afirmação de cidadania é que realizaremos uma verdadeira revolução social.

Quando formulamos o projeto Cantando as Diferenças, o objetivo foi justamente que esse corte viesse a dar espaço a esse setor da sociedade que é tão discriminado.

Desde o início incentivei o projeto Cantando as Diferenças. Hoje, ele está implantado em inúmeras cidades, ultrapassando inclusive as fronteiras do Rio Grande do Sul. O município de Gravataí, que foi um dos primeiros a implantar o projeto, já levou essa experiência para a França. Como vemos, o Cantando as Diferenças está se tornado um projeto internacional. Posso dizer que hoje essa é uma proposta não só do Centro de Integração Paulo Paim (CIPP), mas de inúmeros parceiros. É do povo brasileiro. O Cantando as Diferença é coisa nossa.

*****

Santos Fagundes é meu assessor para o "Cantando as Diferenças". Quando pedi para ele escrever um depoimento para este livro, não imaginava que o retorno seria tão emocionante para mim:

> *"Em 1986 fui apresentado a Paulo Paim numa atividade de filiação do Partido dos Trabalhadores. Foi ele – agora senador da República – quem abonou a minha ficha, simbolizando confiança e estimulando minha perseverança. Algo nos aproximava, além da profissão de metalúrgicos. Seguimos por estradas diferentes, mas com objetivos comuns e clareza nas metas que almejávamos alcançar. A caminhada sempre foi árdua, mas nossos atos consistentes. Em 2002, num sábado à tarde, tive a oportunidade de reencontrá-lo em Nova Petrópolis. Eu era candidato a deputado estadual pelo PT e junto com a militância*

não só entregava materiais no comércio da cidade, mas também promovia o debate político com os cidadãos. Lembro-me que entreguei um panfleto na porta de uma loja para uma pessoa que me conduziu até o interior do estabelecimento e começou a me apresentar às pessoas que ali estavam. Essa pessoa pegou das minhas mãos um punhado do meu material e saiu distribuindo junto. A minha surpresa foi quando estávamos saindo da loja e meu filho Eduardo disse quem era a pessoa que me acompanhara. Quem distribuiu junto comigo os panfletos era o então candidato ao Senado, Paulo Paim. Hoje sei, mais do que nunca, nossos sonhos, lutas e sentimentos eram idênticos... Logo que terminamos o trabalho o agradeci e recebi seu convite para acompanhá-lo até outras cidades. De lá para cá, acompanho diretamente toda sua trajetória não só para chegar ao Senado, como também para garantir melhores condições de vida para os brasileiros. Sabedor das dificuldades enfrentadas todos os dias pelos diferentes, ao eleger-se, levou para o Senado três bandeiras – propostas importantes – como instrumentos da luta em forma de estatutos. São eles: o da Pessoa Idosa, o da Pessoa com Deficiência e o da Igualdade Racial. Além de assessorá-lo em atividades diversas, estou na articulação nacional do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que representa uma discussão avançada, não acabada, com a população que como eu apresenta diferenças. No Senado, Paim já rompeu alguns paradigmas com a contratação de pessoas com deficiência, mesmo existindo um decreto que proíbe a reserva de mercado para os cargos de confiança e cargos em comissão. A maior

luta do homem Paulo Paim é pelo ser humano, reconhecendo politicamente a diversidade humana. Ele mesmo sentiu na pele a discriminação por pertencer a uma etnia. Com a criação dos Estatutos, Paim fortalece a luta do ser humano pelo ser humano; uma luta pela vida. A importância do seu trabalho em todo o Brasil transcende suas conquistas profissionais, justamente, porque o povo o reconhece como cidadão comprometido com a vida. Paim teve uma irmã também cega, como eu, a Marlene, ele também viveu muito o preconceito, a exclusão e a falta de oportunidades. Por isso insiste na organização social e é aclamado pelos movimentos comunitários, culturais e educacionais. Aliás, a educação e o trabalho, é claro, nos empurram para esta consciência coletiva. Ouso afirmar que pessoas como ele lutam silenciosamente e por isso suas ações encontram eco, chegando ao coração não apenas de mais de dois milhões de gaúchos que o elegeram. Paim não se permite atitudes artificiais nem superficiais, pois entende que a mudança necessária deve ser profunda. Paulo Paim é referência porque abre espaço para os movimentos sociais – homens e mulheres trabalhadoras que investem em dias melhores para seus filhos e futuras gerações. Ele faz política de um jeito diferente, amassando barro, com o povo. Paim aprendeu a fazer política sonhando, lutando e sentindo na pele as dificuldades. Naquelas eleições em 2002 a força de Paim me incentivou bastante junto com o apoio de muitos gaúchos que, através do voto, demonstraram confiança no meu trabalho e me estimularam a continuar na luta, agora ao lado dele. Brota mais uma semente de uma grande árvore que deverá ter raízes

profundas fixadas na inclusão social, grande tronco fortalecido na acessibilidade universal; sombra fresca e oxigênio para as diferenças; flores exalando direitos humanos e frutos com sabor de cidadania. É o "Cantando as Diferenças" mais um projeto apoiado pelo Paim, que, além de tornar-se uma referência na luta pelo direito dos trabalhadores, dos aposentados, pela igualdade racial, pela pessoa idosa e pela pessoa com deficiência, está propondo o reconhecimento político das diferenças culturais, sociais e individuais. As sementes que plantamos e a felicidade que sonhamos são possíveis e verdadeiras, porque estão sendo semeadas por muitas mãos diferentes."

Índios

Brasil ficou aterrorizado no dia 21 de abril de 1997 com a notícia de que cinco rapazes de classe média jogaram álcool e atearam fogo ao corpo do índio Galdino Jesus dos Santos Pataxó Hã-Hã-Hãe. Ele dormia num banco de uma parada de ônibus em Brasília, juntamente com outros de seu povo que estavam na Capital Federal para tratar de assuntos relacionados à demarcação de suas terras. Considerei um ato covarde e terrorista.

A defesa disse que "o homicídio foi praticado sem intenção". Isso, no meu entendimento, foi no mínimo um atentado contra a inteligência de qualquer ser humano. Em qualquer lugar do mundo esses assassinos passariam o resto de seus dias presos.

O assassinato do índio Galdino foi mais um exemplo de impunidade num país onde quem paga são os pobres, os negros e os índios. Mas, há outros mártires da causa indígena que foram assassinados. São eles, os índios Ângelo Pankararé, Ângelo Kretã Kaingang, Marçal Tupã-i Guarani, Simão Bororó, Arnaldo Apurinã,

Xicão Xukuru, Marcos Veron, Aldo da Silva Mota Macuxi, Josenilson José dos Santos Atikum, José Ademilson Barbosa da Silva Xukuru, João Araújo Guajajara, Dorival Benitez Guarani-Kaiowá, Adenilson dos Santos Truká (Dena), Jorge dos Santos, Dorvalino Rocha Guarani-Kaiowá, e os missionários Rodolfo Lunkenbein, João Bosco Penido Burnier, Vicente Cañas, Cleusa Rody Coelho e Ezequiel Ramin.

Como forma de homenagear esses mártires e, é claro, dar a eles o merecido reconhecimento histórico, o Senado Federal aprovou por unanimidade no dia 21 de março de 2006, o PLS nº 342/05, de nossa autoria que institui o dia 7 de fevereiro, data da morte do índio guarani Sepé Tiarajú, como Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas.

Sepé Tiarajú tombou frente a um exército binacional formado por Espanha e Portugal, no dia 7 de fevereiro de 1756, onde hoje é a cidade de São Gabriel (RS). Três dias depois cerca de 1.500 indígenas foram dizimados.

Parte do parecer do Senador Gilberto Mestrinho diz que: (...) "A instituição do Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas certamente constituirá a oportunidade para que índios e setores da sociedade civil, que se ocupam da questão indígena se mobilizem para a conquista de direitos pelos pré-colombianos brasileiros ou para a implementação das prerrogativas que lhes são legalmente asseguradas".

No dia 18 de abril do mesmo ano, outro projeto de minha autoria foi aprovado por unanimidade. A proposta inscreve o nome de Sepé Tiarajú no "Livro dos Heróis da Pátria". O projeto agora está na Câmara. Mas, é bom destacar que a nação indígena solicitou que o projeto fosse apresentado tanto no Senado como

na Câmara. O Deputado Marco Maia é o autor da proposição na Câmara.

Assim sendo, Sepé Tiarajú deverá figurar ao lado de Tiradentes, Zumbi dos Palmares, D. Pedro I, Marechal Deodoro, Duque de Caxias, Almirante Tamandaré, Plácido de Castro e Chico Mendes, no Panteão da Liberdade e da Democracia, localizado na Praça dos Três Poderes em Brasília.

A Senadora Maria do Carmo Alves, que relatou o projeto, disse: "Sem dúvida, o índio guarani Sepé Tiarajú é um símbolo na luta pela liberdade. Grande líder do seu povo, lutou até a morte para defender o direito de permanecer em sua terra. Sepé Tiaraju é hoje uma lenda para os nossos indígenas e os de toda a América Latina. Simboliza o ideal de liberdade, de dignidade e de bravura, tão preciosos para os índios e exemplares para todos os cidadãos brasileiros".

Ainda nesses dias, e por minha solicitação, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado Federal realizou uma concorrida audiência pública para discutir os direitos dos povos indígenas. Audiência essa que contou com a participação de mais de 500 lideranças de todo País, além de mais de 20 senadores, fato considerado inusitado.

Os participantes colocaram à CDH que as populações indígenas no Brasil enfrentam dois grandes problemas: a não-demarcação de suas terras e condições precárias de saúde. Segundo os índios, o Governo Federal não prioriza a questão no País.

No dia 19 de abril, Dia do Índio, subi na tribuna para falar de uma reivindicação histórica do movimento indígena organizado. Na noite anterior, em sessão conjunta do Congresso, sendo o último item da pauta, foi aprovada proposta de minha autoria que cria uma Comissão Especial Mista Temporária, composta de

11 senadores e 11 deputados com igual número de suplentes para estudar, debater e propor mecanismos de inclusão social e concessão de cidadania aos povos indígenas.

Essa comissão pretende ouvir governadores, prefeitos, ministros, Ministério Público, especialistas, sociedade civil, organizações não-governamentais, mas, principalmente, os índios.

Também terá como tarefa reunir as mais de cem propostas que estão tramitando na Câmara e no Senado sobre o assunto. Percorrer o País e conhecer *in loco* a realidade das comunidades indígenas. E, quem sabe no fim, o Congresso Nacional possa aprovar o Estatuto dos Povos Indígenas.

A aprovação da comissão é mais um exemplo de que discurso e prática caminham juntos no Senado. Palavra dada é palavra empenhada. Digo isso porque no dia 6 de abril de 2006, a nosso pedido, o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, recebeu várias lideranças indígenas que estavam em Brasília participando do Terceiro Acampamento Terra Livre. Os caciques apresentaram várias reivindicações, dentre as quais, a criação de uma comissão especial para discutir a situação atual dos direitos indígenas.

O Presidente Renan foi firme e não fugiu ao compromisso social e aos avanços democráticos que o Senado possui e que tem dado, como todos nós sabemos, exemplos para o País inteiro. Ele se comprometeu perante as lideranças indígenas a aprovar a criação da comissão até o dia 19.

Acredito que essa comissão será um marco para o Poder Legislativo e para os povos indígenas. Ela terá a responsabilidade de discutir e apresentar propostas para solucionar os problemas dos índios brasileiros. Problemas que os nossos olhos não vêem, mas que estão aí, ligados diretamente à saúde, educação, regularização

de terras e proteção à biodiversidade nas áreas indígenas. Todos os direitos da cidadania aos povos indígenas!

******

Os Krahô/Kanela são descendentes de dois povos originários do Estado do Maranhão: os Krahô e os Kanela. A partir de 1920 eles começam a habitar o Estado de Tocantins. No território onde se fixaram, chamado de Mata Alagada, Município de Lagoa da Confusão, estabeleceram moradia, cultivaram seus alimentos e fortaleceram seus mitos, cultura e identidade.

Em 1977 este povo foi violentamente expulso de seu território tradicional e, a partir de então enfrentaram uma dolorosa jornada em busca de seus direitos. Primeiro foram transferidos pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para a ilha do Bananal, onde sofreram humilhações, maus-tratos e ameaças de funcionários desse órgão. Posteriormente foram levados para os assentamentos Tarumã, em Araguacema e Loroty, em Dueré onde, novamente, sofreram humilhações.

Nas duas tentativas de retomar suas terras, a primeira em 2001 e a segunda em 2004, os Krahô/Kanela foram obrigados a abandoná-la após receberem a liminar de reintegração de posse.

Em junho de 2005, cerca de 22 famílias, somando um total de 90 pessoas, encontravam-se confinadas, em condições subumanas, na antiga Casa do Índio na cidade de Gurupi (TO).

A Constituição Federal define como "terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições".

Desconsiderando o relatório antropológico e contrariando todo o amparo legal que é dado às comunidades indígenas, sobretudo em relação ao "direito originário sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las" (CF 1988), a Funai não reconhece a legalidade da Terra Indígena dos Krahô/Kanela.

Como vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), do Senado Federal, recebi em meu gabinete uma comitiva do povo Krahô/Kanela. Em dezembro de 2005 realizamos uma grande audiência pública para debater o tema e buscar uma solução. Marcamos uma reunião com o presidente da Funai, com representantes dos Krahô/Kanela, Incra, Ministério Público e Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

No fim da audiência declarei:

"Que vocês da comunidade Krahô/Kanela ganhem soluções e não apenas mais debate".

Na ata de reunião realizada no dia 13 de dezembro sobre a regularização fundiária da área dos Krahô/Kanela consta que: 1º - Será criada uma reserva indígena na área pleiteada pelos índios; 2º - o Incra disponibilizará em caráter emergencial recursos até 31 de janeiro de 2006 para a Funai adquirir a área; 3º - Tal proposta foi aceita pelos índios.

Estou na iminência de fazer uma visita ao povo Krahô/Kanela, em Tocantins. Termino com uma frase do cacique Mariano:

"A Terra é um elemento sagrado para os povos indígenas. A Terra é Mãe e Pai. Os indígenas não podem viver fora de sua terra".

Conselhos

Há muitos anos tinha a idéia de criar conselhos políticos. Lembro-me que a partir do meu terceiro mandato de deputado federal comecei a dar mais atenção para o assunto. A oportunidade surgiu quando eu me elegi Senador da República. Nas vésperas de deixar a Vice-Presidência do Senado, em dezembro de 2004, determinei que o meu assessor de relações sindicais, Jorge Caetano Pires, voltasse para o Rio Grande do Sul com a missão de instalar os conselhos políticos do meu mandato. Dei total apoio a ele.

Nas reuniões preliminares que fizemos com os nossos amigos e colaboradores, muitas dúvidas e perguntas surgiam, como por exemplo: mas, afinal, o que vem a ser o conselho político do mandato do Senador Paulo Paim? O que queremos com isso? De onde surgiu essa idéia? Quais os objetivos do conselho? Quem participa? Como eu posso ajudar?

É claro que todos nós tínhamos uma visão ampla. Os conselhos seriam interlocutores do mandato do Senador Paulo Paim

junto à sociedade civil organizada. Seria um espaço privilegiado para se debater as demandas das regiões. Um espaço onde os cidadãos poderiam opinar sobre a realidade do seu bairro, da sua cidade, da sua região, do seu estado, do nosso Brasil.

Sabíamos que os conselhos deveriam ter a participação de prefeitos, vereadores e deputados, independente de cores partidárias. Seria aberto aos movimentos populares, sindicais, estudantis, negros, mulheres, aposentados, GLS e associações. Disse várias vezes ao Jorge que o único requisito para participar dos conselhos é ter o sonho de ver o Rio Grande do Sul um estado que tenha desenvolvimento social e econômico.

Atualmente são dez conselhos políticos instalados: Vale do Taquari, Vale dos Sinos, Porto Alegre, Região da Serra, Litoral Norte, Vale do Rio Caí, Alto da Serra, Região Central, Coletivo São Leopoldo e Coletivo da Brigada Militar. Estou na iminência de oficializar os conselhos das regiões Metropolitana, Carbonífera, Fronteira Sul, Costa Doce, além do coletivo do idoso.

O jornal *Informativo do Vale* veiculou a seguinte matéria no dia 11 de abril de 2005: "Um movimento inédito reuniu cerca de 300 lideranças no último fim de semana na cidade de Estrela na primeira plenária do Conselho Político do mandato do Senador Paulo Paim na região do Vale do Taquari. A presença de 8 prefeitos de diversos partidos (PP, PTB, PT, PMDB, PPS e PDT), lideranças sindicais ligadas a todas as centrais (CUT, Força, SDS, Nova Central, CAT, CGT e CGTB), e representantes da sociedade civil, entre eles, o reitor da Unisc, Luis Augusto Costa a Campis, deixou o senador petista emocionado, que disse "estar surpreendido pela recepção e carinho de todos".

No dia 15 de julho de 2006, realizamos no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Porto Alegre e

Região (STIAPOA), o primeiro encontro estadual dos conselhos políticos. Confesso que foi um momento de muita felicidade para mim. Encerrei aquele encontro citando uma frase que recebi em 2000 de um eleitor: "O fácil fizemos ontem; o difícil realizamos hoje; o impossível alcançaremos amanhã".

Assim eu creio

Assim eu creio

Estou terminando este livro. É inicio da primavera. As flores já começaram a desabrochar nos jardins, nas praças, nos campos e nos bosques. O sentimento que tenho é que esta estação do ano sinaliza a construção de novos caminhos, horizontes, sóis e luas. Esse sentir certamente não me é novo ou estranho, posso inclusive ter me acostumado a ele mas, é fundamental que eu diga. Preciso dizer. Pois, para o bem da verdade, sempre foi assim, inquestionavelmente: transpor rios em busca do sonho que está por vir é a esperança que carrego... desde criança, desde quando entrei pela primeira vez numa sala de aula, desde quando não pude abraçar o meu pai, desde quando vi meus filhos nascerem. É intrínseco... está no meu sangue, na minha pele, no meu olhar, na minha voz, no meu suor e na minha saliva. Confesso que de uns anos para cá venho sofrendo como os poetas que morrem cedo. Sei que vocês devem estar se perguntando: Mas, por quê? Durante toda a minha existência fui embalado pelos sons das ruas, dos portões das fábricas, dos colégios, dos campos, das paradas de

ônibus, das florestas, das cascatas, pelo lamento dos oprimidos e discriminados, do povo inquieto a tocar seus tambores e a exigir um país melhor para todos. Será que estou perdendo a condição de entender o presente? Ou será que o coletivo inconsciente da indignação se esfumaçou pelos tempos? Onde está a batida dos tambores que outrora escutávamos a exigir o fim da ditadura, as Diretas Já, a cassação de corruptos, a reforma agrária, os direitos da cidadania, mais empregos, um salário-mínimo descente, a valorização dos benefícios dos aposentados e pensionistas... A grande virtude do homem público é a fidelidade para com a sua história, mas, sendo assim, o que dizer daqueles que a aviltam? Que a corrompem? Que a esmagam? Que a esquecem? Que a assaltam? Serão eles saqueadores da dignidade de toda uma Nação? Fico ao lado dos meus: se tiver de começar tudo outra vez, faço com a mesma paixão. A minha mensagem é a minha vida... embalada caudalosamente pelo rufar dos tambores.

Imagens

Arquivo pessoal

A história de Paulo Paim começa numa casa simples em Caxias do Sul – RS

Arquivo pessoal

Esporte Clube Cruzeiro – Caxias do Sul, Campeão 12-12-65

Arquivo Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas

Caminhada de Canoas a Porto Alegre

Arquivo Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas

Greve do pólo petroquímico

Arquivo Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas

Greve da Candiota

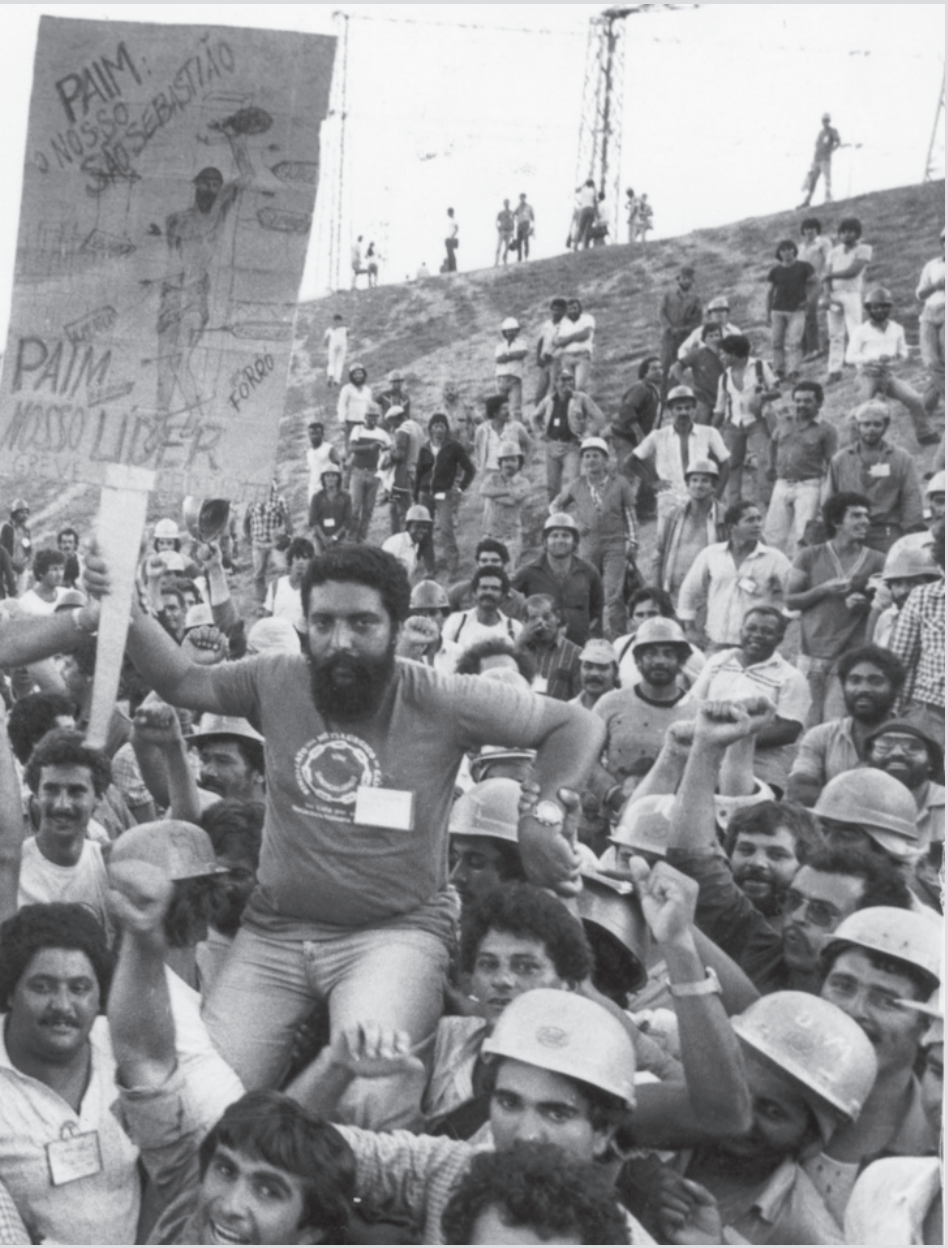
Arquivo Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas

Forjasul – caminhada

Arquivo Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas

Assembléia de trabalhadores em Canoas

Arquivo Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas



Greve da Candiota

Arquivo Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas

Assembléia do Sindicato de Canoas

Arquivo CUT

São Bernardo do Campo – Fundação da CUT, agosto de 1983

Arquivo fotográfico da Câmara dos Deputados

Entrega do projeto salarial

Arquivo fotográfico da Câmara dos Deputados

Entidades sindicais na Assembléia Nacional Constituinte

Arquivo fotográfico da Câmara dos Deputados

Paim e Nelson Mandela

Valcir Pires

Paim recebe diploma de entidades de aposentados

Agência Senado

Posse no Senado Federal

Agência Senado

Paim na gestão da Primeira Vice-Presidência do Senado Federal

Valcir Pires

Marcha Zumbi + 10 – 2005

Agência Senado

Audiência Pública – Direitos Indígenas 2006

Manoel Fernando

Projeto Cantando as Diferenças – Gabrielzinho do Irajá e o Senador Paulo

Manoel Fernando

Conselho político Vale dos Sinos